

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS-CCHB - So  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGEd - So  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

THIAGO DE MELO MARTINS

**O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL:  
INTERCURSOS ENTRE MERCADO E MONOPÓLIO**

Sorocaba/SP  
2020

THIAGO DE MELO MARTINS

**O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL:  
INTERCURSOS ENTRE MERCADO E MONOPÓLIO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Departamento de Ciências e Humanas e Educação [DCHE] da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba/SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: “Fundamentos da Educação”.

**Orientação:** Prof. Dr. Paulo Gomes Lima

Sorocaba/SP  
2020

MARTINS, Thiago de Melo O ensino superior no Brasil: intercursos entre mercado e monopólio / Thiago de Melo Martins -- 2020. 156f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba Orientador (a): Prof. Dr. Paulo Gomes Lima Banca Examinadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, Profa Dra Carla Alessandra Barreto. Bibliografia

1. Ensino superior. 2. Mercado. 3. Monopólio. I. Martins, Thiago de Melo. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO (A) AUTOR (A)

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

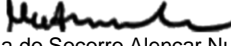
**Folha de Aprovação**

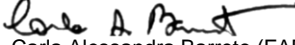
---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Thiago de Melo Martins, realizada em 16/12/2020.

**Comissão Julgadora:**

  
Prof. Dr. Paulo Gomes Lima (UFSCar)

  
Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ)

  
Profa. Dra. Carla Alessandra Barreto (FAESB)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.  
O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

*Dedico esta pesquisa AO Criador, A  
minha esposa PAULA, meu filho Miguel  
AO meu pai João e A minha mãe HELENA.*

## AGRADECIMENTOS

- Ao Criador que me deu a vida e saúde para conseguir estudar, pesquisar e escrever.
- À minha amada esposa Paula, companheira sempre presente em todas as horas. Ao meu filho Miguel com sua força e vida. A Dona Helena pelo seu amor de mãe. Ao Sr. João pela paternidade. Aos companheiros e companheiras de Geplage, Amanda, Daniela, Petula, Elídia, Katlin e Viviane pelo apoio de todas as horas.
- Ao Prof. Dr. Paulo Gomes Lima, meu orientador, pelas aulas, ensino de excelência, pela seriedade no trabalho, pela dedicação à pesquisa, por suas orientações e visão ampla de futuro e por acreditar nesse mestrando.
- Ao PPGED UFSCar Sorocaba e seus professores, pela estrutura e excelência no ensino.
- À Profa. Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo por sua visão ampla de pesquisa na qualificação.
- À Profa. Dra. Carla Alessandra Barreto pelas orientações na qualificação.
- Àqueles não contemplados aqui, mas que contribuíram de forma direta ou indireta para a consolidação desse trabalho.

*Podemos facilmente perdoar uma criança que tem medo do escuro; A REAL TRAGÉDIA DA VIDA É QUANDO OS HOMENS TÊM MEDO DA LUZ.*

**Platão**

MARTINS, Thiago de Melo. **O ensino superior no Brasil: intercursos entre mercado e monopólio**. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas-CCHB, Universidade Federal de São Carlos– Campus Sorocaba/SP, 2020.

## RESUMO

O objetivo desse trabalho foi de analisar a expansão do ensino superior privado no Brasil a partir dos principais grupos corporativos de capital aberto/fechado quanto aos impactos e implicações de sua oferta entre mercado, políticas públicas da educação e solicitações sociais. A metodologia empregada neste trabalho centrou-se na abordagem qualitativa a partir de literatura especializada sobre a temática e análise documental considerando cinco Corporações selecionadas para a compreensão do objeto (Kroton (Cogna), YDUQS (Estácio), Laureate, Unip e Ser Educacional). Sob o olhar documental das e sobre as corporações destacamos como caminho de relevância o seguinte: a) Análise de notas dos cursos oferecidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): dentre elas as divulgações do Enade e outros índices que acreditem qualidade as IES; b) O crescimento exponencial da oferta pelas corporações, mediante registros institucionais de livre acesso, o mercado alcançado e suas relações com as políticas públicas e formas de impactos quanto às solicitações sociais (inclusão social considerando o nível socioeconômico, dentre outros). Por se tratar uma pesquisa tipo estado do conhecimento, os resultados dessa investigação mostraram que as IES privadas com fins lucrativas não cumprem com a responsabilidades social quanto ao discente com problemas de alfabetismo, no caso os grupos deveriam proporcionar apoio extra.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Mercado. Monopólio.

MARTINS, Thiago de Melo. **Higher education in Brazil: intercourse between market and monopoly.** 151f. Dissertation (Master's degree in Education) - Center for Human and Biological Sciences-CCHB, Federal University of São Carlos - Sorocaba Campus/SP, 2020.

### **ABSTRACT**

The objective of this work was to analyze the expansion of private higher education in Brazil from the main public / private corporate groups regarding the impacts and demands of their offer between the market, public education policies and social demands. The methodology used in this work focused on the qualitative approach from the specialized literature on the theme and documentary analysis considering five corporations selected for the understanding of the object (Kroton (Cogna), YDUQS (Estácio), Laureate, Unip and Ser Educacional. documentary view of and about corporations, we highlight the following as a search path: a) Analysis of grades of courses offered by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP): they as disclosures by Enade and other indexes that believe quality HEI; b) The exponential growth of supply by corporations, through institutional records of free access, the market reached and its relations with public policies and ways of impacting social implications (social inclusion considering the socioeconomic level, among others). As this is a state-of-the-art research, the results of this investigation are possible that the HEIs with for-profit institutions do not fulfill with social responsibilities regarding students with literacy problems, in the case of groups taking them to provide extra support.

**Keywords:** High Education. Market. Monopoly.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1-</b> Decretos sobre Educação Superior no governo Vargas .....	8
<b>Quadro 2-</b> Relação de Campus. Cidades. Estados. ....	75
<b>Quadro 3-</b> Grupo Laureate. Unidades, cidades, estados e datas de aquisição .....	77

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1-</b> Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa- 1996-1017. ....	49
<b>Gráfico 2-</b> Matrículas na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa. Brasil 2009-2017. ....	50
<b>Gráfico 3-</b> Percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/ bolsa. Brasil 2009-2017. ....	52
<b>Gráfico 4-</b> Ensino a distância no setor privado. Período entre 2007 a 2017. ....	53
<b>Gráfico 5-</b> Evolução das matrículas presenciais privadas da Educação Superior no Brasil.2006-2017.....	54
<b>Gráfico 6-</b> Evolução do valor da mensalidade EaD Brasil em Reais-2014 a 2019.....	55
<b>Gráfico 7-</b> Projeção meta 12 PNE .....	55
<b>Gráfico 8-</b> Matrícula de jovens na universidade.....	56
<b>Gráfico 9-</b> Porcentagem de matrículas da população entre 18 a 24 anos na Educação Superior- Taxa líquida de matrícula. ....	57
<b>Gráfico 10-</b> Ensino Superior para a faixa etária entre 25 a 34 anos. 2018.....	58
<b>Gráfico 11-</b> Notas Enade 2016. IES Públicas. IES sem fins lucrativos. IES com fins lucrativos. ....	81
<b>Gráfico 12-</b> Fusões e aquisições IES privadas brasileiras. 2007-2015 .....	106

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Matrículas e concluintes do Ensino Médio .....	50
<b>Tabela 2-</b> Tipos de financiamento estudantil.2018.....	51
<b>Tabela 3-</b> Ranking. Receita Líquida. Matrículas e participação de mercado .....	61
<b>Tabela 4-</b> Número de matrículas. Cinco maiores IES 2020.....	62
<b>Tabela 5-</b> Amostra de cursos. Universidade Estácio. Conceito Enade 2018.....	63
<b>Tabela 6-</b> Amostra de cursos. Universidade Anhanguera. Conceito Enade 2018 .....	64
<b>Tabela 7-</b> Índices Gerais de Cursos. Amostras das 5 maiores IES privadas.2018.....	64
<b>Tabela 8 -</b> Relação Professor/Aluno na graduação presencial na Estácio-2010-2017 .....	102
<b>Tabela 9-</b> Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018) .....	109
<b>Tabela 10-</b> Descrição dos participantes em relação ao nível de letramento.....	109
<b>Tabela 11-</b> Distribuição da população por níveis de Alfabetismo e escolaridade (% na escolaridade) .....	111
<b>Tabela 12-</b> Níveis de Alfabetismo por faixa etária.....	111
<b>Tabela 13-</b> Distribuição da população por grupos de Alfabetismo e cor/raça .....	112

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Espaço Europeu de Educação Superior.....	32
<b>Figura 2-</b> IES Premium e Conveniência. Brasil.....	65
<b>Figura 3-</b> Distribuição das IES por região. Grupo Ser Educacional. Número de alunos em mil.....	74
<b>Figura 4-</b> Ranking RUF.10 melhores universidades.2019 .....	91
<b>Figura 5-</b> Composição do Ranking RUF.....	92
<b>Figura 6-</b> Propaganda curso graduação Anhanguera.....	95
<b>Figura 7-</b> Propaganda Estácio 2020.....	97
<b>Figura 8 -</b> Reportagem InfoMoney.....	100
<b>Figura 9 -</b> Título reportagem Folha de São Paulo.....	102

## LISTA DE SIGLAS

ABMES	Associação brasileira de mantenedores do ensino superior.
ARWU	Academic Ranking of World Universities
AGCS	Acordo Geral de Comércio e de Serviços.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CF	Constituição Federal
COVID-19	<i>Coronavirus Disease 2019</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPC	Conceito Preliminar de Curso.
CREDUC	Crédito Educativo.
EAG	<i>Education at Glace.</i>
EAD	Ensino à distância.
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.
FAAM	Faculdades de Artes Alcantara Machado.
FAMA	Faculdade Mauá.
FIAM	Faculdades Integradas Alcantara Machado.
FIES	Financiamento Estudantil
FISP	Faculdades Integradas de São Paulo.
FMU	Faculdades Metropolitanas Unidas.
GEPES	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior.
IGC	Índice Geral de Cursos.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
IOP	Instituto de Odontologia Paulista.

IPO	<i>Initial Public Offering.</i>
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
PAR	Parcelamento estudantil da Universidade Estácio.
PEP	Parcelamento Estudantil Privado
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Parceria Público Privada.
PROUNI	Programa Universidade para todos.
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimento de Ensino Superior no Estado de São Paulo.
UCM	Universidade de Classe Mundial.
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNAMA	Universidade da Amazônia.
UNG	Universidade de Guarulhos.
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNIC	Universidade do Ceará.
UNIESP	União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo.
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
UNIME	União Metropolitana de Educação e Cultura.
UNINASSAU	Centro Universitário Maurício de Nassau
UNIP	Universidade Paulista.
UNIRONDON	Centro Universitário Cândido Rondon.
UNOPAR	Universidade do Oeste do Paraná.
UOL	Portal Universo <i>on line</i>
RUF	Ranking Universitário Folha

## SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
LISTA DE QUADROS .....	ix
LISTA DE GRÁFICOS.....	x
LISTA DE TABELAS .....	xi
LISTA DE FIGURAS.....	xii
LISTA DE SIGLAS.....	xiii
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>06</b>
<b>POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO .....</b>	<b>06</b>
1.1. Políticas públicas para o ensino superior no Brasil .....	06
1.1.1 Década de 60: mudanças e investimentos.....	09
1.1.2 A Lei n. 9394/1996: Um olhar sobre o ensino superior.....	14
1.2. Educação superior brasileira e seus desafios .....	16
1.3 Transnacionalização e mercadorização do ensino superior .....	27
1.3.1. Processo de Bolonha.....	30
1.3.2. Organismos internacionais para a educação superior.....	34
<b>1.4. OCDE e Banco Mundial: a educação superior brasileira em destaque.....</b>	<b>35</b>
1.4.1 Mercadorização do ensino superior privado no Brasil .....	38
1.4.2. Globalização e políticas públicas para o ensino superior privado brasileiro.....	41
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>47</b>
<b>ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: DAS CORPORações DE CAPITAL ABERTO OU FECHADO.....</b>	<b>47</b>
2.1. Dados contextuais do ensino superior .....	48
2.2. Do monopólio do ensino superior privado: corporações predominantes.....	58
2.3. Ensino Superior privado: discussões, anúncios e denúncias .....	62
2.4. Expansão das cinco maiores instituições privadas de ensino superior.....	73
2.5. Ensino superior privado: resoluções e dilenas .....	80
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>84</b>
<b>ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: IMPACTOS E IMPLICAÇÕES.....</b>	<b>84</b>
3.1. Ensino superior privado: estratégias para expansão de capital.....	84
3.1.1. Ensino à distância como fator extraterritorial e baixo custo .....	85
3.1.2. Os rankings internacionais e nacionais como moeda de troca .....	90
3.1.3. Comercialização do Ensino Superior: estratégias de marketing .....	94
3.1.4. Rotatividade da contratação docente no Ensino Superior Privado .....	99
3.1.5. O processo de cooptação institucional: fusões e aquisições .....	104
3.2. Impactos e implicações do Ensino Superior privado no Brasil.....	108
3.3. Ensino superior privado no Brasil: das lições aprendidas ao caminho por construir ....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
REFERENCIAS .....	119
APÊNDICE .....	134

## INTRODUÇÃO

Após aprovação e entrada em vigor da LDBEN 9394/1996 (BRASIL, 1996) houve expansão na oferta de vagas no ensino superior. Esta lei foi um marco para a “[...] expansão do setor privado e da noção do ensino como mercadoria”. (BARBIERI; AZEVEDO, 2016)<sup>1</sup> usado largamente pelas Instituições de Ensino Superior (IES) de capital aberto. Instituições de ensino superior privadas de capital aberto são as que oferecem suas ações a investidores pela Bolsa de Valores, tanto nacionais quanto estrangeiros, seja pessoa física, seja pessoa jurídica cujo objetivo é ampliar as taxas de lucratividade, mediante a oferta das ações ou mercadorias apresentadas, sendo assim “[...] contribuindo para a expansão de empresas educacionais e favorecendo a acumulação financeira [...] em decorrência do processo de financeirização da educação superior.” (SANTOS FILHO, 2016, p.31).

Há também as de capital fechado, compreendendo as IES cujos estatutos não contemplam a venda de ações, mesmo que seja uma Sociedade Anônima. Nesse contexto, as grandes corporações de capital privado aberto e/ ou fechado com maior expressão de mercado e investimentos na área do ensino superior, abrangeram sua influência política por lobbies para ampliar a oferta do ensino superior tanto no ensino presencial, quanto no à distância, preferencialmente a cursos de interesse do mercado e dada a capacidade de pagamento do público alvo que seria a classe social dos trabalhadores. (SGUISSARDI, 2015).

A fundamentação teórica, juntamente com a posição epistemológica, ficou a cargo da teoria crítica da escola de Frankfurt, especificamente em Adorno como um dos principais representantes. Trata-se da análise da constituição social, quais são suas ações e como atuar para mudar sua direção. Pensar a sociedade e formar indivíduos “emancipados” para não se repetir o campo de extermínio de Auschwitz<sup>2</sup>, se relaciona também com a questão da “indústria da cultura” como voltado ao

---

<sup>1</sup> Carvalho lembra que espaço da educação superior privado no Brasil “[...] teve início com a Reforma Universitária de 1968 implementada durante o regime militar, que incentivou o surgimento e a manutenção, a princípio, de estabelecimentos isolados.” (CARVALHO, 2013, p.761).

<sup>2</sup> O campo de concentração de Auschwitz na Polônia foi o que mais matou prisioneiros ultrapassando a marca de um milhão de pessoas executadas (WIKIPÉDIA, 2020).



consumo de bens de forma irrefletida, caracterizando a própria cultura como mercadoria (ADORNO, 1995).

O indivíduo que recebe uma “semiformação” acaba por consumir objetos e serviços da “indústria cultural” sem refletir a necessidade daquilo, esse comportamento autômato num ambiente coletivo massificado pode levar ao poder governos fascistas como houve na Alemanha nazista (ADORNO, 1995). Quanto a formação superior, o “capitalismo tardio” impede o sujeito comum a acessar uma educação humboltiana, voltada à reflexão e pesquisa, uma “formação autêntica”, em que se desenvolve o pensamento reflexivo do mundo e também “humanizante”. Ao contrário, quando se oferece a “semiformação” resulta na não humanização e massificação do ser humano (ADORNO, 1995).

Para direcionar esta pesquisa pela teoria crítica utilizamos Roger Dale, professor de sociologia da educação britânico. Mainardes e Alferes apontam (2014, p.413) “[...] as ideias de Dale são abrangentes e complexas e oferecem contribuições importantes para a pesquisa de políticas educacionais, em uma perspectiva crítica.”

Para Mainardes e Alferes (2014) os estudos de Dale indicam um patamar de análise de políticas de Educação desenvolvidas com a lente crítica por pesquisadores que possam ultrapassar interpretações aparentes e superficiais e compreender o que está abaixo das estruturas apresentadas. O que se pode fazer referência às relações entre o setor privado e o Estado e as consequências da relação de ambos para a sociedade em políticas públicas educacionais.

Um termo utilizado para apontar essas relações é a “Agenda Global Estruturada para a Educação”, que explica grupos econômicos em atuação “supra e transnacionalmente” e tem o objetivo de romper as fronteiras das nações e modificar suas relações e dos próprios países (DALE, 2014). Tais grupos transnacionais chegam a compor as políticas educacionais dos países onde atuam.

Neste contexto, fica claro que na atualidade, as pesquisas sobre políticas educacionais podem ser direcionadas aos entendimentos das transformações da atuação do Estado numa realidade pós-neoliberal. A interpretação da atuação do Estado atualmente também está relacionada com sua ligação com o setor privado e as diversas formas de trabalhos em conjunto que influenciam as composições das políticas (MAINARDES; ALFERES, 2014).

Inserido no mesmo paradigma, interpreta Azevedo (2015) as questões de mercadorização e transnacionalização do ensino superior privado no Brasil sob leitura também da teoria crítica. Sob visão de pesquisador nacional debruçado sobre os problemas de sua área de atuação, suas análises são relevantes para se entender o que ocorre com os grandes grupos educacionais de ensino superior privado.

Mediante contexto apresentado da política de capital aberto de grupos corporativos no Ensino Superior Privado no Brasil, a problemática da pesquisa foi: *Quais impactos e implicações a oferta do ensino superior privado por grandes grupos de capital aberto e fechado tem causado às solicitações sociais, considerando a relação entre as políticas públicas educacionais e o mercado?* O objetivo geral desse trabalho foi a de analisar a expansão do ensino superior privado no Brasil a partir dos principais grupos corporativos de capital aberto/ fechado quanto aos impactos e implicações de sua oferta entre mercado, políticas públicas e solicitações sociais.

Em leitura aprofundada de literatura especializada identificamos cinco grupos corporativos que detém o monopólio do ensino superior no Brasil, sendo quatro de capital aberto, a saber: **Kroton** (Cogna), **YDUQS** (Estácio), **Laureate** e **Ser Educacional** e uma de capital fechado correspondente à **Universidade Paulista** (Unip), leituras e interpretações de Azevedo (2015), Bianchetti; Sguissardi (2017), Chaves (2010), Chaves et al. (2018), Costa (2016), Girardi; Klafke (2017), Oliveira (2017), Santos Filho (2016), Tavares (2019) apontam sobre os históricos de expansões, aquisições e fusões a partir da abertura de capital, com exceção da Unip<sup>3</sup>. O que se destacam são os aligeiramentos e barateamentos dos cursos para atingir as classes mais populares, porém com qualidade duvidosa dos cursos. Esse conjunto de informações possibilitou a sistematização dos objetos específicos dessa pesquisa como seguem:

- Contextualizar o processo histórico do Ensino Superior e o processo de transnacionalização a partir dos anos de 1930 até a segunda década do século XXI;

---

<sup>2</sup>Di Gênio, dono da marca Objetivo, canais de televisão, fazendas e de aluguel dos prédios das escolas, proprietário de patrimônio bilionário e o que indica a resistência em se manter com o capital da Unip ainda fechado (AMORIM, 2015).

- Discutir o papel de corporações com fins lucrativos e de capital aberto/ fechado no Ensino Superior brasileiro por meio da literatura especializada, considerando as produções científicas nos últimos sete anos<sup>4</sup>;
- Problematizar o monopólio do Ensino Superior Privado no Brasil por grupos corporativos, quanto aos seus impactos e implicações de sua oferta entre mercado, políticas públicas da educação e solicitações sociais.

A metodologia empregada neste trabalho centrou-se na abordagem qualitativa a partir de revisão bibliográfica sobre a temática e análise documental e de conteúdo para os *banners* de marketing, ou seja, a retirada de informações de “documentos primários” e retirar seus significados para outros documentos (BARDIN, 2011).

Aponta Lima (2003) a pesquisa qualitativa trata de atividade investigativa direcionada na perspectiva compreensiva que permite a apropriação e a problematização mais relevantes acerca do objeto.

Considerando as cinco instituições selecionadas para a compreensão do objeto, sob o olhar documental das e sobre as corporações destacamos como caminho de relevância o seguinte:

- a) Análise de notas dos cursos oferecidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): dentre elas as divulgações do Enade e outros índices que acreditem qualidade as IES;
- b) O crescimento exponencial da oferta pelas corporações, mediante registros institucionais de livre acesso, o mercado alcançado e suas relações com as políticas públicas e formas de impactos quanto às solicitações sociais, considerando o nível socioeconômico e inclusão social.

Para compreender de forma mais contextualizada o desenvolvimento da pesquisa foram organizados três capítulos de forma encadeada. O primeiro capítulo trata da política de ensino superior e a transnacionalização, resgate histórico do setor e como se apresenta atualmente, dadas as influências de organismos internacionais

---

<sup>4</sup>O período de sete anos, compreendido entre 2013 a 2020 é um recorte temporal de intensas mudanças na política educacional de financiamento, no caso o Fies e entre as IES privadas, em suas fusões, aquisições, políticas de captação de clientes.

como a OCDE e Banco Mundial que oferecem capital aos fundos de investimento para realizarem as suas aquisições. Dentro dessa perspectiva crítica, como o setor educacional brasileiro tem agido frente a esse movimento de compras, fusões e aquisições, as nomenclaturas dadas para maior análise da situação dentre elas ,segundo Azevedo (2015), a mercadorização do ensino superior e a globalização nas leituras de Palumbo (1994), Dale (2010), Jessop (1997) e outros autores e como são discutidas as políticas sobre essas duas situações.

No segundo capítulo discutimos o ensino superior privado no Brasil: das corporações de capital aberto/ e ou fechado e panorama de seu funcionamento em relação ao fluxo de matrículas e projeções de seu aumento. A partir da identificação das corporações predominantes em número de cinco, no capítulo sinalizamos o fenômeno de oferta de matrículas, principalmente as de baixo custo como mercadorização, do setor privado e discussões, anúncios e denúncias decorrentes, bem como, reflexões acerca das resoluções e dilemas para o setor.

Por fim, no terceiro capítulo tratamos dos impactos e implicações do setor privado, suas estratégias para aumento da lucratividade e diminuição de custos na dimensão das ofertas entre ensino presencial e à distância, as sinalizações projetadas para o aporte de grupos corporativos de capital aberto/ ou fechado para os próximos anos e os seus significados para a realidade brasileira.

## **CAPÍTULO I**

### **POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR E INTERNACIONALIZAÇÃO**

É fundamental recorrer ao percurso histórico de determinado objeto para compreender o contexto e as condições sócio materiais que o geraram. Essa opção será o norteamento do presente capítulo, visto que possibilitará suporte para a discussão dos rumos do ensino superior no Brasil e seus desdobramentos na primeira metade do século XXI, os movimentos de corporações públicas e privadas, políticas e agendas internacionais quanto à difusão de cursos superiores padronizados ofertados como produto de baixo custo, com forte apelo aos discursos de solidariedade internacional na abertura de mercados.

Esse capítulo está organizado em quatro seções. A primeira faz retomada histórica do surgimento da universidade no Brasil. A segunda analisa o estado do conhecimento em teses e dissertações sobre o tema do ensino superior privado no Brasil. A terceira desenha reflexões acerca do processo de Bolonha como política internacional promotora da mercadorização do ensino superior via instituições governamentais. E, finalmente a quarta discute o contexto da globalização e suas influências às políticas educacionais para a Educação Superior de setor privado no Brasil.

#### **1.1. Políticas públicas para o ensino superior no Brasil**

A origem do ensino superior no Brasil se deu tardiamente em relação à América Latina, enquanto vizinhos de língua espanhola haviam instalado suas faculdades desde o século XVI, a colônia portuguesa somente presenciou o seu início no século XIX com a chegada da família real (OLIVE, 2002). Durante o período imperial poucas faculdades foram abertas, algumas unidades dos cursos de Direito, Medicina e Politécnico distribuídas pelas principais cidades do país. O acesso a essas faculdades era restrito.

No início do século XX, positivistas<sup>5</sup> formavam um dos movimentos contrários a instalação de universidades no Brasil por as considerarem como instituições

---

<sup>5</sup>Sistema filosófico formulado por Augusto Comte, tendo como núcleo a teoria dos três estados, segundo a qual o espírito humano, ou seja, a sociedade, a cultura, passa por três etapas: a teológica, a metafísica e a positiva. As chamadas ciências positivas surgem apenas quando a humanidade atinge a terceira etapa, sua maioridade, rompendo com as anteriores. Para Comte, as ciências se ordenam

ultrapassadas, conservadoras e vinculadas à tradição feudal. Seus interesses para a educação superior eram formar cidadãos capazes de assumirem uma profissão, ou seja, formação tecnocrata.

Com essa forma, a Constituição [ de 1891] procurou conciliar antigos projetos liberais de secularização e descentralização do ensino com as propostas positivistas de desligar o exercício das profissões dos privilégios concedidos pelos diplomas escolares.[...] Diziam eles que os diplomas escolares não atestavam o mérito dos profissionais, nem seria possível garantir o ensino das melhores doutrinas e técnicas pelas escolas.(CUNHA, 2007, p.152).

Por outro lado, o movimento liberal, inspirado pelos Estados Unidos via a educação superior como instrumento de avanço para a sociedade, principalmente a pesquisa e desenvolvimento de novos conhecimentos. De acordo com Cunha (2007) existiam duas políticas educacionais antagônicas em disputa pela hegemonia no início do governo Vargas, a liberal e a autoritária.

A corrente liberal igualitária atenderia algumas demandas das classes média e popular. Enquanto a autoritária visou impedir atender reivindicações de justiça social das classes populares e adotar agenda fascista de extrema direita. Ou seja, na primeira havia “o discurso” da intenção de conciliação de interesses das diferentes camadas sociais, já a outra “o discurso” era de que políticas populistas poderiam impedir o crescimento e a riqueza da nação, de forma velada impunha a vontade e dominação das classes dominantes (CUNHA, 2007).

Do período colonial até a primeira década do século XX, os filhos da elite brasileira buscaram sua graduação em Portugal. Somente em 1920 foi criada a primeira Universidade brasileira, com reunião de faculdades profissionalizantes preexistentes e mantendo a autonomia de cada instituição (OLIVE, 2002).

Com a derrocada da política café com leite, no governo de “transição” de Getúlio de Vargas e a projeção do Brasil ao período urbano industrial, a educação é entendida como processo de melhoramento e desenvolvimento do país. Muitos movimentos estavam ocorrendo com a ascensão varguista como por exemplo o manifesto dos pioneiros, a luta pela escola laica, pública e gratuita e a reivindicação de uma universidade propriamente dita.

---

hierarquicamente da seguinte forma: matemática, astronomia, física, química, biologia, sociologia; cada uma tomando por base a anterior e atingindo um nível mais elevado de complexidade. A finalidade última do sistema é política: organizar a sociedade cientificamente com base nos princípios estabelecidos pelas ciências positivas (RIBEIRO JUNIOR, 1988).

Nesse contexto, durante a gestão de Educação Francisco Campos, ministro da Educação na época, houve reivindicações de mais acesso ao ensino superior para a classe média que naquela época sofria para conseguir uma vaga no ensino superior. Desde esse período o acesso à universidade caracterizou a possibilidade de acessão social via cargos públicos e profissões liberais (CUNHA, 2007). Possibilidade quase inexistente visto a ausência de instituições universitárias no Brasil. O país continuava “assentado numa saca de café” e vendendo leite.

Segundo Sampaio (1991) houve agrupamento de cursos já existentes, sem perfil para a pesquisa e autonomia institucional, que incluía o ensino e autonomia administrativa. Para Olive (2002) o caminho de criação da universidade em 1931 foi criado o estatuto das universidades brasileiras e a organização em território nacional de faculdades isoladas em universidades, a base dos cursos tradicionais se mantém, corroborando com os decretos Francisco Campos, conforme tabela a seguir.

**Quadro 1-** Decretos sobre Educação Superior no governo Vargas.

<b>Decreto n.19.850</b>	11 de abril de 1931	“Crêa o Conselho Nacional de Educação.”
<b>Decreto n.19.851</b>	11 de abril de 1931.	“Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras.”
<b>Decreto n.19.852</b>	11 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro

**Fonte:** Elaboração própria.

À época houve disputa de grupos hegemônicos a influenciar qual tipo de universidade seria implementada no Brasil, as questões em voga eram o governo federal como regulador do ensino superior, a atuação da Igreja Católica como influenciadora de opinião e um terceiro ponto foi criar universidade para a pesquisa de forma autônoma como as universidades norte-americanas preconizado por Anísio Teixeira.

Neste mesmo período houve o fenômeno do êxodo rural, aumento da população urbana e demanda de emprego nesses centros, conseqüentemente aumentou a pressão para se oferecer maior número de vagas no ensino superior. O pré-requisito para disputar o vestibular da época foi ter cursado o curso médio

acadêmico. Somente na década de 50, quem realizou curso médio técnico pôde concorrer uma das vagas da graduação.

A década de 1930 foi um período de mudanças para o Ensino superior, segundo Sampaio (1991) um novo tipo de organização de universidade foi elaborado com lei de estruturação denominada “Reforma Francisco Campos”. Nesse novo arranjo as instituições criadas a partir de então deveriam oferecer faculdade de Educação, Ciências e Letras. À época, a universidade poderia ser gerenciada pelos governos federais, estaduais e “livres” como por exemplo as confessionais PUC e Mackenzie.

Mesmo com o desejo do movimento acadêmico da época, transformar a universidade em centro de pesquisa em nível nacional, ainda era projeto e não se desenvolveria tão cedo, somente com a criação da Universidade de São Paulo, mantida pelo governo estadual e a Universidade do Brasil, essa federal. A Faculdade de Ciências foi direcionada a formação de professores como política educacional fundamental (SAMPAIO, 1991).

Devido ao poderio econômico do estado mais rico do país, São Paulo criou a Universidade de São Paulo em 1934 com vínculo administrativo do governo estadual e viés para a pesquisa.

### **1.1.1 Década de 60: mudanças e investimentos**

O desenvolvimento das burocracias estatais e das empresas de grande porte abriu um novo mercado de trabalho, disputado pelas classes médias. O diploma de ensino superior constituía uma garantia de acesso a esse mercado. Era a demanda por ensino, e até mesmo pelo diploma que impulsionava as demandas por transformações da década de 60 (SAMPAIO, 1991, p.14).

A classe média em crescimento nos grandes centros urbanos formada por pequenos comerciantes, imigrantes europeus, japoneses e operários demandava acesso à universidade ainda restrita a poucos estudantes originados de formação secundária acadêmica. Quem realizara formação técnica até antes de 1968 não poderia ingressar em curso superior.

Em vigor em 1961 a lei nº 4.024, lei de diretrizes e bases da educação nacional apresentava caráter conservador às instituições de ensino superior ao manter as cátedras vitalícias o formato aglutinador de faculdades para se formar universidade e



menor interesse pela expansão e estímulo à pesquisa (BRASIL, 1961). O interesse permaneceu a formação voltada para o ensino, ou seja, educação para o trabalho (SAMPAIO, 1991).

O ensino superior deveria ser posto 'a serviço do meio', razão por que a integração universidade-empresa deveria ser a base da reforma universitária. As posições do grupo privatista, na contenda da LDB, foram assumidas no tocante ao combate à 'hipertrofia da escola pública', em todos os graus, assim como na defesa do pagamento do ensino dessas escolas, principalmente no grau superior. O fim do ensino gratuito nas universidades públicas era visto como uma imposição de justiça social, pois a renda dos diplomados ficaria aumentada por efeito do ensino recebido, daí a necessidade de eles retribuírem esse benefício, em proveito de outros (CUNHA, 2007b, p.124).

Conforme descrito acima, houve movimento privatista, ou seja, a gestão da educação superior ficar sob o comando de instituições privadas e já na década de 1960 cogitava-se em cobrar mensalidade dos cursos das universidades públicas. Há de se compreender que o desejo liberal de Estado mínimo perdura, com reivindicações do setor financeiro em privatizar serviços públicos, até a atualidade.

Neste período houve a transferência da capital nacional e a criação da Universidade de Brasília, com concepção voltada à pesquisa. Esta instituição inovou ao criar departamentos em lugar de cátedras, oferecendo maior autonomia ao corpo docente, liberdade de pensamento esta perseguida posteriormente pela ditadura militar iniciada em 1964.

A ampliação de vagas no ensino médio e a diminuição de tradicionais empecilhos à realização de exames vestibulares proporcionada pelas "leis de equivalência" e pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, relata Cunha (2007b) que serviriam para ajudar a mudar a necessidade de vagas ao ensino superior. O aumento de formandos do ensino médio interessados em ingressar à graduação acarretou a crise dos "excedentes" nos anos de 1967 e 1968 ocasionando na lei de reforma universitário (CUNHA, 2007b).

O artigo 17 da reforma altera a forma eliminatória dos vestibulares, passaram a ser classificatórios, medida paliativa aos que não conseguiam uma vaga na graduação. Para atender os excedentes, o governo militar realizou duas medidas, instituir ao menos uma universidade federal em cada estado, em grande parte realizado no governo Geisel (1974-1979) e estimular o crescimento do setor privado, com grande interesse em implementar cursos tradicionais e muito procurados como

Direito, Engenharia e Medicina. No caso da Engenharia, fazia parte do plano utilizar expressivo número de recém-formados em grandes obras em andamento no período denominado de milagre econômico brasileiro (NAPOLITANO, 2017).

Afirma Olive (2002) foi pelo governo dos militares que ocorreram mudanças na regulamentação da Educação Superior com a lei nº 5.540/68 da reforma universitária, as instituições federais substituíram as cátedras pelos departamentos.

A reforma promulgada pelo Governo Federal em 1968 correspondia a uma versão conservadora do projeto proposto por Darcy Ribeiro para a Universidade de Brasília, que incorporava muitas das novas ideias do movimento docente e estudantil. Foi, por isso mesmo, extensa e profunda. Entre outras medidas, ela

- 1) Aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa.
- 2) Implantou o sistema de institutos básicos.
- 3) Estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante.
- 4) Decretou a flexibilidade curricular com o sistema de crédito e a semestralidade.
- 5) Estabeleceu o duplo sistema de organização: um, vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo (SAMPAIO, 1991 p.15).

As medidas da reforma universitária contaram com interferência direta do núcleo do poder ditatorial, o mesmo que instituiu Ato Institucional número 05, AI-5, para decidir unilateralmente a estrutura do ensino superior na época, ou seja, não houve participação de docentes, reitores, estudantes, a parte da sociedade diretamente envolvida não foi representada. Porém, mesmo num momento de maior repressão pela ditadura contemplava a “estruturação da carreira e a valorização da pesquisa” (SAMPAIO, 1991).

Nesse processo, docentes e estudantes refugiam-se numa postura de oposição intransigente e, atribuindo “à ditadura” todos os males da universidade, eximem-se de uma reflexão mais aprofundada sobre os problemas que ela enfrentava. O segundo processo diz respeito ao modo pelo qual o Governo atendeu à explosiva demanda por ensino superior. Isso foi feito de duas maneiras: pela ampliação das vagas no ensino público e pelo estímulo à expansão do setor privado (SAMPAIO, 1991, p.16).

O crescimento das instituições de ensino superior privado e faculdades isoladas é regido pelas regras do mercado, ligado pelas necessidades da sociedade em obter título de graduação. O setor privado tem por objetivo, em suas matrículas, o lucro, relegando a qualidade de ensino a segundo plano, quanto a pesquisa não havia

interesse. A titulação como ascensão social fez com que as profissões fossem regulamentadas. E aos recém-formados as carreiras públicas e empresas privadas, não houve absorção do mercado para todos, indicando engano pensar o ensino superior como garantia certa de emprego e ascensão social (SAMPAIO, 1991).

Esse era o panorama da década de 1960, o desejo da ascensão social pela titulação perdura em algumas graduações, como a medicina, até atualmente. Nessa década houve incentivo para a expansão do ensino superior privado. Um desses incentivos foi o que trata Cunha (2007c, p.291): “A revisão do Plano Nacional de Educação, em 1965, destinou 5% do Fundo Nacional do Ensino Superior para subvencionar os estabelecimentos particulares do ensino superior.”

Tal destinação e a economia de gastos para o ensino público superior priorizou, a partir de então, o crescimento do setor privado e o início de sua hegemonia em relação ao setor público. Investidores e grupos oriundos do Ensino Médio e de cursinhos pré-vestibulares passaram a priorizar seus investimentos para o ensino superior em início de expansão (CUNHA, 2007c). Ainda em vigor o artigo 107 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 contava com o dispositivo no qual as instituições não poderiam ter liberdade econômica e de lucrar:

O poder público estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível sem finalidades lucrativas, e facultará aos contribuintes do imposto de renda a dedução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades. (BRASIL, 1961, s/p).

Para Napolitano (2017) a intenção dos legisladores não era de reter o lucro das instituições, mas de o mesmo ser utilizado dentro dos grupos educacionais. Em consequência, ocorriam formas indiretas de lucrar, como alugar prédios de um dos donos do grupo em nome de terceiros ou contratar obras superfaturadas.

Além de reiterar a liberdade de ensino à iniciativa privada, respeitadas as disposições legais, a CF/67 havia introduzido a possibilidade de os poderes públicos concederem amparo técnico e financeiro ao setor privado, inclusive sob modalidade de concessão de bolsas de estudo. Ou seja, o texto constitucional de 1967 deu margem ao setor privado de beneficiar-se de recursos públicos para manutenção e funcionamento. (CORBUCCI et al, 2009, p.04)

O predomínio das matrículas e vagas de cursos superiores até então centrava-se nas instituições públicas a partir da década de 60 com a reforma universitária houve o fortalecimento do setor privado, com isso inverteu-se e o setor privado passou a ter

a maior parte das vagas. Instituições de ensino superior privadas, direcionaram quantias próprias para suprir necessidades do mercado, com a rápida capacidade de investimento o setor privado cresceu mais que o público (SAMPAIO, 1991).

A década de 1980 considerada por economistas e pela mídia como a década perdida<sup>6</sup> para a economia brasileira gerou consequências às IES privadas, o percurso de ascensão percebido anteriormente foi interrompido por estagnação das matrículas seguido por queda nos anos posteriores.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)/MEC, no período 1980-1989 houve aumento de pouco mais de 10% no total de estudantes matriculados, enquanto no decênio subsequente a expansão foi da ordem de 54%. Desse modo, este nível de ensino passou a integrar as políticas educacionais dos governantes pós-1988, tendo em vista o represamento da demanda ocorrido na década anterior, assim como pela expansão da educação básica, em especial do ensino médio, ocorrida ao longo destas duas décadas. (CORBUCCI et al, 2009, p.58).

O acesso à universidade ainda era para poucos, apesar do aumento expresso no número de vagas desde 1968. A situação pré-constituição era a entrada restrita e persistente da população excedente do ensino superior. Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a posteriori da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e regulamentações favoráveis à abertura de capital em 1998, expressava-se maior abertura ao setor privado:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. [...]

**Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:**

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;  
II- autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.  
(BRASIL, 1988- Destaque do autor)

Os dois artigos constitucionais citados proporcionaram amparo legal às instituições privadas para oferecerem seus serviços. Não estava previsto para os donos e mantenedores a retirada dos dividendos para si. Houve pressões e reivindicações dos mesmos, estas que começaram a ser atendidas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (MARTINS, 2019). A Constituição Federal

<sup>6</sup> Período no qual as taxas anuais de inflação estavam descontroladas, em 1980 foi de 100% ao ano e em 1989 chegou a 80% ao mês, desvalorização da moeda, perda do poder de compra das camadas mais populares e da classe média. Década de estagnação econômica e crise financeira. (IPEA, 2012).

possibilitou ao ensino superior o direito de reger-se, financeira e didaticamente para enfim, decidir pela criação ou fechamento de cursos mediante oferta e procura da sociedade. Antes tais decisões cabiam ao Conselho Federal de Educação (SAMPAIO, 2011). Ao Ministério da Educação há a prerrogativa de fiscalizar as instituições ao cumprimento da qualidade de ensino e das normas legais para operação das mesmas.

Os defensores do ensino público reivindicavam maior liberdade de ensino e pesquisa, mais verbas às universidades públicas, expansão e melhoria na qualidade de ensino. Durante a Constituinte, dois grupos disputaram a hegemonia de suas propostas. Um, envolvendo organizações em defesa do “ensino público e gratuito”. O outro, grupos empresariais representados pelo setor privado. Dentre os debates, defensores do acesso universal à educação propuseram ensino gratuito, qualidade de ensino, participações e gestões democráticas (CORBUCCI et al., 2009).

A disputa de dois grupos no cenário da educação brasileira perpassou os tempos de Colônia, Império, República Velha, Estado Novo, Período Populista, Ditadura Militar e Redemocratização despontaram nos embates da Constituinte. Interessante notar sobre os valores democráticos inseridos na redação da Carta Magna de 1988. O grupo defensor do ensino público foi contemplado com suas demandas e o setor privado também teve parte de seus interesses atendido. Dentre esses contextos de disputas, a educação superior manteve os dois segmentos público e privado oferecidos à sociedade com suas demandas por destinações orçamentárias. O primeiro, dependente prioritariamente de verbas públicas para oferecer qualidade de ensino, pesquisa e extensão. Ao segundo não caberia necessitar de financiamento público para funcionar, os recursos deveriam ser obtidos dos serviços de educação prestados, o que não acabara acontecendo mediante aos programas de custeio de mensalidades oferecidos posteriormente, como PROUNI e Fies, temas de apontamentos em capítulo posterior.

### **1.1.2 A Lei n. 9394/1996: Um olhar sobre o ensino superior**

De acordo com Corbucci et al. (2009), a Constituição de 1988 causou pouco impacto nas decisões do MEC referentes à educação superior. Legislação diferenciada ao setor ocorreu na década de 1990, com políticas neoliberais decorrentes a linha de pensamento predominante à época.

O trabalho desenvolvido no Congresso Nacional pelo Poder Executivo levou à aprovação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96) de caráter minimalista, cujo capítulo da educação superior apenas traçou linhas gerais para o sistema, deixando para a legislação complementar seu detalhamento. Assim, por meio dos decretos 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01, além da grande diversificação institucional hoje existente, estabeleceu-se uma concessiva interpretação da letra do artigo 207 da Constituição Federal, que estabelece a obediência ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (SGUISSARDI, 2006, p.1032).

Dá-se início à política de incentivo a iniciativa privada, ela explorou a demanda reprimida de vagas da educação superior de quase um século. A política adotada estava em consonância com o modelo norte-americano de abertura de mercado e autorregulação entre as empresas do setor. Em contrapartida, o investimento as universidades públicas estagnam-se sob argumento de contenção de gastos e conseqüentemente investir em suas expansões requer recursos alegados inexistentes. A lei 9.131/1995 (BRASIL, 1995) aprova as atribuições do Conselho Nacional de Educação e regulamenta o ensino superior privado. O artigo 20 da LDBEN foi revogado pelo governo Bolsonaro, incluído pela Lei nº 13.868, de 2019 (BRASIL, 2019). Condensou-se as instituições filantrópicas, confessionais em dois parágrafos:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas

- 1) - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- 2)- privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.
- 3) - comunitárias, na forma da lei.

§ 1º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem qualificar-se como confessionais, atendidas a orientação confessional e a ideologia específicas.

§ 2º As instituições de ensino a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo podem ser certificadas como filantrópicas, na forma da lei (BRASIL, 2019).

Para Azevedo (2015), o crescimento do setor privado foi destravado de regulações pela LDBEN, pelo Decreto n. 2.306 de 1997 e o Decreto n. 2.207 (BRASIL, 1997), afirmando a legalidade da prestação de serviços educacionais com fins lucrativos. O ensino superior privado estava autorizado a lucrar pelo oferecimento dos cursos. Desde então, a educação superior pôde ser tratada como mercadoria a ser oferecida pelas regras de mercado. A lei n. 9870/1999 em Brasil (1999) citada por Martins (2019) em seu artigo 9º autoriza a entrada em vigor da lei 9.131, de 1995 em seu artigo 7o-D:

As entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, com finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, deverão elaborar, em cada exercício social, demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes (BRASIL, 1999, s/ p).

Após entrada em vigor da LDBEN/1996 a competência do Estado via MEC em fiscalizar e regular o ensino superior foi definida. Permissões de funcionamento de cursos e de novas faculdades tiveram seus prazos definidos, com novas autorizações periódicas sob rito avaliativo. Se houvesse alguma nota baixa, o curso ou faculdade teria um “prazo de saneamento”. Posteriormente, a uma nova reprovação o MEC teria a autonomia de intervir, suspender a autonomia ou descredenciar a instituição (CUNHA, 2003).

Para Cunha (2003) a LDB define de forma vaga a universidade, a um lugar que oferece atividade intelectual instituída por atividades acadêmicas contínuas de temas e adversidades em evidência a visão da ciência e da cultura. Também tem atributos de cumprir com a determinação em manter docentes qualificados em um terço com titulação de mestre ou doutor, um terço ter dedicação exclusiva à universidade ou grupo educacional.

## **1.2. Educação superior brasileira e seus desafios**

Esta seção tem por objetivo discutir pelo estado do conhecimento estudos selecionados sobre a educação superior no Brasil, por meio de produções dos últimos sete anos em teses e dissertações que abordam diferentes aspectos deste nível de ensino. A preocupação do pesquisador foi a de entender por meio do estado do conhecimento, as discussões aprofundadas em três eixos que se constituíram as três palavras-chave, ensino superior, mercado e monopólio em busca no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Logo, foi utilizado o catalogo de teses e dissertações, dentro do tema desta pesquisa foram utilizadas as palavras-chave: Ensino Superior, mercadorização e transnacionalização. Mediante o uso de filtros, pesquisas realizadas no período entre **2013 a 2019**, pela Grande Área de Ciências Humanas e programas de Educação. Foram encontrados 7.619 resultados e dentre eles 23 trabalhos relacionados a temática.

Neste contexto, para Romanowski e Ens (2006) fica claro que pesquisas localizadas a um tipo de publicação ou banco de dados online são denominadas como estado de conhecimento. Sendo assim, a opção pelo estado do conhecimento proporciona parâmetro suficiente para encontrar os temas mais trabalhados dentro dos objetivos desta pesquisa.

[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando períodos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2015, p.102)

Conforme descrito acima, o estado de conhecimento direciona o levantamento bibliográfico e de documentos a encontrar caminhos a hipótese levantada, servindo de metodologia para se estudar políticas educacionais por exemplo, como é o caso deste trabalho. Dentro da mesma perspectiva, aponta-se sobre a importância da análise dos temas e resumos a serem buscados, pois fazem parte do mapeamento a ser realizado e da seleção de informações a serem trabalhadas.

Importante destacar sobre o Estado de Conhecimento é a finalidade que se faz a pesquisa, quando o pesquisador começa seu trabalho, ele traz consigo suas crenças, tabus e preconceitos no qual se faz necessário o próprio se afastar e romper com essa visão do senso comum para se obter a análise científica pretendida (MOROSINI, 2015).

Para se obter a melhor análise científica, realizou-se busca junto ao portal de periódicos da CAPES, cujas palavras-chave foram ensino superior, mercadorização e transnacionalização, buscou-se pesquisas recentes entre 2013 a 2019 como parte da metodologia aplicada, foram utilizados filtros, conforme especificado no início da seção, com o objetivo de selecionar pesquisas dentro da área da Educação.

Dentre esse processo foram selecionadas 23 pesquisas, entre 11 teses e 12 dissertações cujos temas estão em consonância com este trabalho e de fato, apresentam evidências do quanto se avançou na temática do ensino superior privado e os campos a serem explorados e sua influência na educação superior do Brasil. O próximo quadro apresenta os títulos, nível, ano, instituição e estado de origem das



pesquisas, o mesmo apresenta o propósito de se realizar análise de seus títulos e palavras-chave<sup>7</sup> e verificar recorrências temáticas e possíveis ausentamentos.

### Quadro 2. Dissertações e teses da CAPES

	Título	Nível	Ano	Instituição	Estado
1.	A Educação Superior como estratégia da integração regional: O caso UNILA	Doutorado	2017	UEM	PR
2.	A Educação Superior no período pós LDB/1996: Democratização e mercadorização no curso de Direito	Mestrado	2019	FURB	SC
3.	A expansão do ensino superior no Brasil: Da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização de 1980	Doutorado	2019	UFSCAR	SP
4.	A qualidade da Educação Superior e a Pedagogia universitária: Um olhar sobre a docência	Doutorado	2018	UNILASALLE	RS
5.	Análise Histórica e Sociológica das causas para a expansão do Ensino Superior Privado no Brasil	Mestrado	2013	UMESP	SP
6.	As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina.	Doutorado	2013	USP	SP
7.	Educação Superior no Brasil: uma reflexão sobre as implicações das políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior.	Mestrado	2013	UNISUL	SC
8.	Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade.	Mestrado	2018	UFPA	PA
9.	Financeirização da educação superior privado-mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.	Mestrado	2019	UFPA	PA
10.	Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012).	Doutorado	2016	USP	SP
11.	Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital- o caso da Kroton Educacional.	Doutorado	2019	UFRJ	RJ
12.	Financiamento da Educação Superior privado-mercantil: Incentivos públicos e financeiros de grupos educacionais.	Doutorado	2016	UFPA	PA
13.	Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de Ensino Superior no Brasil: o caso Kroton Educacional.	Mestrado	2019	UFPA	PA
14.	Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015: Mecanismo de financiamento da democratização do	Mestrado	2018	UNB	DF

<sup>7</sup> Em anexo está outro quadro citando autores de cada pesquisa, suas respectivas palavras-chave que serviram como base de análise.

	acesso e permanência na educação privada.				
15.	Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?	Mestrado	2014	UFRJ	RJ
16.	Monopolização do Ensino Superior Privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão.	Doutorado	2017	UFMS	MS
17.	O Banco Mundial e a Contrarreforma da Educação Superior Brasileira no Governo Lula da Silva. (2003-2010).	Doutorado	2016	UFPA	PA
18.	O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: Um estudo a partir dos dados do INEP. (1995-2010).	Doutorado	2013	UNISINOS	RS
19.	O Ensino Superior na tramitação do plano nacional de Educação. 2014-2024.	Doutorado	2015	UNIMEP	SP
20.	O Processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton Educacional.	Mestrado	2017	UFRJ	RJ
21.	Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil.	Mestrado	2013	UFU	MG
22.	Os Rankings do guia do estudante ne educação superior brasileira: um estudo sobre as estratégias de divulgação adotadas pelas instituições que obtiveram o prêmio de melhores universidades.	Mestrado	2014	PUC Campinas	SP
23.	Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do ProUni e Fies.	Mestrado	2016	Universidade Tuiuti	PR

**Fonte:** Elaborado pelo autor

O quadro exposto acima, dos vinte e três trabalhos o objetivo é analisar os temas das pesquisas levantadas e se há semelhança com o objeto do atual estudo. A temática do ensino superior privado está presente em dezoito títulos, o termo financeirização é apontado por quatro produções Sousa (2018), Sousa (2019), Costa (2016), Tavares (2019) e mercantilização está presente em Tavares (2014) e mercadorização em Martins (2019), o termo transnacionalização ou internacionalização de investimentos não aparece diretamente em títulos e também não há referência nas palavras-chave. Diante do exposto, pode-se aferir um campo a ser explorado, que é a temática da transnacionalização, especificamente sob *locus*

deste trabalho a transnacionalização dos investimentos em ações de IES privadas de capital aberto.

Vale destacar a UFPA com seis pesquisas envolvendo políticas educacionais em suas pesquisas, sendo quatro trabalhos, Tavares (2019), Filho (2016), Reis (2019) e Souza (2019) com títulos direcionados a financeirização e financiamento do ensino superior privado, integrantes também do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES). Ressalta-se a análise desses trabalhos a importância dada aos temas de financeirização e ensino superior privado. Serão detalhadas leituras mais aprofundadas em seção posterior. A universidade e o grupo de estudos citados acima representam o volume de pesquisas na área de educação representando a região Norte.

Sobre levantamento de trabalhos realizados por região, o estado de São Paulo contém seis pesquisas cujos títulos apresentem afinidade com este trabalho, sendo duas provenientes de instituições privadas e quatro públicas, sendo um desses trabalhos aborda a internacionalização do ensino superior (FILARDI, 2019). Por fim, as temáticas levantadas sobre financiamentos públicos via PROUNI E FIES foram encontrados em dois títulos Queiroz (2018) e Moura (2016) sendo os seus objetivos analisar estas políticas públicas de permanência e conclusão do ensino superior das camadas populares.

Em levantamento feito por palavras-chave o termo Educação Superior está presente em Bertolleti (2017), Costa (2016), Lourenço (2016), Martins (2019), Melo (2013), Mota Júnior (2016), Pereira (2017), Queiroz (2018), Santos (2018), Santos Filho (2016), Silva (2015), Silva (2017), Sousa (2018), Sousa (2019), Tarso (2013), Tavares (2014;2019), Waismann (2013), mercadorização em Martins (2019), ensino superior privado em Olobardi (2013), Pereira (2017), Queiroz (2018) e Tavares (2014) e os termos transnacionalização e internacionalização não são apontados nas palavras-chave de nenhum trabalho. Por esse levantamento já há indicio de lacuna ao termo transnacionalização a ser discutido por esta pesquisa e posteriores.

Com objetivo de encontrar semelhanças entre os estudos e apontar temas ainda pouco explorados dentro do campo de políticas educacionais, mais especificamente o do ensino superior privado no Brasil, realizou-se análise dos resumos para caracterização de metodologias, objetivos e resultados de cada um dos

vinte e três trabalhos selecionados. Optou-se por essa forma de trabalho por se tratar ser suficiente dentro do estudo do estado do conhecimento.

A tese "A Educação Superior como estratégia da integração regional: O caso UNILA" trata da análise da educação superior e da integração regional na Universidade Federal da Integração Latino Americana. Pesquisa de cunho documental e bibliográfico recorre a documentos que orientem o funcionamento da instituição e sua integração regional. Segundo Bertolotti (2017), a proposta de reunir países da América Latina em um espaço comum acadêmico ainda é desafio ser cumprido. A educação superior no Brasil como espaço internacional ainda precisa avançar em relação à Europa e América do Norte, por fim, ainda há um caminho a ser percorrido para haver real integração da educação superior na América Latina.

"A Educação Superior no período pós LDB/1996: Democratização e mercadorização no curso de Direito". Dissertação de Martins, M. (2019) trata de tema recorrente a este trabalho, a mercadorização, direcionada para o curso de Direito. De abordagens quantitativa e qualitativa, a pesquisa aponta o curso de Direito especificado como um produto a ser oferecido aos estudantes consumirem e as lacunas na formação de um bom profissional.

"A expansão do ensino superior no Brasil: da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização na década de 1980", tese de Filardi (2019) que trata do crescimento do ensino superior desde a reforma do ensino superior em 1968 até a abertura legal a criação de empresas educacionais com fins lucrativos. Estudo de cunho bibliográfico utiliza o materialismo histórico dialético como paradigma de pesquisa. Considera-se que há uma disputa ao acesso a formação de ensino superior de qualidade entre as IES privadas que usam o ensino superior como objeto comerciável e para os estudantes que necessitam de formação para se profissionalizar e ascender pessoal e socialmente.

"A qualidade da Educação Superior e a Pedagogia Universitária: Um olhar sobre a docência." Tese de Santos (2018) com cunho Estado da Arte em Educação Superior, realiza pesquisa exploratória descritiva em teses e dissertações relacionadas ao tema. Há direcionamentos sobre a educação superior ser um bem de consumo. É importante considerar o argumento da tese acima em concordar, em suas linhas, sobre o processo de mercadorização em andamento nesta etapa de ensino.

Dissertação "Análise Histórica e Sociológica das causas para a expansão do Ensino Superior Privado no Brasil". Olobardi (203) trata do crescimento das IES privadas entre 1990 a 2000, pesquisa de revisão bibliográfica e análise documental, com olhar marxista de Louis Althusser sobre as IES fazerem parte do aparelho ideológico de Estado. Além do mais, a existência de grupos privados de capital aberto atuando no setor indica a ideologia neoliberal como orientador de tais grupos.

Tese "As políticas de expansão e privatização do Ensino Superior no Brasil e na Argentina (1989-2009)" Moreira (2013) utiliza os métodos quantitativo e qualitativo para análise de dados, documentos e realiza comparativo entre sistemas de ensino superior de Brasil e Argentina. Analisa também o privatismo no ensino superior correspondendo ao termo mercadorização utilizado neste trabalho, o resultado desta pesquisa aponta para um ensino superior predominantemente privado no Brasil enquanto na Argentina ocorre o contrário, as IES públicas detêm o maior número de vagas.

"Educação Superior no Brasil: Uma reflexão sobre as implicações das políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior." Dissertação de Melo (2013), faz leitura das políticas de ampliação de vagas no ensino superior e permanência nos cursos para evitar evasões, tem por paradigma de pesquisa o materialismo histórico dialético e utiliza os métodos de análise bibliográfica, análise documental. Ora, as conclusões indicam políticas como o ProUni servem para garantir a permanência de bolsistas de baixa renda em seus cursos até sua conclusão, mas o número de jovens entre 18 a 24 anos com necessidade de apoio a permanência e conclusão dos cursos é grande e as políticas afirmativas contemplam pequena parcela, outra questão apontada é o acesso a essa faixa etária das classes populares ser baixo ao ensino superior por problemas de formação na Educação Básica.

"Financeirização da Educação Superior privado-mercantil e sua (não) legalidade". Dissertação de Sousa (2018) opta pelo viés qualitativo em análise documental, faz leitura crítica a flexibilização da legislação, a tornando favorável a livre comercialização de cursos do ensino superior. A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que a abertura de capital das empresas educacionais de ensino superior se deu por abertura de leis e normas após a promulgação da LDB.

"Financeirização da Educação Superior privado-mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A." Dissertação de Souza (2019), tem como método o estudo de caso da IES Estácio, trata do processo de mercantilização do ensino superior privado em modalidade de financiamento estudantil privado. A causa do oferecimento de crédito privado é a série de restrições para se obter o financiamento público, o Fies, já que o mesmo deixou de ser atrativo desde 2014, isso por outro lado traz graves consequências de receitas para as IES privadas, como, por exemplo a Estácio que passa a oferecer o PAR parcelamento Estácio.

"Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)", a tese de Costa (2016) segue a metodologia qualitativa em abordagem documental e bibliográfica, realiza leitura crítica de movimentações financeiras e demonstrações contábeis das três maiores empresas educacionais de ensino superior à época. Analisa dados da Kroton, Estácio e Anhanguera a partir da abertura legal de empresas de ensino mercantis até 2010 e aborda o fenômeno da mercadorização no ensino superior privado.

Também integra a temática de grupos privados em IES a tese "Financiamento da Educação Superior- privado mercantil: Incentivos públicos e financeiros de grupos educacionais" Sousa, S. (2019) analisa a política de financiamento da educação superior privada e a política de concessão de incentivos públicos a instituições privadas, o processo de mundialização do capital, ou seja, grupos de investidores estrangeiros recebem por lucros de suas ações na bolsa de valores. A pesquisa se guia pelo referencial teórico do materialismo histórico dialético em suas análises documentais e revisões bibliográficas. Além do mais, entende-se o financiamento via Fies como política de expansão do ensino superior.

"Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital – o caso da Kroton Educacional" Tese de Tavares (2019), faz análise crítica do processo de mercadorização do ensino superior privado no Brasil, estudo de caso da empresa Kroton Educacional. Referencial teórico do materialismo histórico dialético. Ora, o processo de monopolização do setor privado educacional ainda está em curso, nesse sentido, o aumento de receita de investidores ocorreu via financiamento público no passado com o Fies e atualmente pela bolsa de valores.

A análise realizada por Tavares mostra (2019) o grupo da Kroton em movimento de diversificação de investimentos no mercado educacional, a expansão dentro do ensino superior encontrou seu limite pela negativa de fusão com a Estácio arbitrado pelo CADE e pela diminuição de recursos oferecidos pelo Fies. Acrescenta a leitura sobre o Fies de Reis (2019) ser uma política educacional ambígua, pois auxilia o acesso a uma graduação com o preço de fortalecer o setor privado. Após a retirada de grande parte dos recursos para o Fies, a Kroton criou a sua própria forma de financiar os cursos, atualmente a maior parte dos financiamentos estudantis vêm de grupos financeiros privados (REIS, 2019).

"Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de ensino superior no Brasil: o caso da Kroton Educacional", dissertação com referencial teórico o materialismo histórico dialético e análise documental. Reis (2019) aborda o financiamento privado e direto da instituição ao graduando, de duas formas de financiamento privado chamados de Parcelamento Estudantil Privado (PEP) e o Pra Valer. Ora, após a retirada de grande parte dos financiamentos feitos pelo FIES, as financeiras privadas passaram oferecer contratos com juros maiores e com isso elevando ainda mais as taxas de lucro.

"Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)-2010 a 2015: Mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência da Educação Superior Privada", dissertação com metodologia quantitativa, abordagem neoinstitucionalista histórico e análise documental. Para Queiroz (2018) o FIES beneficiou o ingresso ao ensino superior de camadas mais pobres ao possibilitar financiamento a juros baixos e a permanência desses grupos até o fim da graduação. É sinal de que houve ganhos, enfim, a democratização de acesso ao ensino superior no período pesquisado.

"Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?" Dissertação cujo referencial teórico utilizado foi o materialismo histórico dialético. Neste contexto, Tavares (2014) realiza análise crítica do fenômeno de mercadorização do ensino superior privado por fundos de investimento, da movimentação internacional do capital e da anuência do governo Lula ao setor privado mercantil, fica claro que o governo petista não escapou das demandas das grandes corporações financeiras.

"Monopolização do Ensino Superior Privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão." Nesta tese Pereira (2017) faz análise de aquisições e fusões do grupo União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo- UNIESP, realiza pesquisa documental e entrevistas com envolvidos no grupo, aponta para a extinção de grupos educacionais de pequeno a médio porte. Isso se dá pelas aquisições realizadas por grupos maiores e capitalizados no mercado financeiro. Não se trata de adequação de mercado em que existem fusões e aquisições, lamentavelmente há o movimento de macro fusões, monopolizando assim o ensino superior privado.

"O Banco Mundial e a Contrarreforma da Educação Superior Brasileira no governo Lula da Silva (2003-2010)", a investigação foi feita por análise do discurso de documentos oficiais e o referencial teórico foi o materialismo histórico dialético. Tese de Junior (2016) na qual analisa as recomendações apontadas em documentos do Banco Mundial e seguidas durante a gestão Lula da Silva entre 2003 a 2010 e também as orientações do Banco Mundial para a educação superior brasileira. Conclui-se que existe uma agenda favorecendo o setor privado a ocupar todo o espaço do ensino superior brasileiro.

"O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: um estudo a partir dos dados do INEP. (1995-2010)", análise documental do INEP, pesquisa documental qualitativa e quantitativa. Waismann (2013) investiga as causas e influências do Banco Mundial em compor políticas públicas para o setor de ensino superior privado. Neste contexto, fica claro que as recomendações feitas pelo órgão internacional foram acatadas pelos governos brasileiros da época em direcionar a Educação superior à expansão do setor privado no país.

O Ensino Superior na tramitação do plano nacional de Educação-2014-2024, esta tese conta com metodologia de revisão bibliográfica documental e faz análise do Plano Nacional de Educação de 201-2020 em conjunto com o projeto de lei. Como bem nos assegura Silva, G (2015), pode-se dizer que as alterações do projeto de lei original garantiram maiores financiamentos para o ensino superior privado do que para o ensino superior público.

A dissertação "O processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton". Conforme



verificado por Silva, M (2017), tal crescimento se deu por fusões e aquisições mediante investimentos de grupos acionistas. Trata-se inegavelmente de expansão facilitada por diversas medidas políticas e econômicas a mercadorização do ensino superior, atribui aos programas ProUni e FIES as condições pela rentabilidade desses grupos. Sob essa ótica, ganha particular relevância a lucratividade ter tamanha prioridade a ponto de a instituição não realizar pesquisas.

"Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil", dissertação de revisão bibliográfica. Nessa perspectiva, Luiz (2013) analisa os impactos neoliberais sobre o ensino superior privado no Brasil. É sinal de que há, enfim, ações de movimentos mundiais que utilizam o ensino superior como mercadoria.

"Os Rankings do Guia do Estudante na Educação Superior Brasileira: um estudo sobre as estratégias de divulgação adotadas pelas instituições que obtiveram o prêmio melhores universidades." Dissertação com metodologias quantitativa e qualitativa, sob o viés da análise documental. Pode-se dizer que Lourenço (2014) realiza estudo do ranqueamento realizado pela revista Guia do Estudante apontado como referência para classificar as IES públicas e privadas. Tal ranqueamento possibilita e fortalecer o discurso mercadológico das IES privadas.

"Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do PROUNI E FIES." Dissertação com metodologia qualitativa em análise documental. Moura (2016) também trata do financiamento indireto público via PROUNI e FIES às IES privadas. Em contrapartida, há neste mapeamento estudo de Queirós (2018) defendendo estes programas como democratização e acesso de alunos de baixa renda ao ensino superior.

"Financeirização da Educação Superior Brasileira: o caso do grupo Kroton", dissertação de viés qualitativo dentro da perspectiva da análise documental. Neste contexto, fica claro para Soares (2018) o avanço da financeirização do ensino superior mediante a abertura da legislação brasileira a partir da década de 1990, desde então, as maiores IES privadas operam como empresas de capital aberto. A causa da financeirização das empresas educacionais de capital aberto levam a consequência de serviços educacionais para a classe trabalhadora popular consumir sem muitas garantias de qualidade em sua formação.

É possível afirmar que o termo financeirização apareceu em Tavares (2019), Costa (2016), Sousa (2019), Sousa, E. (2018) e Soares (2018). Primeiro, porque o fenômeno da maior empresa educacional do mundo ser brasileira (Kroton). Logo, torna-se fundamental a discussão dos processos que levaram a Kroton a tal crescimento.

As discussões de Reis (2019), Silva, M (2017), Soares (2018) e Tavares (2019) sobre o crescimento, aquisições, financiamentos e financeirizações da maior rede de ensino superior privado do mundo, a Kroton indicam grande aporte de capital estrangeiro via grupos de investimento na Bolsa de Valores e de governança corporativa equivalente às grandes corporações multinacionais. Esta corporação se beneficiou e muito de políticas públicas educacionais de financiamento, como o Fies, dos pagamentos realizados pelo governo federal dos contratos de financiamento de seus graduandos e reverteu aos seus investidores em dividendos exorbitantes.

Por fim, podemos chegar à conclusão de que o termo internacionalização do capital ou transnacionalização requerem maior aprofundamento por não haverem trabalhos analisando tais termos. Logo, é indiscutível tratar neste trabalho sobre esta lacuna, já que aponta as origens dos grupos financeiros estrangeiros e seus objetivos em relação ao ensino superior privado no Brasil. Nesse sentido, é possível considerar para a próxima seção o movimento global de grupos de investimentos representadas por empresas educacionais de capital aberto, a expansão se dá por todos os níveis da educação brasileira, mas esta pesquisa se direciona ao ensino superior privado.

### **1.3 Transnacionalização e mercadorização do ensino superior**

O movimento do mercado de ações, investidores e corporações internacionais de compra do ensino superior privado do Brasil indica o fenômeno de mercadorização do ensino e de internacionalização do mercado educacional superior ou a transnacionalização da educação superior. Em Azevedo (2015) pela abordagem da teoria crítica, o termo transnacionalização corresponde ao objetivo de discutir a ação e influência de grupos estrangeiros no ensino superior "por instituições que visam lucro".

Para esta pesquisa, optou-se pelo termo transnacionalização para direcionar as discussões à formação de monopólio de um pequeno grupo de corporações

subsidiadas pelo capital internacional, diferente da palavra internacionalização que pode se referir no trânsito de estudantes entre países e tratados regionais para currículos comuns de graduações entre os membros signatários.

Há quem trate o termo internacionalização também como forma de influência de grupos externos para a educação superior brasileira. Para esse contexto, os tratados celebrados entre o Estado brasileiro e a OMC sinalizaram tratar a educação como um serviço, sendo possível considerar como mercadoria e vendê-la. Esse ato de venda para o exterior é denominado internacionalização da educação, pode-se entender o termo também como desnacionalização do setor educacional (OLIVEIRA, 2017).

Conforme verificado acima, o termo venda de mercadorias, no caso cursos de graduação, e transnacionalização são termos problematizados para se discutir as esferas de poder em âmbito global. Dessa forma necessário considerar que os países centrais, detentores da maior parte do capital financeiro mundial impõem sua agenda e influências aos países em desenvolvimento.

Conforme trata Azevedo (2015) a internacionalização da educação superior como movimento de trocas culturais em ambiente de mútua aprendizagem entre o estudante visitante e a universidade que o acolhe num propósito de igualdade e fraternidade. De forma contrária, o autor deixa claro, o que se trata no lugar de cooperação e solidariedade entre povos encontra-se a competição e sobreposição cultural envolvendo Organizações Internacionais, agências nacionais de acreditação curricular, universidades e Estados nacionais (AZEVEDO, 2015), direcionando políticas a uma "agenda globalmente estruturada para a educação" (DALE, 2004), impondo as pesquisas acadêmicas formatação de produtos comercializáveis numa modalidade do "capitalismo acadêmico" (SLAUGHTER; LESLIE, 1997). Enfim, uma sociedade da "indústria cultural" de consumo, sem questionamentos e reflexões, com formações rasas para a execução de tarefas, longe de ser emancipatória (ADORNO, 1995).

Pode-se dizer que no Brasil o capitalismo acadêmico não somente está presente nos financiadores privados de pesquisas, mas de forma incisiva no ensino superior privado, desde a governança corporativa, passando pelo oferecimento de material didático, remunerações baixas do corpo docente, redução de custos ao

favorecer o Ensino a distância ao financiamento privado dos cursos de graduação. Como verifica Dale (2004, p.394) "[...] implica especialmente forças econômicas operando supra e transnacionalmente para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que reconstróem as relações entre as nações". Tais relações são feitas entre o Estado brasileiro e grupos do sistema financeiro internacional quando os permite direcionar as políticas educacionais em favor dos mesmos investidores.

Os direcionamentos dados pelos grupos mencionados acima, transformam o direito a educação em mercadoria educacional. É importante considerar que para estas organizações quem tem direito ao acesso a uma formação superior é aquele que pode pagar por isso. O acesso a formação universitária e o seu pagamento via mensalidades caracteriza-se como parte do processo de mercadorização do setor. Este cenário foi montado pelo Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (AGCS), no qual o Brasil foi signatário (AZEVEDO, 2015).

Portanto, em grande medida, a expansão da educação superior no Brasil aconteceu em ambiente de mercado dominado por empresas de serviços educacionais com finalidade de lucro e, para complexificar ainda mais o panorama, em momento em que a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada 1995, passa a jogar papel importante na liberalização comercial, reforçando teses privatizantes da educação do Banco Mundial, e em que empresas transnacionais e fundos de investimento lançam-se no mercado de educação superior no Brasil (AZEVEDO, 2015, p.91).

Na passagem acima, fica clara a participação de empresas transnacionais e fundos de investimento em controlar o ensino superior privado brasileiro. Nesse sentido, há interferência internacional nos rumos da política educacional brasileira ao permitir a permanência e compra de IES por esses fundos de investimentos de múltiplas nações. Numa perspectiva crítica sobre poder e globalização em que há uma agenda estruturada às nações capitalistas.

[...]percebe-se que o Brasil é partícipe, de maneira subordinada, do processo de mercadorização da educação superior, com preponderante atuação de grupos transnacionais. Porém, com a ressalva de que, no entanto, há também empresas com sedes no Brasil, organizadas como sociedades anônimas, cujas ações (papéis representativos de valores) são negociadas em bolsa [...] (AZEVEDO, 2015, p.98).

Como apontado acima, os avanços de grandes corporações de capital aberto no Brasil vêm aglutinando instituições privadas existentes, com recém-criadas e as estrangeiras atuando fisicamente como empresas instaladas. Instituições de Ensino

Superior privado (IES) atualmente estão atuando como S/A, Sociedades Anônimas e ofertando ações em Bolsas de Valores (MARTINS,2019).

Grupos de investimento estrangeiro compram esses papéis e passam a controlar as IES nacionais. Assim ocorrem com quatro dos cinco maiores grupos de ensino superior do Brasil.

Logo, é importante compreender a política de ensino superior privado e a transnacionalização como fenômeno global de dominação de empresas e grupos sediados nos países centrais do capitalismo atuando no Brasil, como política educacional para o uso dos cursos de graduação para se obter ganhos em ações na bolsa de valores, sendo captação de políticas de financiamento e bolsas de estudos mediante a incentivos fiscais, deixar de recolher impostos, a grupos específicos. Importante apontar sobre o processo transnacional para a educação superior no Brasil vem ocorrendo na Europa desde 1999, ano da Declaração de Bolonha em que os Estados europeus se comprometiam a criar uma política única para as universidades dos países membros.

### **1.3.1. Processo de Bolonha**

A Declaração de Bolonha, acordo firmado entre as nações pertencentes à União Europeia, apresenta um marco no processo de mercadorização do ensino superior mundial. Os países do espaço comum europeu acordam entre suas universidades um padrão de ensino atrativo aos estudantes de fora da Europa a pagarem por tais graduações. Lima; Azevedo e Catani (2008) asseveram ser um espaço europeu de ensino superior a oferecer formações em nível superior entre os próprios estudantes do continente e para os outros de países de fora do bloco. Uma forma de gerar receita a partir de cursos de ensino superior. Por isso, fica evidente que foi um movimento para fazer frente ao modelo norte americano de universidade e a recepção de alunos estrangeiros pagantes.

Esse espaço para graduações mediante ao pagamento de mensalidades como afirmam Lima; Azevedo e Catani (2008), ocorre em igualar os currículos dos cursos das universidades envolvidas e facilitar a mobilidade de estudantes e realizar ações mútuas, entre os países membros, para qualificar os cursos com o propósito de ranqueá-los. Sob essa ótica, ganha particular relevância a necessidade de adequação

no continente europeu frente aos avanços tecnológicos e científicos de outros países avançados, principalmente os Estados Unidos.

Para compreender esse processo, conforme explicado acima, se considera que houve avanço tecnológico e científico pelos Estados Unidos e países do leste asiático e o fenômeno de estudantes asiáticos procurarem as universidades norte americanas, gerando grandes receitas as mesmas e à economia local.

Não se trata de questão exclusivamente educacional, seja porque a educação também passa a ser considerada como bem de consumo, ou seja, passa a estar ligada ao comércio e entrada de capital às instituições envolvidas. Pertinente trazer em discussão, a mudança de conceito do ensino superior servir como formação humana e passa a ser um bem de consumo.

Conforme tratado por Macedo (2017), o documento de Bolonha cria acordo de união entre os países integrantes do bloco europeu para formação de ensino superior a prazo aligeirado de formato em 3,2,3. São três anos para graduação, dois para mestrado e três para o doutorado, seria um erro, porém, atribuir que mesmo neste formato enxuto, a maior parte da população europeia complete o processo.

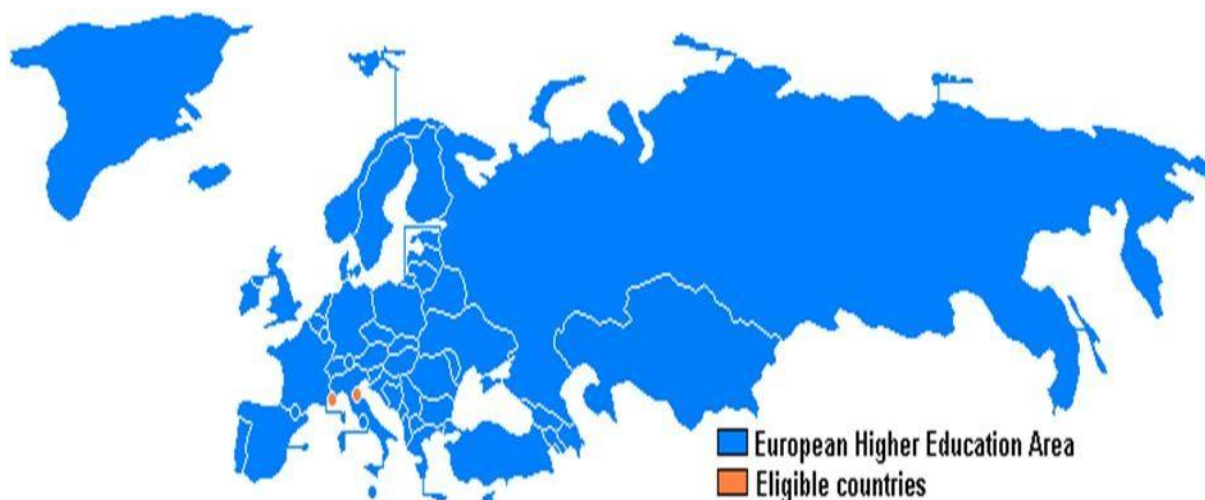
Assim, reveste-se de particular importância apontar a mercadorização como já existente e sistematizada. Sob essa ótica, ganha particular relevância o desejo do bloco europeu em concorrer com os Estados Unidos os ganhos obtidos em receber alunos estrangeiros (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

Conforme mencionado pelos autores, é preciso, porém, ir mais além as regulações para formatação de padrão de qualidade europeu. É exatamente um processo de transnacionalização intergovernamental de ranqueamento e qualificação de graduações entre países membros. Por todas essas razões, as instituições envolvidas devem se adequar ao padrão proposto, desde componentes curriculares ao formato de avaliações externas. É notório que isso resulte de exigências de grupos mercadológicos com objetivo em criar um padrão de qualidade da educação superior europeia.

Vê-se, pois, que para fazer parte de instituições qualificadas é necessária a adesão a todas as regulamentações para padronização. "A regulação transnacional de tais iniciativas, até recentemente dependentes de legislação nacional corresponde, agora, a uma exigência do Processo de Bolonha" (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008,

p.16). Sendo assim, inicialmente, a Declaração de Bolonha contava com 29 países europeus. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete à União Europeia, com todos países integrantes. Não é exagero afirmar que esse tema aponta para o desejo de hegemonia do bloco. Posteriormente, países do leste europeu e alguns asiáticos ingressaram no grupo a partir da primeira década do ano 2000 e atualmente 48 países fazem parte do Espaço Europeu de Educação Superior, conforme demonstra figura abaixo.

**Figura 1-** Espaço Europeu de Educação Superior



**Fonte:** Datastat (2020).

De acordo com Lima, Azevedo e Catani (2008, p. 09):

Adotando programas de cooperação e de financiamento, produzindo relatórios, livros brancos e outros textos de natureza político-normativa, [...] estabelecendo metas e objetivos a atingir, avaliações intermediárias e recomendações vigorosas, a UE vem-se revelando um autêntico locus supranacional de definição de políticas educacionais de caráter transnacional, com particular destaque, atualmente, para a educação superior.

Os autores deixam claro que o Processo de Bolonha se estabelece como movimento supranacional e transnacional para a educação superior. Primeiro, porque todos os signatários devem cumprir com os requisitos de qualidade para a educação superior. Depois, porque o objetivo desse espaço comum é mercantilizar seu legado acadêmico. Logo, torna-se fundamental entender que esse modelo está sendo copiado por empresas educacionais de outros países, inclusive o Brasil.

Assiste-se, assim, a um complexo processo de redução da autonomia relativa dos estados nacionais em matéria de educação superior; a uma direção supranacional de políticas, agora relativamente descontextualizadas; a uma deslocalização das arenas de debate e dos processos de discussão

democrática de tipo tradicional; à não participação ou a uma participação fluida e difusa dos atores educativos diretamente envolvidos, em favor da intervenção de stakeholders altamente organizados e institucionalizados[...]. (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008, p.12).

Podemos conceituar, conforme citado acima, que as definições das agendas para a educação superior estão nas mãos de profissionais ligados a empresas, ou seja, interesses corporativos. Então, é preciso assumir que empresas ou associações privadas estão à frente das definições de políticas educacionais para o ensino superior na Europa. Certamente se trata de decisões impostas à sociedade que fica sem participar democraticamente dos rumos da educação superior em seu país. Verifica-se assim, um processo de diminuição dos poderes nacionais a espaços coletivos de países a exercerem influencia na regulação, avaliação e qualificação da educação superior de nações não integrantes a esses grupos.

Apresenta-se como o Processo Multilateral de Bolonha, projetado para criar uma arquitetura unificada de educação superior na Europa, foi remodelado e dirigido pela estratégia Lisboa 2000 da União Europeia para a competitividade e pelo relançamento da Agenda Lisboa 2005. Essa agenda tem permitido a utilização da educação superior como uma plataforma para amplas estratégias de regionalização e globalização da União Europeia para criar tanto “mentes” quanto “mercados” para a economia europeia de conhecimento, levando à emergência de um sistema global mais integrado e relacional de educação superior (ROBERTSON, 2009, p.423).

É exatamente o caso, conforme citado acima, das avaliações externas das IES europeias servirem para classificá-las e gerar competitividade por parte delas. Por essa razão, gera o ranqueamento e disputas por lugares mais elevados na lista e fazer frente às IES norte americanas. Essa, porém, é uma tarefa que tem por objetivo influenciar a educação superior no contexto mundial dentro dos parâmetros mercadológicos. Por fim, os reflexos da disputa entre europeus e norte-americanos são sentidos na América Latina com projeto de afinamento aos ideais europeus e por grupos de investimentos norte americano em ações da Bolsa de Valores do ensino superior privado (LIMA; AZEVEDO; CATANI, 2008).

É importante ressaltar que o processo de Bolonha intensifica um padrão global de educação superior paga, mas, em cima disso, ultrapassando organizações nacionais e as direcionando a fazerem parte do bloco transnacional. Ora, em contra partida existem as empresas educacionais privadas que fazem movimento de expansão semelhante, nesse sentido, pode haver três opções para o Brasil, por exemplo, seguir o processo de Bolonha pelo projeto *Alpha Tunning*, entregar-se às



corporações privadas ou manter-se independente desses dois fenômenos mundiais. "Globalização [...] implica especialmente forças econômicas operando supra e transnacionais para romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais, ao mesmo tempo que reconstróem as relações entre as nações" (DALE, 2004, p.426).

Frente as agendas internacionais e composições a recomendações ao que os organismos supranacionais evidenciam para a Educação Superior, Azevedo questiona:

Entretanto, as pressões de performance (ditadas pelas agências de avaliação e por organizações internacionais – OCDE, Banco Mundial, Comissão Europeia ...), a privatização, a despublicização, a mercadorização (em nível global) da educação terciária e as políticas de estímulo à pesquisa e à inovação competitivas, que pragmaticamente objetivam a formação da economia baseada no conhecimento (qual economia não seria baseada no conhecimento?), perturbam, sobremaneira, o campo da educação superior, pois afetam o espírito do jogo, a disputa correta, as relações justas, a mutualidade, a cooperação e, também, o respeito às regras (2015, p.62).

Sendo assim, os eventos de internacionalização ocorridos em países europeus signatários da Declaração de Bolonha por adesão, padronizaram seus sistemas de ensino superior em requisitos do Espaço Europeu de Educação Superior. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete a transnacionalização quando se aponta a venda de cursos a estudantes estrangeiros ou oferecimento de educação privada por investidores transfronteiriços. Não é exagero afirmar que o tema internacionalização e transnacionalização se complementam, em seus processos de expansão de blocos regionais e investimentos de empresas transnacionais em países como o Brasil.

### **1.3.2. Organismos internacionais para a educação superior**

Trata-se Segundo Mauês (2019) das orientações de organismos internacionais, OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial sobre o gerenciamento dos países ao ensino superior, o primeiro defende a internacionalização do capital, indica mudanças na economia em um mercado global ao facilitar grandes somas transferidas sem obstáculos constitucionais de cada nação, o investimento deve ter livre circulação entre os países, dentre as mercadorias está a educação como produto a ser vendido. O segundo, Banco Mundial concorda com o argumento de tornar a economia mais fluida e facilitada para a venda de serviços educacionais também.

Como bem nos assegura Audy; Morosini (2009), OCDE e Banco Mundial indicam para os países membros deixarem de gastar com ensino superior público, passando o gerenciamento para o setor privado. A perspectiva de Estado mínimo deve ser alcançada, cabe à sociedade custear a educação superior sem participação do Estado. O investimento deve ser privado por não haver recursos públicos suficientes para manter este nível de ensino:

Permite ao Banco evidenciar a ineficiência no financiamento público do ensino superior. Ao observar o setor educacional, o Banco verifica do lado do ensino uma baixa proporção entre estudantes e docentes e do lado da pesquisa, os baixos resultados dos trabalhos científicos[...] (WAISMANN, 2013, p. 59).

Como se pode verificar nessa citação, a aplicação das políticas públicas para o ensino superior, com estímulo ao setor privado e para a sua expansão. Aponta-se para a leitura que tais órgãos internacionais não somente influenciam nas agendas políticas de países como o Brasil e também os direcionam a seguir ações, como por exemplo, privatizar o ensino superior totalmente. Waismann (2013, p. 61) destaca que:

Inserir diferenciação no ensino superior, tendo como modelo de IES a universidade com financiamento público, significa primeiro a criação de instituições de ensino não universitárias e segundo o fomento de instituições privadas. Desse modo, o ensino superior conseguiria satisfazer a demanda crescente e pelo lado da oferta se adequar às necessidades do mercado de trabalho [...].

Nesse sentido, permite a empresas educacionais, grupos de investimentos e políticos alinhados a concepção de Estado mínimo a sucatear as universidades públicas do país por falta de recursos e oferecer condições para as IES privadas possam se desenvolver e crescer, em muitos casos com financiamento público. Logo, é importante compreender que esses organismos fazem parte de cenário mundial rivalizado por dois blocos de influência para a educação superior, os EUA e o Espaço Europeu de Educação Superior com 48 países.

Cabe discutir com mais profundidade o que a OCDE e o Banco Mundial fazem para influenciar as políticas públicas da educação superior brasileira e sua "agenda globalmente estruturada para a educação" (DALE, 2004).

#### **1.4. OCDE e Banco Mundial: a educação superior brasileira em destaque**

Para maior entendimento das relações entre o Estado brasileiro, fundos de investimento estrangeiros e as IES nacionais, o Banco Mundial produziu documento

intitulado *La enseñanza superior* (1994) e nele se encontram parâmetros sobre a universidade e há a afirmação de que a instituição serve para base do crescimento econômico e descreve intenções para aumentar a eficiência no ensino superior.

Vale destacar que a entidade financeira mundial indica quatro estratégias de reforma da universidade. A primeira é diferenciar cada vez mais as instituições públicas das privadas e priorizar o segundo grupo. Sobre a segunda, trata de tirar o poder de decisão sobre o ensino superior dos governos e entregar à iniciativa privada que tem o poder de se autorregular. Sobre a terceira um olhar interessante, políticas de igualdade e qualidade, mas dentro da perspectiva do setor privado. E a quarta, o modelo de pesquisa como universidade é custoso e não recomendado para os países em desenvolvimento (BANCO MUNDIAL, 1994).

Por todas essas razões, o órgão internacional defende a expansão do setor privado para atender aos interesses do mercado de trabalho e ainda incentiva os governos a financiarem as mensalidades por serem de custo público mais baixo em relação a manter uma universidade pública operante. Na visão do Banco Mundial, os governos dos países em desenvolvimento se excederam em financiar o ensino superior público, pois a prioridade de investimentos está na Educação Básica, para o órgão o ensino básico provou demonstrar maiores avanços sociais quanto a renda e empregabilidade (BANCO MUNDIAL, 1994).

A respeito do ensino superior brasileiro, a OCDE (2008) produziu documento sobre indicadores para a educação entre seus países membros e associados como o Brasil. Daí o surgimento de parâmetros comparativos para a educação superior entre os países membros. Sob a análise documental, percebe-se um movimento mundial na padronização da educação superior às necessidades do mercado de trabalho e também de uma empresa privada, aconteceu no Brasil a expansão de mega corporações de ensino superior privado a acolher os excedentes das IES públicas ou as privadas consideradas premium.

Assim, reveste-se de particular importância o questionamento de qual retorno para a sociedade essas IES privadas estão oferecendo. Esta organização deixa claro sobre o ensino superior fazer parte da economia global construída em saberes. O nível superior de ensino pode ajudar a aumentar a competitividade pelo conhecimento e assim, prover o mercado de trabalho (MAUÉS, 2019).

Para Maués (2019), o autor deixa claro que a OCDE via o ensino superior no passado como formação voltada para se intelectualizar e não havia pragmatismo para o mercado de trabalho. Atualmente, a educação superior deve ter objetivo em formar indivíduos necessários à lógica do mercado. A OCDE e o Banco Mundial orientam os países envolvidos a direcionar a educação superior a formações voltadas às práticas do trabalho. O mais preocupante, contudo, é constatar que o ensino à pesquisa e extensão ficam relegadas a segundo plano. De acordo com Maués (2019, p. 23):

Em geral, o sentido de excelência, na sociedade capitalista, está vinculado à eficiência, a resultados enquanto fatores fundamentais para a ampliação do capital. É preciso que se tenha clareza quais os critérios adotados por essas avaliações internacionais que atribuem notas às entidades. Os organismos internacionais e os países centrais têm tido um papel fundamental nessa caracterização avaliativa que tem como parâmetro o papel que atribuem a essa instituição de ensino superior, em uma sociedade do conhecimento, que contribui para a mundialização da economia.

Por todas essas razões, a OCDE (2006) aponta para algumas possibilidades para o ensino superior, a organização faz indicativos de governança aos ministros da Educação dos países integrantes, tem concentrado em propostas autorizadas pelos ministros da Educação aos mantenedores das IES privadas, mesmo porque debate-se sobre a divisão entre ensino e pesquisa orientado pelo Acordo Geral de Comércio e de Serviços (AGCS). É importante considerar que são serviços de educação dentro da perspectiva "Ensino Superior Corporation" apontando para a mundialização do comércio educacional.

O que se pode verificar é a separação entre países em oferecer, prioritariamente, o ensino para formação profissional e aqueles outros integrantes do modelo de Universidade de Classe Mundial (UCM), com excelência em pesquisa, internacionalização do conhecimento, inovação e uso da língua inglesa como idioma padrão (MAUÉS, 2019). É interessante, aliás o que Costa (2016, p.158) afirma "[...] com isso, um novo acordo, o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), aprovado em 1995, buscou fixar as normas de regulação para os serviços comerciais em âmbito internacional [incluindo os educacionais]."

Para o ensino superior no setor privado, o Banco Mundial defendeu a sua expansão, em virtude do que considerou como eficientes e como flexíveis as suas reações diante das transformações nas demandas de mercado, além de expandir 'democraticamente' o acesso a esse nível de ensino com baixos ou nenhum custo para o Estado, contudo, como colocado, reconheceu a quase sempre baixa qualidade nas IES desse setor. (COSTA, 2016, p. 158) .

Nesse sentido, conforme citado acima é possível afirmar as pressões de órgãos externos como o Banco Mundial e OCDE ao Brasil aderir às suas determinações e abrir o mercado do ensino superior privado com legislações mais favoráveis. Vê-se, pois, que após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 há redação favorável a existência de empresas privadas, essa abertura determina a redação de regulamentações posteriores a favor da existência de grupos financeiros e mercantis.

#### **1.4.1 Mercadorização do ensino superior privado no Brasil**

Atribui-se a expansão de grupos de investimento e financeiros ligados às maiores IES privadas do Brasil, já que atuam na modalidade de Sociedade Anônima com ações disponíveis na Bolsa de Valores. Nesse sentido, há os fundos de capital em atuação para comprar ações das IES e ter controle das mesmas. Outro fator que também pode ser considerado é a padronização ou homogeneização do ensino superior a padrões de qualidade de ensino questionáveis. O que Carvalho (2013) interpreta é o oferecimento da educação como artigo de venda. Os acionistas tem o objetivo de obter lucro em porcentagens cada vez maiores.

Conforme verificado por Napolitano (2017) e Oliveira (2017) houve abertura legal oferecida para a existência de empresas educacionais privadas. Trata-se inegavelmente de autorização de funcionamento preconizada ao artigo 7º da LDBEN, a partir desse artigo, novas normativas foram aprovadas para criar empresas educacionais de sociedade anônima. Assim, reveste-se de particular importância apontar sobre o capital aberto de tais empresas e o oferecimento de ações na Bolsa de Valores para atrair investidores, principalmente o grande capital de grupos estrangeiros.

É preciso, porém, afirmar conforme explicado acima, segundo Azevedo (2015) o termo transnacionalização se refere a grupos estrangeiros a oferecer educação privada para obter lucro. É exatamente o caso das IES privadas com cotação na Bolsa de Valores. Vê-se, pois, que além de investidores brasileiros há a participação societária de fundos de investimentos internacionais interessados em operar no mercado de ações educacionais brasileiras, o que caracteriza a ação de transnacionalização.

O fenômeno de compras de IES privadas por fundos internacionais pode apontar por uma padronização de ensino superior privado. De acordo com Martins

(2019), o autor deixa claro que esta modalidade de ensino com baixas mensalidades, ensino à distância e financiamento privado voltado às classes populares serve para contenção de recursos materiais e humanos e assim, obter maiores retornos de capital aos investidores das ações da instituição.

O processo de oferecimento do ensino superior a cargo de grupos educacionais de capital aberto, conforme mencionado pelo autor, está em consonância com as orientações de órgãos internacionais. Mesmo assim, não parece haver razão para que a qualidade dos cursos possa ser questionável e haver maior fiscalização do MEC às graduações e seus conteúdos ofertados. É sinal de que há, enfim, demandas do mercado de trabalho e as IES privadas oferecem cursos tecnólogos e de curta duração com modalidades semipresenciais e à distância. "Na busca por "clientes", a diversificação de cursos possibilitou a oferta de modalidades de ensino com menor prestígio acadêmico [..]" (CARVALHO, 2013, p.767).

A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que o fenômeno da mercadorização, conforme explicado acima, também faz parte da internacionalização de serviços e cria ligações transnacionais entre investidores, mantenedores e alunos. Não se trata de trocas culturais que enriqueçam ambas as partes, mas de processo de enriquecimento por venda de serviços educacionais barateados e com retorno educacional duvidoso. É pertinente trazer à tona sobre as graduações de engenharia oferecidas na modalidade EaD. Questiona-se como são acompanhados os estágios e qual o nível de capacitação oferecido nesse curso.

Como resultado das ETN (Empresas Transnacionais) e das mudanças técnicas na velocidade de transferências financeiras, a economia global escapa à capacidade de até a mais poderosa das nações a poder controlar (embora tal não signifique, é claro, que os EUA não sejam ainda o mais importante actor da economia mundial, apesar de eventualmente não ser a economia mais bem-sucedida; quer dizer, a globalização é um fenómeno político-económico, e não puramente económico). Isto conduziu também à criação de novas formas de governação supranacional que assumiram formas de autoridade sem precedentes. De novo, contudo, tem de ser dito que estas mudanças resultam da transformação das condições da procura do lucro, que permanece o motor de todo o sistema. (DALE, 2004, p.437).

O que fica clara a citação acima é o poder das empresas transnacionais e sua hegemonia sobre os Estados, com agendas de reformulações de políticas públicas a alterações das leis nacionais para melhor adequar os parâmetros estabelecidos por elas e por órgãos internacionais em conjunto com seus projetos de expansão internacional. Em consequência, se estabeleceu o barateamento das mensalidades

de cursos de graduação de empresas educacionais de capital aberto mediante a encurtamento de carga horária e implementação do ensino à distância EaD.

A transnacionalização seria a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro. Vale notar, no entanto, que há Instituições de Ensino Superior Privadas com sede no Brasil que são cotadas em bolsa e que têm participação acionária de indivíduos, sociedades, associações e fundos de capitais de origem estrangeira, caracterizando-se, por isso, também, como uma modalidade de transnacionalização (AZEVEDO, 2015, p.87).

É importante ressaltar que, conforme citado acima, o autor deixa claro que os fundos acionários internacionais participam diretamente nas políticas públicas do Estado brasileiro para o ensino superior privado, mas, em cima disso, definem os rumos a serem seguidos por esse seguimento. Ora, em vez de a sociedade brasileira decidir qual direção seguir em sua educação terciária pode estar delegando seu destino a tais investidores. A partir de 1997 foram aprovadas regulações para operação de empresas educacionais de capital aberto. De acordo com Sguissardi (2015, p. 871):

De fato, se examinado o processo de expansão da ES desde o ano de 1997, quando se abriram as cancelas para a efetiva constituição de IES com fins lucrativos e, principalmente, a partir de 2007, quando da abertura de capital e IPO na Bolsa de Valores paulista das primeiras quatro companhias do campo educacional,[...] praticamente todas essas grandes empresas tiveram e têm a participação acionária de fundos de investimento, em geral transnacionais.

Conforme verificado por Dale (2004), de acordo com o citado acima, grupos transnacionais moldam e direcionam regulamentações dos países envolvidos. Trata-se inegavelmente de exercer suas vontades sobre governos locais para a obtenção de lucro sem preocupação com o social, seria um erro, porém, atribuir passividade pela autoridade local, há anuência para que isso ocorra. Sob essa ótica, ganha particular relevância como as políticas públicas se desvelam mediante a esse processo de intervenção externa à educação superior do Brasil.

É preciso, porém, ir mais além, o fenômeno de padronização do ensino ao menor custo. É exatamente o caso de os serviços educacionais prestados seguirem padrão de produção similar às indústrias *just in time*, por exemplo, ou seja, conforme a demanda. Por todas essas razões, muitas graduações oferecem o tutor como substituto do professor para reduzir ainda mais os encargos trabalhistas é

notório que isso resulta comprometimento da qualidade dos cursos. Segundo Oliveira (2017, p.27) "A entrada do capital financeiro na área educacional[...] faz com que se amplie a utilização de tecnologias como meio de poupança de horas trabalhadas dos professores [...] ou conduzido por monitores em salas de informática". Em vista disso, há tendência mundial em padronizar a economia, por exemplo a União Europeia com sua moeda única, as relações comerciais, a cultura e por consequência a educação superior inclusive.

De uma forma muito crítica, neste contexto, todos os quadros regulatórios nacionais são agora, em maior ou menor medida, moldados e delimitados por forças supranacionais, assim como por forças político-econômicas nacionais. E é por estas vias indirectas, através da influência sobre o estado e sobre o modo de regulação, que a globalização tem os seus mais óbvios e importantes efeitos sobre os sistemas educativos nacionais (DALE, 2004, p.441).

Fica evidente, diante desse quadro, a análise crítica de Dale que as políticas públicas para o ensino superior no Brasil seguem as normatizações de organismos internacionais como Banco Mundial e OCDE conforme citados, além, de outros como UNESCO, UE com o processo de Bolonha, FMI e arranjos diplomáticos entre países vizinhos. É preciso ressaltar que existem empresas transnacionais e elas evoluíram para o sistema financeiro. Mediante a isso, as relações comerciais se encontram cada vez mais fluidas e transfronteiriços, como indica a educação para o futuro OCDE (2020) num mundo interconectado e sob o domínio da língua inglesa. Vê-se, pois, que essa realidade demonstra o poder cada vez menor de decisão de governos nacionais em lugar do domínio de empresas e corporações.

#### **1.4.2. Globalização e políticas públicas para o ensino superior privado brasileiro**

*Uma das questões mais importantes do último quarto de século na ciência política tem sido se uma elite de poder, constituída basicamente por **interesses empresariais**, cria políticas tanto a nível nacional, quanto estadual e municipal (PALUMBO, 1994, p.45, grifo do autor.).*

De acordo com a citação acima já algum tempo autores da sociologia educacional e políticas públicas se debruçam em análises sobre as influencias empresariais nas decisões de políticas governamentais e as análises de Palumbo (1994), Dale (2010), Jessop (1997), Cruz e Paula (2018) , Jenize et al (2011) e Forjaz (2000) fazem discussão necessária ante ao argumento de que a influência do setor



privado no ensino superior se dá por processo da globalização. Tal contexto se insere em grupos de influência a partir das criações das políticas públicas para o setor, esta seção visa aprofundar as discussões acerca da globalização em participação direta com as tomadas de decisões dentro das políticas públicas e como estão relacionadas com o ensino superior privado no Brasil.

O conceito de política pública está no desenvolvimento de ideias às ações e realizadas por grupos de pessoas, normalmente servidores públicos ou prestadores de serviço de uma administração pública, não se trata somente de um agente político como o representante de uma das esferas do Poder Executivo. Conforme defende Palumbo (1994), mas de um conjunto de articulações entre quem cria uma agenda de ações até quem executará tal política junto à sociedade.

O entendimento sobre política pública serve para entender quem é beneficiado pelas ações do governo e como os princípios democráticos, ou seja, da participação das decisões pelos cidadãos, permanecem numa sociedade com ampla gama de ações e serviços públicos (PALUMBO, 1994). No entanto, as ações sofrem pressões de grupos mais influentes em relação a outros, nesse ponto se destacam setores nacionais e supranacionais com grande capital econômico a ponto de ter poder de decisão juntamente aos Estados (FORJAZ, 2000).

Os grupos de influência, conforme explicado acima, tem atuação profissionalizada ao manter escritórios em Brasília para travar contato direto com legisladores e membros do poder executivo, no qual são denominados de lobistas. Esses indivíduos tem o papel de fazer *lobby* a favor de seu grupo nas elaborações de planos, políticas, destinações orçamentárias e projetos de leis que os beneficiem. Nesse sentido há a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) com escritório na capital federal, cujo *síte* indica defender os interesses do grupo junto a representantes públicos do setor e por “políticas públicas favoráveis” (ABMES, 2020, s/p).

Conforme verificado por Forjaz (2000), órgãos alheios aos Estados nacionais acabam realizando suas funções, num primeiro momento seria a influência das decisões de políticas públicas. Trata-se inegavelmente de grupos internacionais com grande estrutura e capacidade financeira em intervir em políticas nacionais. Assim, reveste-se de particular importância avançar nas discussões que uma das faces da

globalização é a aceitação de uma economia global neoliberal e fluida à financeirização das transações comerciais sem fronteiras, mediante a obediência dos países a essa ordem regulada por agências internacionais ligadas à ONU e controladas pelos Estados Unidos da América (JENIZE et al, 2011).

Neste contexto, fica claro que o poder de escolha e implementação de políticas educacionais fica condicionado aos órgãos internacionais, conforme já mencionado e também a empresas e grupos privados ligados a esses órgãos ao capital financeiro mundial. É importante ressaltar que o contexto da globalização para as políticas públicas para o ensino superior privado no Brasil indica maior financeirização de setor e desregulação do Estado brasileiro, as interferências de grupos de poder indicam desregulação do setor e maior autonomia ao ensino privado em decidir a oferta de vagas e quais cursos oferecer, por exemplo. "[...]com ênfase na financeirização das instituições de ensino superior e, desse modo, expõe a educação nacional a um intenso processo de desnacionalização<sup>8</sup>" (CRUZ; PAULA,2018, p.849), o que caracteriza uma forma de privatização da educação superior a grupos privados.

Conforme explicado acima, o que se entende sobre o Estado atual, incluindo o brasileiro, num contexto de globalização é o seu peso e protagonismo serem menores do que três décadas atrás. Inclusive, há outros atores, agências e empresas por exemplo, com poderes e atuações tão abrangentes quanto um governo nacional. Diante desse contexto, Dale (2010) aponta o Estado não mais como o 'fator chave' sobre como explicar as políticas educacionais, mas o que dele se analisa e qual a sua atual participação. De acordo com Dale (2010, p.1112,1117) os países são influenciados por entidades supranacionais:

Por outro lado, podemos também esperar que numa era da Economia do Conhecimento supranacional e de reduzida importância das economias 'nacionais', algumas das atividades educacionais associadas com o apoio à acumulação sejam cada vez mais governadas num nível supranacional, em resposta à 'agenda globalmente estruturada para a educação'.[...]O Estado é ainda uma característica proeminente no cenário das políticas educacionais, mas [...], não é o "mesmo" Estado que aquele sobre o qual escrevi vinte anos atrás, e as reivindicações que então havia feito não são mais viáveis sob a globalização neoliberal.

O autor deixa claro na citação acima que cada vez mais grupos internacionais e de blocos entre países detentores de poder tomam a decisão de como conduzir a educação, evidentemente dentro do escopo desta pesquisa o ensino superior,

---

<sup>8</sup>O termo desnacionalização também se refere a transnacionalização do ensino.

mundial. Um ponto a acrescentar é a diferenciação feita entre universidades de pesquisa, dentro do capitalismo acadêmico ficaria para os EUA e União Europeia e o ensino superior, faculdades voltadas ao ensino estão presentes em todos os países na modalidade privada e gerida também por fundos de investimento ligados aos países desenvolvidos. Na visão de Jezine et al (2011, p.60) o Estado tem algumas funções dentro do contexto globalizante:

[...]o Estado neoliberal deve ser forte, no sentido de estabelecer rumos e metas para a sociedade e exigir redimensionamento das políticas públicas, de modo a efetivar resultados mercadológicos. No tocante à educação o processo de globalização, movido por interesses econômicos **direciona a regulação das políticas educacionais em busca da homogeneização** dos processos educativos[...]. (grifo do autor).

Essa homogeneização ocorre com o fenômeno de oligopólio no ensino superior privado no Brasil. O setor conta com cinco instituições que detêm mais da metade das matrículas e esse grupo através de associações de classe tem poder de influência as políticas educacionais favoráveis ao setor privado. De acordo com Cruz e Paula (2018, p.862)"[...]os novos arranjos para o campo da educação foram responsáveis pela emergência dos grandes oligopólios da educação superior privada[...]". Diante de tal perspectiva, a primeira década do século XXI presenciou o início das operações de grupos de capital aberta na IES privadas no Brasil.

A intensificação da mercantilização do ensino superior no Brasil pode ser observada pela mudança da política de financiamento; pelo predomínio no país de IES privadas; pela alta concentração de empresas educacionais, ou seja, IES com fins lucrativos; pela profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais; [...] pela transformação de universidades e centros universitários em grandes conglomerados ou *holdings*; pela negociação das ações de IES privadas em bolsas de valores; pelo aumento do investimento dos fundos internacionais em educação no país (COSTA;GOULART, 2018,p.407).

Conforme citado acima, verificou-se que Jenize et al (2010) e Cruz e Paula (2018), apontam que a melhor maneira de compreender esse processo é considerar que a globalização para as políticas educacionais para o ensino superior brasileiro seguiu um roteiro estruturante de agências internacionais e grupos privados . Não se trata de agenda local, mas de projeto estruturante global. Trata-se inegavelmente de padronizar o ensino superior para um modelo global dividido em Universidades de classe mundial, a elite da pesquisa, e faculdades de ensino para instrumentalização para o trabalho.

Pode-se dizer que enquanto houver espaço para grupos e agências internacionais no direcionamento de políticas públicas para o ensino superior não haverá possibilidade de democratizar o acesso e qualidade dos cursos oferecidos às classes populares do país. Como bem nos assegura Jezine et al (2011, p.61) "[...] a educação que deixa de ser concebida como um bem social e passa a um produto comercial, presente na agenda da globalização neoliberal [...]". Neste contexto, fica claro que há necessidade da sociedade brasileira se organizar para escolher que tipo de formação superior deseja ter. O mais preocupante, contudo, é constatar que o momento político atual no Brasil tende a ser no mínimo conservador e liberal, ou seja, com o atual projeto de privatizações de estatais do ministro da economia Paulo Guedes.

Dessa forma, constata-se no país políticas públicas educacionais para a educação superior a tendência de maior implantação de agenda mercantil por pressão de empresas educacionais, que para a formação humana, por não haver indício a ampla participação da população e conseqüentemente maiores reivindicações. De acordo com Costa e Goulart (2018, p.407) as conseqüências da permissividade aos ideais liberais preconizados por grupos e agências internacionais são:

A intensificação da mercantilização do ensino superior no Brasil pode ser observada pela mudança da política de financiamento; pelo predomínio no país de IES privadas; pela alta concentração de empresas educacionais, ou seja, IES com fins lucrativos; pela profissionalização da gestão dos estabelecimentos educacionais; pelo estímulo à busca direta e competitiva de parceiros privados para suprir déficit orçamentário em universidades públicas; pela transformação de universidades e centros universitários em grandes conglomerados ou holdings; pela negociação das ações de IES privadas em bolsas de valores; pelo aumento do investimento dos fundos internacionais em educação no país.

Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete a conseqüente relativização do poder do Estado brasileiro em definir suas políticas públicas educacionais para o ensino superior e a sua obediência aos organismos internacionais e a grupos empresariais. Os resultados desse quadro são citados em Cruz e Paula (2018, p.849) "[...] a política educacional brasileira tem passado por alterações significativas, que devem ser analisadas à luz da crise e da reestruturação do Estado — o ajuste econômico de corte neoliberal [...]." Por isso, fica evidente entender como ocorre a transferência de um direito social, que é a educação, para vendas de mercadorias, no caso, cursos superiores.

Para este estudo, selecionou-se o recorte sobre as cinco maiores IES privadas atualmente como fruto das políticas globalizantes escolhidas pelo Estado brasileiro nos últimos trinta anos. Sendo assim, o próximo capítulo tratará sobre a abertura na legislação brasileira em favor da fluidez financeira e do jogo de compras e vendas da bolsa de valores, analisará em como as cinco maiores IES privadas brasileiras se estabeleceram no mercado educacional privado e prosseguirá com as discussões da literatura especializada da atualidade.

## **CAPÍTULO II**

### **ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: DAS CORPORAÇÕES DE CAPITAL ABERTO OU FECHADO**

Este capítulo discute a respeito da organização do ensino superior privado no Brasil, a primeira seção contextualizará dados do setor apontando indicadores de matrículas, faixa etária, políticas de financiamento público e privado e indicadores do Plano Nacional de Educação referentes ao acesso a este nível de ensino.

Em sequência, há a retomada histórica da composição das principais IES desde autorização via decretos para comercializar graduações até a operação em território nacional como conglomerados corporativos sob a denominação de sociedades anônimas que devem se reportar a seus investidores. A terceira seção trata das discussões, anúncios e denúncias realizadas por pesquisadores em seus trabalhos, em sequência a quarta seção aponta como se realizou a expansão das cinco maiores IES privadas do país na última década.

Mediante revisão bibliográfica de publicações acadêmicas sobre o tema, se discutirá sobre as características do setor, suas estratégias no mercado educacional superior brasileiro e denúncias, principalmente por vender serviço educacional de qualidade duvidosa ante mensalidades mais acessíveis. Por haver públicos distintos, as diferentes estratégias para os mesmos como a “Classificação Hoper Posicionamento Estratégico” com os cursos premium, de público elitizado e busca da excelência em seus cursos, graduações denominadas convencionais “ Top” cuja vantagem é a localidade da instituição e preços competitivos e as convencionais com menores preços e localidade de fácil acesso (HOPER, 2019).

Faz parte do escopo analítico desta pesquisa a discussão da expansão das cinco maiores empresas educacionais de capital aberto, a partir da oferta inicial de ações (IPO), quais são as características de atuação na educação superior das mesmas e quais são as suas projeções de atendimento para os anos posteriores. De igual importância citar a visão e posicionamento de associações do setor como a Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior (ABMES) e o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo ( SEMESP) e suas perspectivas de mercado.

Para ampliar o rol de discussões, a última seção deste capítulo direcionará algumas análises realizadas confrontando-as com a literatura especializada e dados

estatísticos para maior compreensão e analisar o dilema atual que vivem as IES privadas com a pandemia COVID-19 em manter as instituições funcionando e gerando receitas, o que se pode perceber é grande preocupação do setor mediante temor de queda drástica em suas receitas por risco de ocorrerem evasões em massa dos cursos de graduação pela quarentena gerada e a consequente crise financeira global se avizinando e reduzindo ainda mais a renda de todos. Para finalizar o capítulo, algumas resoluções e dilemas são apontadas para o contexto atual com direcionamento às análises de impactos e implicações ao setor privado realizadas no próximo capítulo.

## **2.1. Dados contextuais do ensino superior**

Esta seção tem por objetivo apresentar dados referentes à Educação Superior brasileira, mais especificamente os números e informações sobre o ensino superior privado no Brasil. São apresentadas informações a respeito do número de matrículas, tipos de financiamento, a participação do ensino a distância e a evolução de suas mensalidades, a evolução das matrículas presenciais, projeções de matrículas da meta 12 do Plano Nacional de Educação<sup>9</sup> e porcentagem de matrículas da população de 18 a 24 anos na Educação Superior, todas elas necessárias para analisar como se encontra o setor privado quanto a sua oferta de vagas, sua possibilidade de financiamento e o que se está contribuindo para o acesso de jovens ao ensino superior no país.

A primeira constatação é que a maior parte da oferta de vagas está no setor privado, cerca de 75% de acordo com o INEP (2018), isso se deu a partir da Reforma Universitária de 1968 citado por Cunha (2007c), por parte da abertura da legislação brasileira, com a Constituição de 1988, LDB de 1996 e por orientações de organismos internacionais citados como OCDE(2006) e Banco Mundial (1994). Nesse sentido, é possível apontar sobre a predominância de instituições privadas, com fins lucrativos entre elas, sobre o setor público e o interesse de setores privados em extinguir o

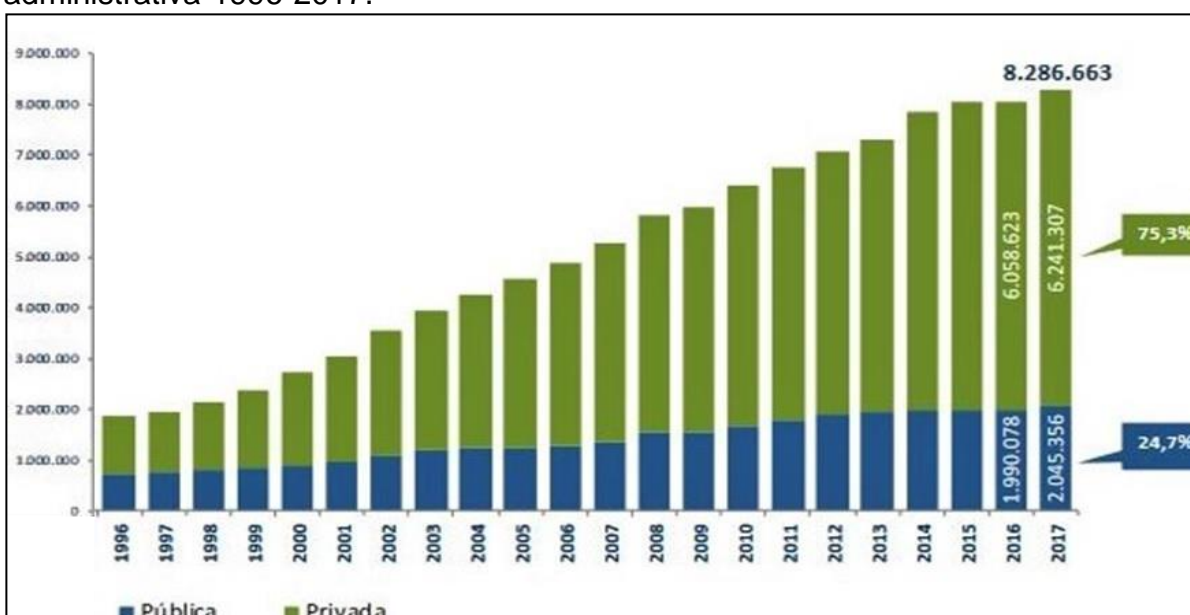
---

<sup>9</sup>META 12. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.(BRASIL,2014,s/p)

ensino público, transformando assim o nível terciário de educação em atendimento privado.

São apontados dados do último censo divulgado pelo INEP (2018) referentes à Educação Superior, nas quais são demonstrados a expansão do número de vagas nas últimas décadas. Conseqüentemente, aponta-se também o predomínio do setor privado neste nível educacional.

**Gráfico 1-** Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa-1996-2017.



Fonte: INEP (2018).

O aumento de número de vagas se deu em sua maior parte pelo setor privado, nos últimos vinte anos o número de matrículas aumentou em quatro vezes, o que se pode verificar que o Estado brasileiro nos últimos vinte anos seguiu as determinações internacionais, como já mencionado, ao priorizar empresas educacionais como oferecedoras majoritárias de vagas no ensino superior. O resultado foi o aumento de matrículas nas universidades públicas serviu para se manter no mesmo patamar médio de 25% das vagas oferecidas, número pequeno em comparação aos estudantes oriundos do Ensino Médio, somados com a população jovem e demais interessados em ingressar em uma faculdade gratuita.

Conforme especifica a tabela abaixo, o total de matrículas do Ensino Médio já seria absorvido pelas matrículas oferecidas na educação terciária, porém há grande número de evasões, repetências e desistências demonstrado no número baixo de concluintes.

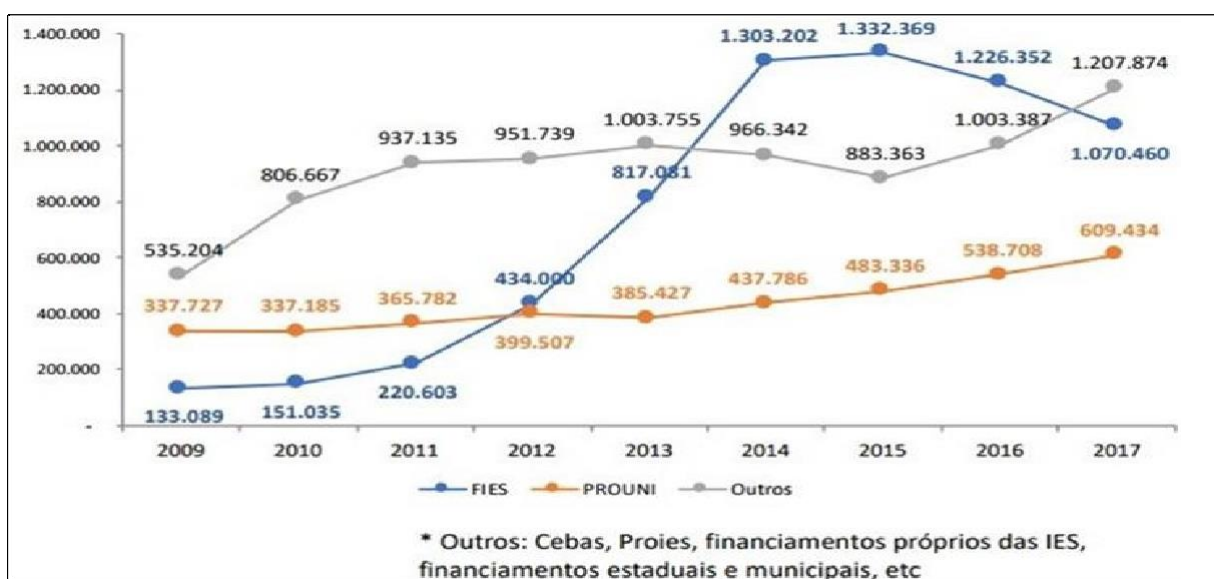


**Tabela 1-** Matrículas e concluintes do Ensino Médio

Matrículas e concluintes	Alunos
Concluintes -2018	1.640.099
Matrículas rede pública- 2019	6.192.819
Matrículas rede privada-2019	1.273.072
Total de matrículas	7.465.891

Fonte: INEP (2019).

Além do gargalo do baixo número de concluintes do Ensino Médio, há outro entrave que é a necessidade de se obter algum financiamento ou bolsa para se manter numa graduação. Segundo dados do INEP (2018), a maior parte dos estudantes matriculados do ensino superior privado obteve financiamento estudantil (FIES) ou bolsa de estudos (PROUNI) oferecidos pelo poder público. Essa modalidade de apoio indica que o setor privado fez uso de investimento público direto, prioritariamente para manutenção de suas mensalidades e vagas até 2015. Após essa data, com restrições maiores para obtenção de financiamento pelo Fies, o próprio setor se organizou para financiar seus alunos. O gráfico a seguir pode ser interpretado pelo argumento de que o setor necessita ser financiado para continuar operando, o que leva a apontar sobre a dependência, por um período, do setor em manter seus alunos clientes matriculados nas graduações oferecidas.

**Gráfico 2-** Matrículas na rede privada, por tipo de financiamento/bolsa. Brasil 2009-2017.

Fonte: HOPER Educacional/INEP (2018).

Após 2015, o número de contratos celebrados pelo Fies começou a declinar por haver maiores restrições a novos financiamentos chegando em 2018 a menos de um milhão de financiamentos. No mesmo período, em contrapartida, há ascensão de créditos das próprias IES que conjuntamente com outros tipos de financiamento chegam a ultrapassar os números do FIES. Somente contratos privados em 2018 foram realizados 220 mil financiamentos aproximadamente como mostrados na tabela a seguir:

**Tabela 2-** Tipos de financiamento estudantil.2018.

Financiamentos	Número de alunos
FIES	928.413
ProUni	651.612
Programas próprios das IES	220.220
Financiamento Estadual	8.158

**Fonte:** INEP (2019).

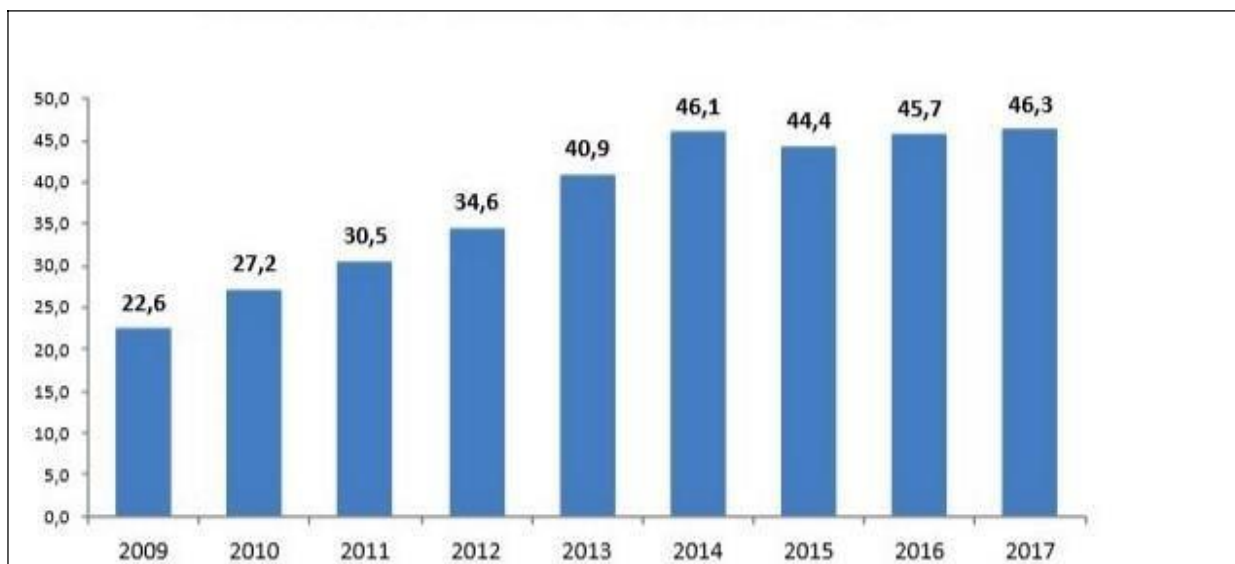
É interessante, aliás, conforme apontado acima, analisar a necessidade de financiamento dos estudantes do ensino superior privado que sem ele muitos não poderiam arcar com as mensalidades, mas há um fato que se sobrepõe somente o oferecimento de vagas, o setor precisou se reinventar com o declínio de contratos do FIES. Mesmo assim, há razão para que os grupos educacionais percebessem a lucratividade de se oferecer crédito estudantil a partir de suas próprias instituições financeiras privadas. É sinal de que há, enfim, adaptação das IES em lucrar também com os financiamentos estudantis.

Ora, em tese, as recomendações feitas dos órgãos internacionais OCDE (2006) e Banco Mundial (1995), conforme já citado, para haver a mínima participação dos Estados em serviços que servem à iniciativa privada, como é o caso da Educação Superior. Não se trata de parceria público privada PPP, lamentavelmente, aponta para a transferência de recursos públicos para a manutenção do setor privado. É importante considerar que houve a promulgação da lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004 que "[...] institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público- privada no âmbito da administração pública, ou seja, abrindo para empresas de capital privado 'investirem' no setor público" (ALVES; GONÇALVES.2019.p.16).

No contexto acima, permite parcerias entre empresas e as universidades públicas. Outro contexto é o uso de incentivos fiscais via FIES e oferecimento de

bolsas de estudos. O gráfico a seguir demonstra qual é a necessidade do setor em se oferecer algum tipo de bolsa. O que se percebe é quase a metade dos estudantes necessitarem de algum financiamento ou bolsa.

**Gráfico 3-** Percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/ bolsa. Brasil 2009-2017.



Fonte: INEP (2018).

Conforme explicado acima, quase metade das matrículas das IES privadas são mantidas por bolsas ou financiamentos, o que indica o grau de dependência tanto dos alunos quanto das instituições em manter as mensalidades e os cursos em andamento. É preciso, porém, citar a respeito da redução de custo dos cursos mediante ao oferecer ensino à distância (EAD).

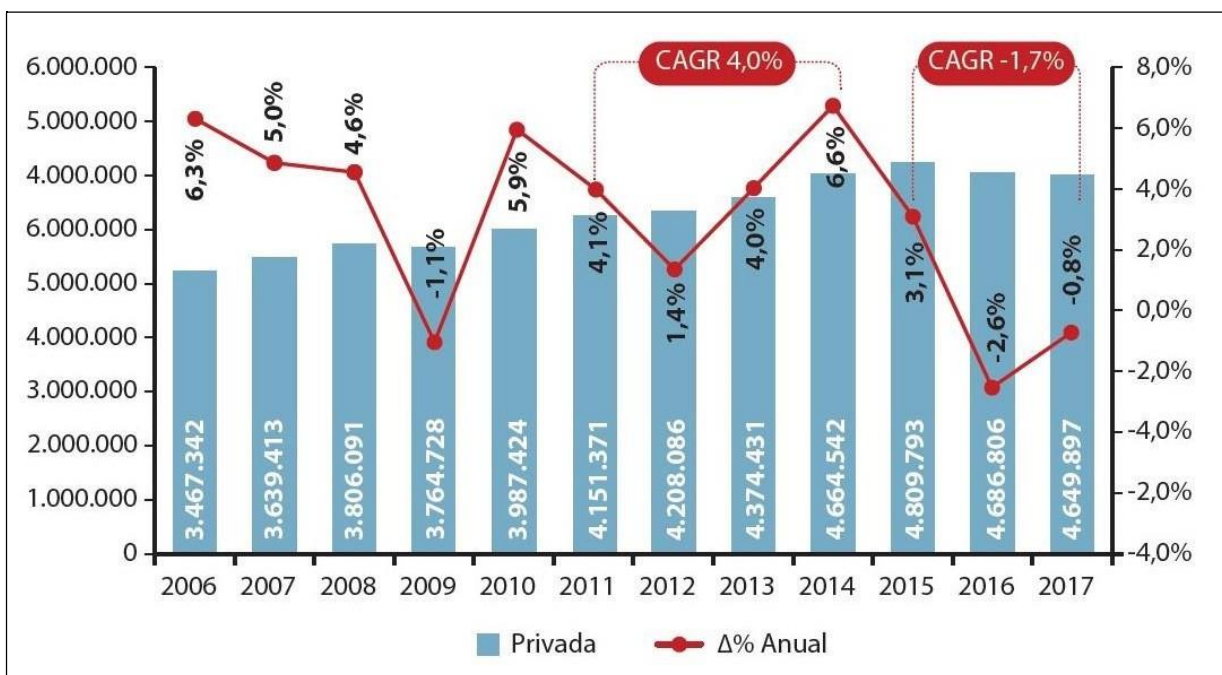
É exatamente o caso do aumento da oferta em cursos em EAD e a inserção de cursos tradicionais nesta modalidade, como em parte a Engenharia, por exemplo. Vê-se, pois, que o fenômeno do aumento das matrículas de cursos de EAD aponta como irreversível e tem a tendência de se tornar a modalidade com maior número de estudantes, no período de 2011 a 2017 a quantidade de matrículas dobrou, como aponta o gráfico a seguir.

**Gráfico 4-** Ensino a distância no setor privado. Período entre 2007 a 2017.

Fonte: Hoper/INEP. Elaboração própria (2018).

De acordo com a consultoria Hoper (2019), as matrículas presenciais para o setor privado começaram a diminuir a partir de 2015. Período de recessão na economia brasileira e restrições do oferecimento do FIES em larga escala, dois fatos desencadeantes da queda dos números. O que demonstra a dependência do FIES para o setor e a evidente consequência de se haver uma recessão em andamento no país, no entanto as matrículas na modalidade EaD vem aumentando de forma sustentada na última década.

**Gráfico 5-** Evolução das matrículas presenciais privadas da Educação Superior no Brasil.2006-2017.

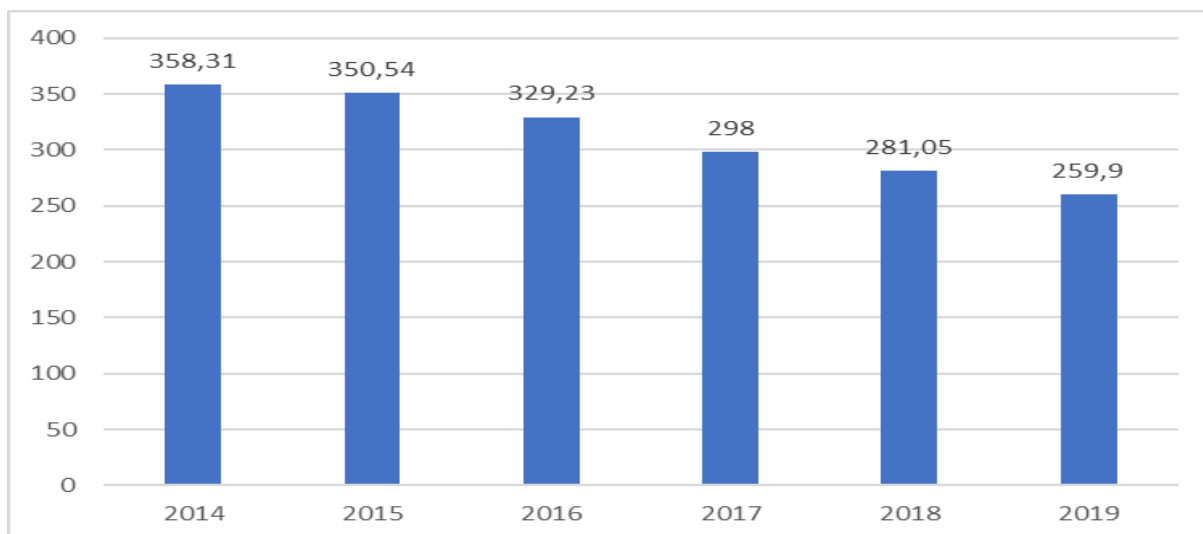


**Fonte:** Hoper Educação/ INEP (2018).

Em comparação, os dois últimos gráficos apontam o crescimento das matrículas em EaD e queda das presenciais. Da perspectiva de eficácia e eficiência da gestão empresarial, os custos de uma graduação em EaD são menores e o alcance de novos estudantes é maior. De acordo com Piolli e Sousa (2017, p. 151):

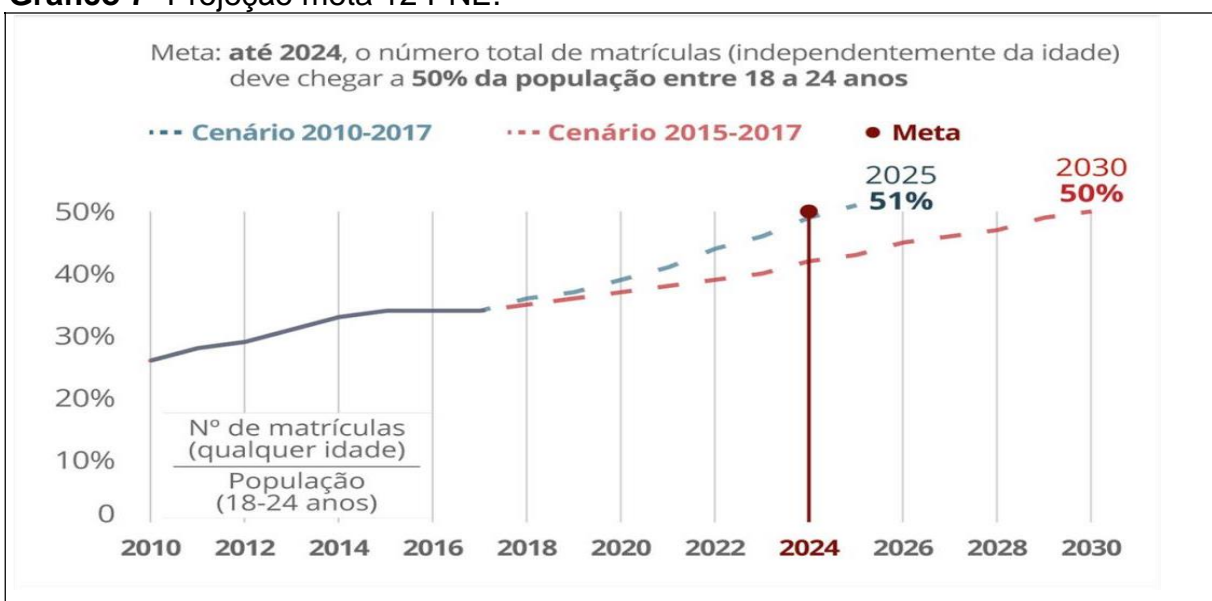
Na planta do ensino superior privado, além dos problemas apontados, coexiste o crescimento da modalidade educação a distância (EAD), que tem se mostrado mais uma forma artilosa de precarização e intensificação do trabalho docente, porque sob a aparente flexibilidade, esconde a super exploração do trabalho.[...]Esse professor não é responsável pela elaboração do conteúdo e pela seleção bibliográfica, devendo apenas dirimir algumas eventuais dúvidas oriundas da videoaula a que o aluno assistiu.

É importante ressaltar que com o avanço dos cursos em EAD, conforme citado acima, apontam o currículo pronto a ser oferecido por professores/tutores que não fizeram parte do planejamento didático. Ora, nesse sentido, existe o questionamento da qualidade educacional e a capacidade de formar bons profissionais para o mundo do trabalho, capazes de refletir sobre o que estão fazendo em suas funções. É importante considerar que os dados apontam a modalidade em EAD como uma forma de baratear os custos dos cursos.

**Gráfico 6-** Evolução do valor da mensalidade EaD Brasil em Reais-2014 a 2019.

**Fonte:** Hoper Educação (2019). Elaboração própria.

Conforme o gráfico acima demonstra, houve na verdade retrocesso na média das mensalidades cobradas às graduações de ensino a distância. Dois fatores possíveis são a contração da economia brasileira entre 2015 a 2018<sup>10</sup> e o aumento da concorrência no setor. O que pode ocorrer também é a queda na projeção da expansão de matrículas, principalmente da população jovem entre 18 a 24 anos, projetada pelo Plano Nacional de Educação (2014).

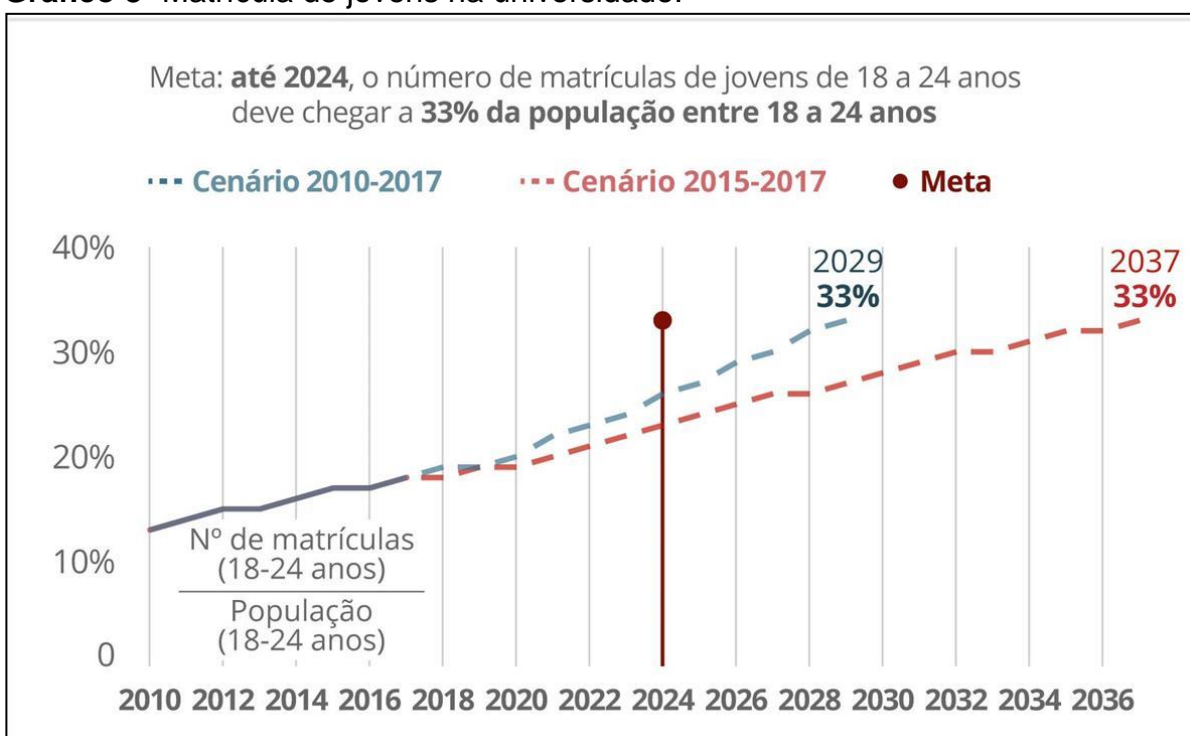
**Gráfico 7-** Projeção meta 12 PNE.

**Fonte:** Moreno / Abmes e Educa Insights/INEP/IBGE (2019).

<sup>10</sup> A queda do Produto Interno Bruto no Brasil em 2015 foi de -3,5% e em 2016 de -3,3%, os anos de 2017 e 2018 obtiveram crescimento de 1,3% respectivamente. IBGE (2020).

A Associação brasileira de mantenedores do Ensino Superior, juntamente com os dados disponibilizados do INEP e IBGE, realizou duas projeções acima demonstradas para quando o Brasil atingirá a meta 12 proposta no último PNE (2014). A primeira projeção foi baseada no cenário entre 2010 a 2017, momento que antecede a recessão econômica de 2015 a 2018, neste cenário a meta seria atingida em 2025. Porém, um novo cenário se apresentou após 2015 e pelas projeções realizadas em 2018 a meta somente seria atingida em 2030. Agora há um terceiro cenário, a reorganização do setor frente a pandemia e quais estratégias serão aplicadas para as IES se manterem abertas e com atendimento aos alunos, uma possibilidade aventada é a consolidação do ensino híbrido, além do avanço dos cursos em EaD (HOPER, 2020).

**Gráfico 8-** Matrícula de jovens na universidade.



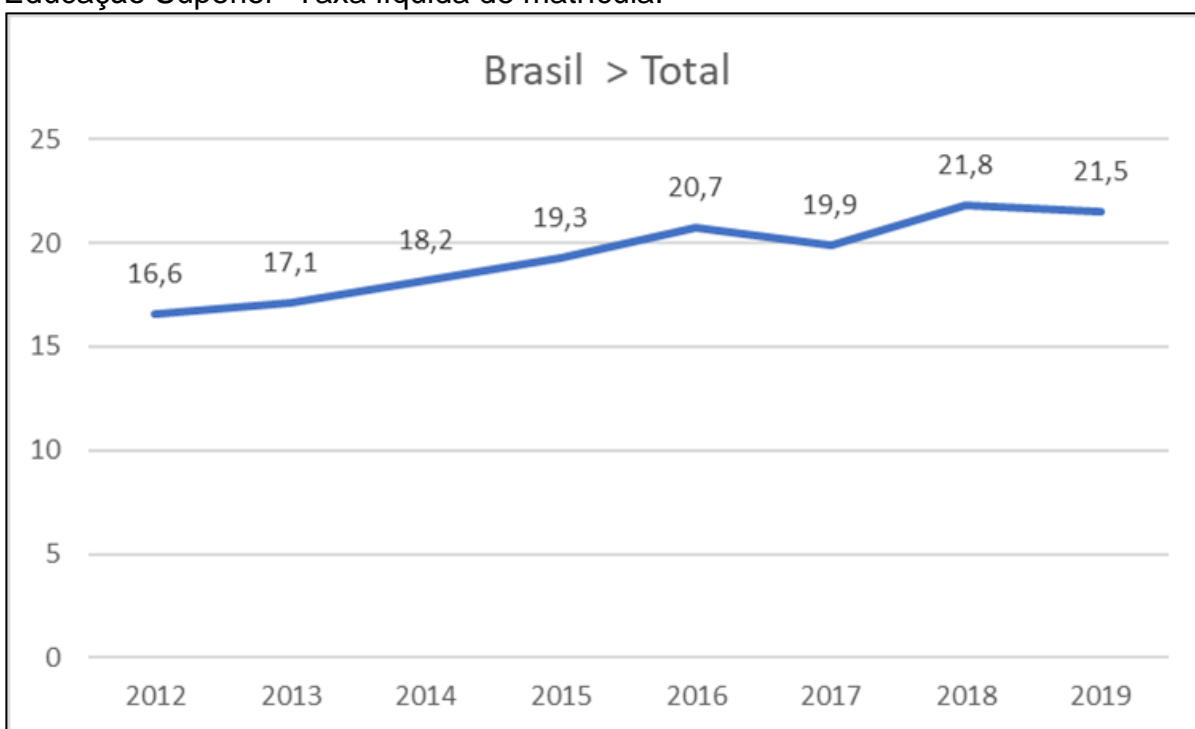
Fonte: Moreno/ Abmes e Educa Insights/INEP/IBGE (2019).

Em conjunto com essas projeções a Abmes (2018) também divulgou informe a respeito de dois cenários a serem atingidos pela meta 12 do PNE, quando se atingirá a marca de 33% da população de 18 a 24 anos matriculados em alguma graduação, projeções estas realizadas em 2019, a partir de 2020 as projeções devem ser recalculadas, revistas com vistas em retomar de fato as aulas presenciais em 2021.



Atualmente a análise feita nesta pesquisa indica que nenhum desses dois cenários muito possivelmente não se concretizarão, tendo por base o desafio sanitário, social e econômico mundial na qual a sociedade global se encontra em 2020 por conta da propagação do vírus COVID-19. O cenário atual demonstra ser incerto para o ensino superior no Brasil indicando um período de estagnação das matrículas para esta década de 2020.

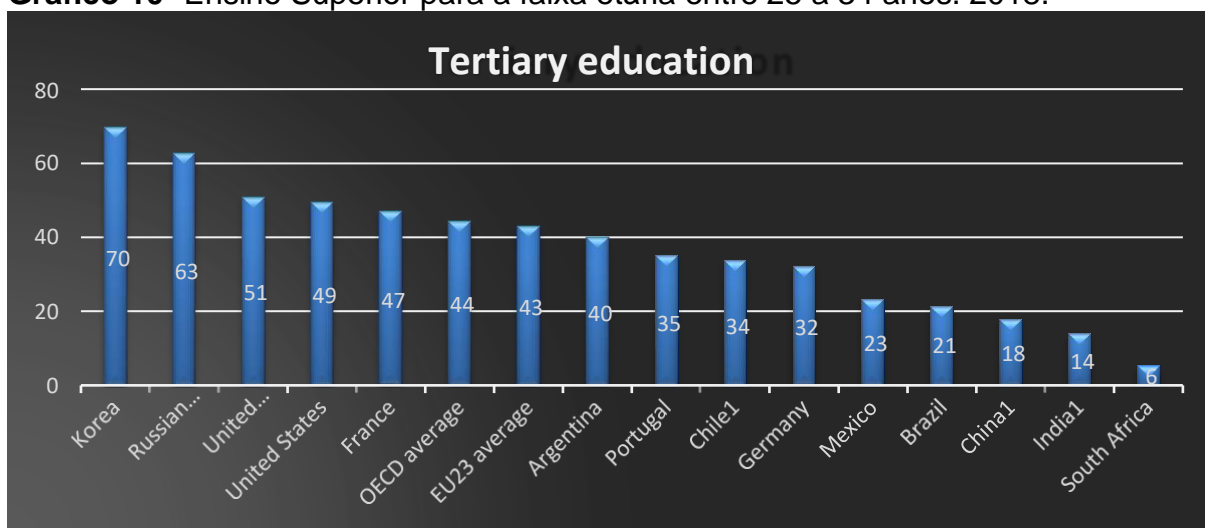
**Gráfico 9-** Porcentagem de matrículas da população entre 18 a 24 anos na Educação Superior- Taxa líquida de matrícula.



**Fonte:** Todos Pela Educação /MEC/Inep/DEED/Censo Superior (2019).

A taxa de matrícula para a população jovem em 2019 sofreu um pequeno decréscimo, o que indica ser inviável alcançar a meta 12 do PNE de 33% dos jovens matriculados no ensino superior em 2024. O que leva a considerar uma nova meta para esse grupo, já defasado em comparação com países da OCDE, e a necessidade de se rever o plano de metas da educação brasileira em 2024.



**Gráfico 10-** Ensino Superior para a faixa etária entre 25 a 34 anos. 2018.

Fonte: OCDE (2019).

Os dados acima apontam as diferenças de matriculados no ensino superior na média da OCDE em 44% ante aos 21% do Brasil em 2018, apontam também números inferiores a países da América Latina como México 23%, Chile 34% e Argentina em 40% de atendimento. O último gráfico demonstra um longo caminho a percorrer para se atingir níveis de matrículas da média de países industrializados. Há de considerar ainda o possível não cumprimento da meta 12 do PNE de atingir 33% em 2024, como já exposto, o que revela as possibilidades de expansão e os desafios para se oferecer qualidade de ensino nos cursos oferecidos. As informações expostas servem de panorama para se entender os interesses e possibilidades de avanço de empresas educacionais transformadas em corporações transnacionais de capital aberto e quais são as principais operadoras no setor, ou *players*, como o mercado costuma nomear.

## 2.2. Do monopólio do ensino superior privado: corporações predominantes

A oportunidade para as IES privadas obterem lucro e se transformarem em sociedades mercantis veio de dois decretos 2.207 e 2.306 ambos de 1997, anteriormente tais instituições deveriam direcionar seus lucros para os próprios grupos. A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que após a edição dos decretos citados houve movimento migratório de grupos não lucrativos, como as IES confessionais em mudar seus estatutos para atividades para fins lucrativos e, posteriormente abrirem o capital de suas empresas.

Em Sousa (2018) encontra-se o seguinte esclarecimento, após a previsão legal as IES organizarem-se como sociedades empresariais, proporcionou-se

assim incentivo a expansão do setor privado no ensino superior. As transformações legais no setor oportunizaram maior oferecimento do número de matrículas e aumento de empresas educacionais, a partir de então, a formação superior passou a ser caracterizada a um produto à venda. Sendo assim, de forma legalizada a mercantilização do setor começou a crescer e nota-se com incentivos financeiros maiores em favor das IES privadas do Estado brasileiro em desigual importância à universidade pública.

É importante ressaltar, conforme explicado acima, que antes da LDBEN de 1996 e após os decretos de 1997 citados anteriormente, as instituições privadas não podiam gerar lucro aos seus donos e sócios, o que predominavam no universo privado eram instituições confessionais, filantrópicas e familiares. Finalmente, com a possibilidade de se organizarem como sociedades anônimas, aqueles grupos se viram em duas situações. Uma, em mudar seus estatutos e suas gestões da forma que haviam se organizado para a empresarial e dentro das regras de gestão do mercado. Outra, não modificarem a razão social da empresa, mas se verem posteriormente na iminência de serem adquiridas pelas sociedades anônimas de capital aberto. Ora, nesse sentido, num período entre 2007, início das ofertas das IES na bolsa de valores a 2017 o que se viu foi a formação de um oligopólio de cinco instituições a dominar grande parte do setor.

Para Adrião (2018) fica claro que a educação é segmento de interesse social para o desenvolvimento econômico do país e pessoal, a educação, nesta pesquisa especificamente a superior, é caracterizada como bem público, mas não obstante há segmentos corporativos que pensam diferente em caracterizar o setor educacional como produto a ser vendido.

Logo, é indiscutível apontar que há intervenções privadas na política educacional do Estado brasileiro. É possível afirmar que há lobby muito bem articulado de empresas educacionais a lhes favorecer dentro das políticas educacionais brasileira. Primeiro, existe um capitalismo do conhecimento e o que era para ser a universalização do acesso ao ensino superior se transformou em comercialização de vagas via crédito estudantil a prover de dividendos aos grupos de investimento. "[...] no Brasil, vive um intenso processo de transformação de um direito ou 'serviço público' em 'serviço comercial' ou mercadoria." (SGUISSARDI, 2015, p.871). Depois, porque

ficou claro que existe a ação de 'filocapitalistas', que são organizações empresarias com viés social, mas sem perder a meta de lucrar com suas atividades (ADRIÃO, 2018). Logo, torna-se fundamental discutir sobre o financiamento público em empresas privadas.

Conforme explicado acima, a relação entre o setor privado e a sua necessidade de financiamento público leva a análise de que não se trata somente de abrir o mercado educacional, vai além, o próprio Estado subsidia via bolsas estudantis, incentivos fiscais e renegociações de dívidas das IES. Verdadeira participação direta pública no que deveria ser a lei do livre mercado e atuação mínima pública. As IES privadas não deveriam receber incentivos via renegociação de dívidas, por exemplo. De acordo com Tavares (2019, p. 115):


Chamamos atenção para o fato de que a partir de meados dos anos 2000, especificamente a partir de 2007, quando ocorrem dois processos fundamentais que se retroalimentam e configuram o que chamamos de mercantilização de novo tipo: (i) o controle monopólico das IES de ensino superior por grandes grupos educacionais que, via fundos de investimentos, controlam a esmagadora maioria das matrículas; (ii) o apoio do Estado como elemento impulsionador da expansão do setor por meio da transferência do fundo público por meios diretos ou indiretos – Prouni e FIES – e pela redefinição da concepção de bem público resultando na indiferenciação e apagamento das fronteiras do público e privado, que foram e ainda são a maior fonte de receitas nos fluxos de caixa dos grandes fundos que controlam as IES.

O autor deixa claro na citação acima que o processo de mercantilização das IES privadas se dá pelo monopólio de poucos grupos, em sua maioria de capital aberto, e a relativização dos limites do que é público e do que é privado. Pode-se constatar assim a fuga de dinheiro dos cofres públicos para se pagar a um serviço educacional de qualidade de nota 3 na média de cursos de graduação do setor privado mercantil, principalmente àqueles cursos oferecidos de baixo custo às classes populares. O que de fato há de se refletir em que tipo de formação esse grupo obtém. Sendo assim, além da previsão legal, outras questões foram favoráveis para a expansão das IES privadas no país, como demanda reprimida e contexto econômico da população favorável. Podemos perceber conforme citado acima que esse quadro remete sobre o contexto favorável no país a partir de 2007, no qual havia crescimento do PIB, aumento da renda das classes populares, aumento no número de jovens que concluíram o Ensino Médio e a proposta do governo federal em democratizar o acesso ao ensino superior. Mediante esse contexto, houve ambiente bem favorável ao

crescimento do setor privado que também passara a contar com refinanciamentos de dívidas e financiamentos como o FIES e ProUni.

Todas as decisões tomadas a favor do financiamento privado provêm de políticas públicas com intenção de alcançar objetivos e suas ações atingirem a população em questão, no caso do ensino superior privado havia o interesse em se ampliar o número de vagas, principalmente para a faixa etária de 18 a 24 anos. Dado o contexto exposto, pode-se afirmar que das cinco maiores IES privadas no Brasil, quatro têm o seu capital aberto, dentre elas: Kroton, Estácio, Laureate e Cruzeiro do Sul Educacional, somente a Universidade Paulista (Unip) mantém seu estatuto como entidade privada, sem capital aberto. A próxima tabela apresenta o ranking por número de alunos e também apresenta dados de receitas líquidas, participação da receita líquida e de mercado.

**Tabela 3-Ranking. Receita Líquida. Matrículas e participação de mercado.**

 <b>Estudo Hoper Sobre Estimativas de Receita Líquida e Participação de Mercado</b> <b>Maiores Grupos<sup>1</sup> Consolidadores Educacionais Privados do Brasil – 2018</b> <i>Largest Private Educational Groups in Brazil – 2018</i>					
Ranking de Matrículas	Grupo Consolidador	Estimativa de Receita Líquida <sup>2</sup> (em milhões)	Participação da Receita Líquida no Setor	Matrículas Privadas Estimadas 2018 (Presencial + EaD)	Participação no Mercado
Ranking	Educational Group	Estimated Net <sup>2</sup> Revenue (R\$m)	% Net Revenue Market Share	Estimated Enrollments (On-Campus + DL)	% Enrollments Market Share
1º	Kroton	R\$ 5.317,66	9,7%	815.332	12,9%
2º	Unip	R\$ 2.677,45	4,9%	459.595	7,2%
3º	Estácio (YDUQS em 2019)	R\$ 3.619,40	6,6%	441.600	7,0%
4º	Laureate <sup>3</sup>	R\$ 2.532,14	4,6%	280.000	4,4%
5º	Cruzeiro do Sul Educacional	R\$ 1.177,69	2,2%	210.101	3,3%

Fonte: Hoper (2018).

Conforme demonstrado na tabela acima, o grupo líder Kroton detinha 12,9% da participação de mercado para o setor em 2018, posteriormente em 2019 o grupo desmembra-se em quatro empresas tornando-se uma *holding*<sup>11</sup> chamada Cogna para

<sup>11</sup> Holding. “Holding é o tipo de organização que permite que uma empresa e seus diretores controlem ou exerçam influência em outras empresas (subsidiárias). Em outras palavras, possui participação

diversificar a atuação do grupo em outros setores da educação. A Kroton mantém a oferta de cursos superiores, em 2020 há algumas alterações no posicionamento ranking de maior número de matrículas das IES e a próxima tabela indicará os números de matrículas em graduações para este ano.

**Tabela 4-** Número de matrículas. Cinco maiores IES 2020.

Posição	Instituição	Matrículas
1 <sup>a</sup>	<b>Kroton (Cogna)</b>	921.378
2 <sup>a</sup>	<b>YDUQS (Estácio)</b>	576.400
3 <sup>a</sup>	<b>Laureate</b>	230.000
4 <sup>a</sup>	<b>Unip</b>	220.000
5 <sup>a</sup>	<b>Ser Educacional</b>	168.950

**Fonte:** Cogna/ Estácio/Laureate/Ser Educacional (2020). Elaborado pelo autor.<sup>12</sup>

Houve reposicionamento à segunda posição ocupada em 2018 pela Unip com 460 mil matrículas aproximadas, já em 2020 o número oferecido pelo portal da instituição de matriculados ficou na marca de 220 mil estudantes, o que caracteriza uma perda de mais da metade do quadro do corpo discente. A quinta posição deixa de ser do grupo Cruzeiro do Sul com 133 mil estudantes em 2020 para o Ser Educacional, contando com quase 169 mil matriculados. Esses fatores sugerem a volatilidade do mercado educacional, como as IES se posicionam como *players* no qual acreditam estar num jogo pela supremacia da educação superior brasileira. A próxima seção tratará de analisar as discussões, anúncios e denúncias de literatura especializada, teses, dissertações e artigos a respeito da presença dessas corporações educacionais de capital aberto frente ao ensino superior brasileiro.

### 2.3. Ensino Superior privado: discussões, anúncios e denúncias

A presente seção visa discutir entre a literatura especializada em artigos, dissertações e teses referentes ao ensino superior privado o avanço de grupos de capital aberto no Brasil e analisar os instrumentos de avaliação<sup>13</sup> oficiais, Índice Geral

majoritária nas ações de uma ou mais empresas. [...]É uma ferramenta empresarial para a gestão de negócios diversificados que se interligam em um grande grupo econômico.” (CAMPOS,2018, s/p).

<sup>12</sup> Valores aproximados informados pelos portais de cada instituição. Em 12 de agosto de 2019, a base de alunos da Estácio totalizava 576,4 mil alunos. A Estácio é formada por uma universidade, dez centros universitários e 37 faculdades credenciadas pelo MEC. (ESTÁCIO,2020, s/p)

<sup>13</sup> O uso dos resultados das avaliações oficiais faz parte da análise documental e serve de indicativo de qualidade dos cursos de graduação, não é objeto dessa pesquisa discorrer especificamente sobre as mesmas.

de Cursos (IGC), Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) realizados pelo MEC, como indicativos de qualidade dos cursos. Dado tal contexto, faz parte do escopo do texto analisar os anúncios de expansão desses grupos como também as denúncias de precarização da qualidade de ensino a favor de maior margem de lucro. Apresenta-se referencial teórico e para realizar as discussões necessárias, pesquisadores cujos temas fazem parte do rol de políticas públicas para o ensino superior privado, dentre eles se encontra em Bianchetti; Sguissardi (2017), Chaves et al (2018), Girardi e Klafle (2017), Oliveira (2017), Sguissardi (2019), Franca (2017), Minto (2018), Santos Filho (2016), Costa (2016) e Tavares (2019).

As tabelas a seguir servem de amostra para o cálculo realizado para se obter o Índice Geral de Curso, a partir das notas do Enade são feitos cálculos com base na estrutura dos prédios dos cursos e a qualificação do corpo docente faz parte do cálculo IGC (INEP, 2020).

**Tabela 5-** Amostra de cursos. Universidade Estácio. Conceito Enade 2018.

Município	Curso	Conceito Enade
RIO DE JANEIRO	PSICOLOGIA	2
RIO DE JANEIRO	ADMINISTRAÇÃO	3
RIO DE JANEIRO	DIREITO	3
RIO DE JANEIRO	TURISMO	3
RIO DE JANEIRO	PSICOLOGIA	2
RIO DE JANEIRO	ADMINISTRAÇÃO	3
RIO DE JANEIRO	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	2
RESENDE	PSICOLOGIA	2
RIO DE JANEIRO	DESIGN	4
CAMPOS DOS GOYTACAZES	PSICOLOGIA	3
RIO DE JANEIRO	ADMINISTRAÇÃO	3
NOVA FRIBURGO	DIREITO	3
RIO DE JANEIRO	TURISMO	3

Fonte: INEP (2019).

A tabela acima indica, pelas regras da representatividade, homogeneidade e pertinência (BARDIN, 2011), amostras dos conceitos Enade de cursos da IES Estácio e o baixo desempenho de quatro graduações, por esses dados infere-se graduações de qualidade questionável e indicativo de semiformação, instrumentalização e capacitação técnica mediana para se exercer uma futura profissão sem maiores indagações por parte do indivíduo.

**Tabela 6-** Amostra de cursos. Universidade Anhanguera. Conceito Enade 2018.

<b>Município</b>		<b>Conceito Enade</b>
São Paulo	DIREITO	3
	PSICOLOGIA	3
	DIREITO	2
	DIREITO	2
	PSICOLOGIA	2
	DIREITO	2
	PSICOLOGIA	2
	TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA	2
	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	4
	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	4
	PSICOLOGIA	2
	ADMINISTRAÇÃO	4
	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	2
	DIREITO	2

Fonte: INEP (2019).

Os mesmos apontamentos e tratamento de informação realizados em tabela anterior servem para tabela acima, dos catorze cursos oferecidos pela Anhanguera (Kroton) da cidade de São Paulo, nove obtiveram conceito Enade inferior a 3, indicativo de baixa qualidade de aprendizagem dos estudantes. Infelizmente não se pode dizer que esses cursos oferecem uma educação emancipatória, mas sim uma formação técnica para execução de tarefas.

**Tabela 7-** Índices Gerais de Cursos. Amostras das 5 maiores IES privadas.2018.

<b>Faculdade</b>	<b>Grupo</b>	<b>IGC</b>
	<i>Universitário</i>	
Universidade Anhanguera	Kroton	3
FAMA	Kroton	2
Pitágoras	Kroton	3
UNIC	Kroton	3
UNIDERP	Kroton	3
UNOPAR	Kroton	3
Universidade Anhembi Morumbi	Laureate	4
Faculdades Metropolitanas Unidas	Laureate	4
FADERGS	Laureate	4
FPB	Laureate	4
IBMR	Laureate	3
UNIFG	Laureate	3
UNIRITTER	Laureate	3
UNP	Laureate	3
UNIFACS	Laureate	4
Universidade Estácio de Sá	Estácio	3
UNAMA	Ser Educacional	3
UNINASSAU	Ser Educacional	3
UNG	Ser Educacional	3
UNIVERITAS	Ser Educacional	3
UNINORTE	Ser Educacional	3

**Fonte:** INEP (2019).

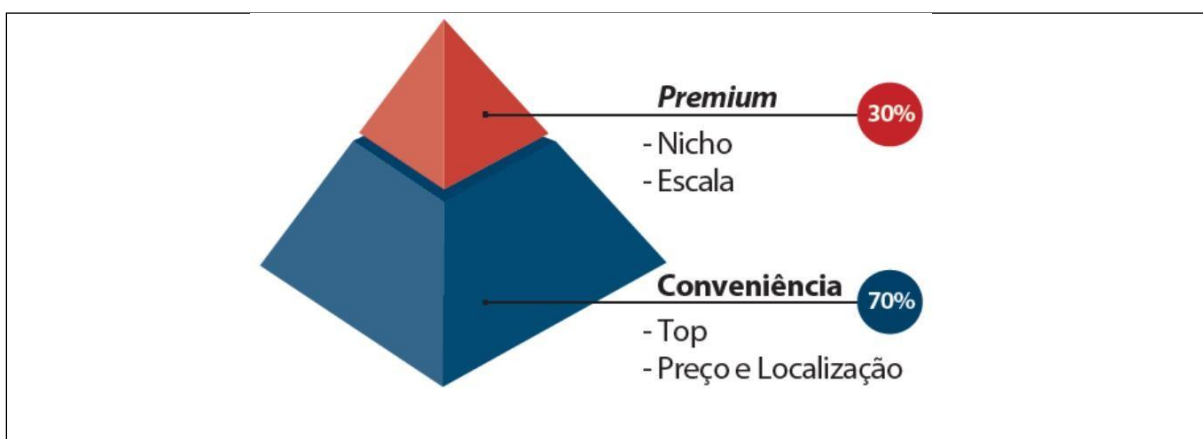
Conforme descrito nas tabelas acima, os grupos educacionais são mensurados por provas anuais e seus graduandos, na qual são avaliados conceitos básicos dos cursos, participam desta avaliação os ingressantes e os concluintes dos cursos. O conceito 3 é a menção mínima para não haver maior fiscalização e ameaça de descredenciamento de cursos para o Enade, a cada ciclo de três avaliações Enade e em conjunto com análises de infraestrutura e capacitação docente confere-se o Índice Geral de Cursos às IES (INEP, 2020).

Como se pode observar pela divulgação dos resultados, a grande parte das IES obtiveram ao menos o conceito mínimo, interessante constatar pontuação 4 para unidades da Laureate, estas como Anhembi Morumbi e FMU. Estas consideradas um nicho premium, classificação Top pela Hoper (2019) são IES consideradas diferenciadas por mensalidades acima da média e oferecer cursos específicos como de Business School São Paulo, cujas mensalidades são de R\$1.200,00 a R\$1.700,00 com parcerias de cursos nos EUA para intercâmbios de alunos, já haviam consolidado anteriormente a aquisição do grupo norte americano seus nomes como instituições de qualidade.

As IES de conceito 3 e 2, em sua maioria são oferecidos cursos baratos, presenciais, à distância e semipresenciais em localizações de fácil acesso e com linhas de ônibus, em pontos estratégicos das cidades para fácil deslocamento dos alunos. Essas instituições são denominadas de convencionais, cujos valores de mensalidades variam a partir de R\$90,00 a R\$780,00 para cursos Ead, sendo a aposta do setor para manter as matrículas e as conclusões dos cursos (HOPER, 2019).

**Figura 2-** IES Premium e Conveniência. Brasil (Classificação Hoper Posicionamento Estratégico de IES Brasil)





**Fonte:** Hoper (2019).

A figura acima representada pela consultoria Hoper coloca a divisão existente de mercados das IES privadas. Para o atendimento Premium nicho entende-se a IES especializada a tipos de cursos, mensalidades acima da média e qualidade ensino considerada de excelência, exemplos dessa característica estão Fundação Getúlio Vargas (FGV), Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação (ESAMC). O segmento Premium escala são as IES com mensalidade acima da média e conceitos altos em seus cursos. Exemplo da Pontifícia Universidade Católica ( PUC) e Mackenzie. Esses dois grupos fazem parte das IES 30% *premium* do setor privado, dentro desse grupo há casos mais seletos ainda, como a PUC São Paulo e Rio de Janeiro são consideradas equivalentes as Universidades de Classe Mundial (PILATTI; CECHIN, 2018) .

As IES consideradas conveniência Top são àquelas com nomes consolidados na comunidade como tradicionais, precificam cursos na média do mercado, exemplo da Unip no estado de São Paulo. Já as conveniências preço e localização, são as que apresentam menor preço, mas consideradas de baixa qualidade pela comunidade, exemplos dos cursos à distância de menores mensalidades (HOPER, 2019).

Pode-se apontar três fatores a direcionar as discussões a respeito das consequências da expansão do setor privado com fins lucrativos, o primeiro é se há baixa qualidade de seus cursos. É importante considerar que o segmento Ead trabalha com profissionais educacionais ofertando baixo rendimento, atualmente tutores em sua maioria, que não têm formação apropriada para formar profissionais com pensamento autônomo. A questão da qualidade, na visão do setor privado mercantil, se relaciona na rápida absorção do formando ao mercado de trabalho, numa lógica de gestão empresarial em formar empregados eficientes e produtivos (COSTA, 2016).

O segundo aponta para o financiamento público em atender as lógicas de mercado, enquanto havia incentivos fiscais em oferecer o Fies e Prouni, em contrapartida os grupos educacionais ofereciam cursos dentro da lógica gerencial de maior eficiência e produtos educacionais de baixo custo (CHAVES ET AL, 2018).

O terceiro seria a causa dos outros dois fatores apontados, como diz Santos Filho (2016) a governança corporativa é a estratégia de oferecer pouco e ganhar muito, sob os princípios da administração de eficiência, eficácia e baixos custos, a redução de custos em se utilizar cada vez menos profissionais de educação qualificados, com formação em mestrado e doutorado são preteridos a tutores e mais recentemente a robôs , e anteriormente a pandemia do COVID 19 já havia interesse em transformar as graduações presenciais em semipresenciais ou flexíveis. O mais preocupante, contudo, é constatar que a questão da governança corporativa se reveste de aparentes cursos e formatos de aulas inovadoras em defesa do uso da tecnologia como a solução exclusiva para a formação e posteriormente colocação no mercado de trabalho do estudante.

Conforme explicado acima, não se trata apenas em seguir o modelo napoleônico de universidade, ou seja, utilitarista, e desejar para todos o modelo humboltiano, voltado para a pesquisa, mas o oferecimento de produto educacional de tão baixa qualidade pode se terminar uma graduação com formação sucateada e com a necessidade imediata de complementá-la sob o risco de o formando se encontrar entre os analfabetos funcionais, mas com diploma (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017). É sinal de que há, enfim, uma parte obscura do discurso de educação para toda vida, neste caso, é a má formação e sua tentativa de correção para o resto da vida.

Pode-se dizer que a visão da qualidade é distinta entre o mercado de trabalho e a corrente crítica de pesquisadores em educação. Neste contexto, para Costa (2016) fica claro que a questão da qualidade para o setor privado está relacionada a rápida absorção do formando ao mercado de trabalho, numa lógica de gestão empresarial em formar empregados eficientes e produtivos. Por outro lado, existem os critérios de avaliação e validação da qualidade dos cursos elaboradas pelo Ministério da Educação via Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

Este exame é realizado anualmente, retira-se dele o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e cada três anos obtém-se média dos resultados em conjunto com análises dos espaços físicos e dos professores, o nome desse resultado trienal chama-se Índice Geral de Cursos (IGC), os conceitos têm escala de 01 para péssimo a 05 à cursos excelentes, a nota 03 é o mínimo que a instituição pode obter para continuar a oferecer suas graduações (BURGARELLI, 2017).

Os modelos de avaliação de qualidade, conforme mencionado pelo autor, encontram resistência pelo setor privado e demonstra muitas ressalvas ao critério de avaliação CPC e posteriormente o IGC, alegando falta de parâmetros nas avaliações e causam dificuldades para avaliar a evolução dos cursos em comparativos com edições anteriores. Neste contexto, fica o questionamento de Kuzuyabu (2019, s/p) "[...]também não há uma indicação clara do que seja um resultado bom. Nessa perspectiva, considerando seus custos, será que o Enade está cumprindo seus objetivos? Seria o caso de descontinuí-lo?". Assim, preocupa o fato de que a OCDE produza um documento a respeito do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) criticando-o por não ter critérios específicos de avaliação "[...] a equipe de revisão da OCDE considera que os objetivos do ENADE, conforme atualmente formulados, são fora da realidade" (OCDE, 2018,p.120).

É importante ressaltar que o Enade serve como parâmetro para medir a qualidade dos cursos e causa repercussão negativa à imagem da IES com nota baixa. Conforme explicado acima, o setor privado mercantil, especificamente as cinco maiores IES aqui estudadas obtém na maior parte de seus cursos nota 3, abaixo deste conceito há fiscalização maior do MEC em suas unidades, por exemplo. Apesar das críticas do setor privado, o Enade faz parte do sistema de acreditação brasileira com o objetivo de medir a qualidade dos cursos superiores. Finalmente, esse sistema recebe pressão do setor financeiro a medir IES privadas de modo favorável e a não interferir em seus negócios, mesmo que seja desfavorável aos pagantes de mensalidade de graduação de qualidade duvidosa (BARREYRO; SGUISSARDI, 2016).

[...]a política de avaliação / regulamentação do Ensino Superior no Brasil, talvez tenha o maior desafio apresentado hoje para o aprimoramento e as melhores práticas. Esse desafio tem duas fases: por um lado, o pólo comercial-privado do Estado, principalmente quando, hoje, pessoas ligadas a grupos de educação empresarial ocupam cargos em órgãos governamentais da região; por outro, a força política desses grupos

empresariais [...]Na medida em que, nesse novo cenário que já gerou importantes mudanças curriculares, como a padronização de conteúdos nos cursos da mesma instituição, o currículo dos cursos, as disciplinas à distância e a diminuição de professores e de seus salários, o desafio é conseguir melhorias na qualidades das IES, se a concentração econômica e política dessa situação permitir (BARREYRO;SGUISSARDI, 2016.p.199-200, tradução do autor).

Os autores deixam claro na citação acima que há pressão dos grupos empresariais em se realizar avaliações mais brandas para os cursos e gerar resultados favoráveis à governança corporativa. É exatamente o caso de se manter a empresa educacional atrativa para os estudantes e rentável para os investidores. É preciso, porém, ir mais além, a governança corporativa envolve desde a diretoria executiva até funcionários atuando a favor dos investidores. Vê-se, pois, que dificilmente o principal objetivo dos grupos educacionais privado-mercantil seja a qualidade de educação de seus graduandos. De acordo com Costa (2016, p. 183) a razão pela qual a iniciativa privada-mercantil não realizar pesquisa:

Como essa iniciativa necessita de maiores investimentos financeiros em recursos materiais e humanos, e provavelmente viria a reduzir as margens de lucro em IES particulares do setor privado, que predominam no ensino superior brasileiro, sobretudo dos grandes conglomerados empresariais formados recentemente, e interferiria nas estratégias de gestão, a exemplo do aumento das mensalidades escolares, a pesquisa não se constitui então como uma das prioridades nesses espaços.

Neste contexto, o autor deixa claro que as estratégias de gestão se configuram com redução de custos, conforme citado acima, a pesquisa fica caracterizada como um gasto na contabilidade das IES. Tais estratégias fazem parte da governança corporativa, como bem assevera Tavares (2019) servem para traçar planos de retorno financeiro a partir dos investimentos realizados numa empresa, com isto cria-se estratégias de gestão cuja finalidade principal é o ganho imediato com altas taxas de lucratividade. Por fim, é processo organizacional para ganhar mediante oferecimento de serviços educacionais de qualidade questionável.

Pode-se verificar que as divulgações, a cada trimestre, das contas dos grupos revelam a apreensão em manter os ânimos do mercado sob controle. Fica claro que este tipo de macro gestão é encontrado de forma semelhante pela Kroton (Cogna), Estácio, Laureate e Ser Educacional, com exceção da Unip que mantém seu capital fechado.

No caso da Estácio Participações, por exemplo, se adota desde 2008, após aprovação em Assembleia Geral, contrato com a Bolsa de Valores,

assumindo compromisso de Práticas Diferenciadas de Gestão Corporativa, entre os quais se destacam emissão de ações ordinárias; a garantia de circulação de pelo menos 25% do capital total da empresa; políticas rígidas de divulgação das negociações realizadas pela empresa e pelos seus acionistas; submissão de qualquer acordo de ação e opção de compras pela Bolsa de Valores; adoção irrestrita das normas do regulamento de arbitragem da Bolsa de Valores; contratação de empresas de auditoria independente para análises de balanços e demonstrativos financeiros (TAVARES, 2019,p.83).

À vista disso, conforme citado acima as consequências da potencialização dos lucros são demissões de profissionais qualificados, flexibilização da carga horária de cursos presenciais para aulas no modo remoto e também o incentivo ao educando a realizar algum financiamento estudantil, público ou privado (SOUSA FILHO, 2016). É importante considerar que o financiamento público (Fies) está quase extinto em comparação com o número de contratos celebrados em 2014 e quem herdou a posição foram as financiadoras privadas que encontram um vasto campo a ser explorado.

Não é exagero afirmar que os programas de financiamento (Fies) e bolsas (Prouni) concedidos pelo governo federal, apesar da alegação de democratização do acesso, ajudaram e muito na expansão e enriquecimento dos grupos de capital aberto. A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que segundo Tavares (2019, p.114) "[...]o apoio do Estado como elemento impulsionador da expansão do setor pela transferência do fundo público por meios diretos ou indiretos – Prouni e FIES[...]". Vê-se, pois, que o setor privado, vem sendo financiado pelo poder público em que isenções fiscais servem para aumentar a renda líquida de tais grupos. É importante considerar que os incentivos públicos do Fies e Prouni ajudaram na expansão e formação de oligopólios do ensino superior, e, em cima disso ascendeu a Kroton (Cogna) como a maior corporação de ensino superior privado do mundo (SILVA, 2017). De acordo com Sousa Filho (2016, p. 146-147):

Outra forma de renúncia fiscal é a isenção de tributos de entidades de ensino superior privado, por meio do Programa Universidade para Todos- Prouni.[...] A operacionalização do programa ocorre por meio da concessão de bolsas de estudos em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições particulares de educação superior, oferecendo às que aderirem ao Programa, em contrapartida- isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ ( e de contribuições sociais).

Fica evidente, diante desse quadro a perda de arrecadação de impostos em favor de grupos educacionais privados, nesse sentido há inversão das regras de mercado na qual existe a liberdade de funcionamento do setor privado com subsídios

do Estado, mas no caso de financiamento de corporações educacionais essa regra do liberalismo parece não se aplicar. Ora, o Fies também é uma forma do setor privado ter retorno garantido de suas mensalidades, nesse sentido quem paga é o Estado e não o educando em forma de crédito estudantil. Na década entre 2010 a 2020 esses dois incentivos foram muito utilizados, destaque o Fies que a partir de 2016 começou a receber menos aportes orçamentários e oferecer maiores dificuldades para a sua obtenção, chegando a quase extinção em 2020 e no caso do Prouni a sua existência está condicionada às previsões orçamentárias de cada ano.

É preciso, porém, ir mais além e discutir qual foi o impacto desses dois programas nas IES correspondentes Kroton, Estácio, Laureate, Ser e Unip e qual estratégia as mesmas estão utilizando para suprir a falta do Fies para a manutenção das mensalidades de seus cursos.

Os programas de financiamentos e bolsas, Fies e Prouni, originados do governo federal têm por objetivo democratizar o acesso e a permanência de graduandos aos seus cursos, o que se questiona neste trabalho é o que se paga por tais políticas e o retorno à sociedade em indivíduos formados e alegadamente aptos para o mercado de trabalho. Nesse contexto, Queiroz (2018) afirma que o Fies serviu para o crescimento do ensino superior privado, mesmo em épocas de retração da economia e diminuição da renda das famílias entre 2014 a 2016, período de ampla oferta do programa, na qual garantiu a permanência dos matriculados, segurando o crescimento da inadimplência e da evasão dos cursos. O que se pôde observar é a garantia de renda às IES privadas e vagas àqueles que dependeram do programa para continuar na graduação.

Em Queiroz (2018) o atual Fies teve a sua origem em 1999 durante o governo Fernando Henrique Cardoso que anteriormente funcionava como Creduc, Crédito Educativo, este desde 1975. É importante ressaltar que o antigo financiamento era considerado, desde o período da Ditadura no qual foi criado, como ajuda indireta às IES, uma das poucas diferenças em relação ao atual foi o oferecimento de crédito para os graduandos de cursos públicos.

É sinal de que há, enfim, conforme explicado acima, permanência de antigos subsídios ao setor privado via crédito educativo, em contraponto o financiamento também se revestiu de política de diminuição mínima da desigualdade no acesso ao

ensino superior. Como bem assevera Costa (2016) os gastos públicos com o ensino superior privado serem maiores em comparação com a universidade pública, servem de justificativa ao alegar maior acesso das classes mais populares às IES privadas.

Conforme verificado por Queiroz (2018) o Fies é investimento público com objetivo de democratizar o acesso ao ensino superior, principalmente às famílias cujas rendas compreendem faixas salariais de 1 a 5 salários mínimos. Mediante a esse argumento, sabe-se que historicamente as classes mais baixas da sociedade ficaram em grande parte excluídas do acesso ao ensino superior.

Caso contrário, como a autora deixa claro, sem as políticas de acesso haveria muitos impedimentos a alguém que sempre frequentou a escola pública ou com renda baixa para permanência e conclusão dos cursos em comparação com quem teve acesso ao ensino básico privado e renda familiar para estudar sem a necessidade de trabalhar (QUEIROZ, 2018).

Neste contexto, fica claro que Queiroz (2018) defende o Fies como política educacional de acesso ao ensino superior. Porém, não é o pensamento de Tavares (2014, p.88) "[...] o desenvolvimento de políticas educacionais que expandem o segmento privado com o aporte do Estado, através do FIES e Prouni, que entendemos estar em curso uma mercantilização de novo tipo [...]". O autor deixa claro que o Fies e o Prouni contribuem para o enriquecimento das corporações educacionais, principalmente aos investidores dos grupos de capital aberto, mediados por agentes públicos.

Ora, em tese, conforme explicado acima, as políticas de acesso ao ensino superior via Fies e Prouni tem por objetivo compensar históricas defasagens com as classes desfavorecidas da sociedade, o que se questiona é o grande aporte de investimento público que levou a Kroton (Cogna) como o maior grupo educacional de ensino superior privado do mundo. Vê-se, pois, que as renúncias fiscais, principalmente da previdência em diversas contribuições tanto do recolhimento de empregados quanto as patronais serviram para financiar o setor privado (TAVARES, 2019). De acordo com Tavares (2019, p.117) apesar da política de acesso houve maneira de se lucrar ainda mais com elas:

Apesar da importância do acesso aos recursos públicos vinculados ao FIES e Prouni, a financeirização da educação encontra sentido quando os grandes grupos do capital comércio de dinheiro programam reengenharias

administrativas também denominadas de “gestão profissional”, que tem reestruturado diversos cursos em IES adquiridas; de processos de demissão em massa de professores nas instituições particulares[...].

O autor deixa claro que a citada gestão empresarial ou governança corporativa serve para retirar recursos de programas bem intencionados em seus objetivos em democratizar o acesso a uma graduação como o Fies e o Prouni. Logo, é importante questionar se realmente os cinco maiores grupos educacionais de capital aberto, com todo aporte do financiamento público, legislação favorável e organismos internacionais lhes dando vantagem, oferecem graduações com qualidade suficiente em ajudar no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Fica evidente, diante desse quadro a defesa das políticas de acesso e permanência, Fies e Prouni, sendo um avanço às camadas sociais mais populares poderem concluir o ensino superior. O contraponto é o afrouxamento das fiscalizações frente as IES privadas para constatar a real presença de professores qualificados, espaço físico adequado e punições para notas abaixo de 3 no Conceito Geral de Cursos. O que leva ao entendimento de que as maiores IES de capital aberto no país têm facilidades para retirar e aumentar seus ganhos sobre uma população com grandes necessidades socioeconômicas e educacionais.

A próxima seção discutirá a respeito da expansão das maiores IES privadas no país, para efeito e recorte da pesquisa foram selecionadas cinco instituições. Dentro da revisão de artigos e publicações de associações de ensino superior privado, objetiva-se verificar suas características, como operam no mercado educacional brasileiro e compreender sob a perspectiva empresarial o conceito de IES de sucesso.

#### **2.4. Expansão das cinco maiores instituições privadas de ensino superior**

Esta seção tem por objetivo discutir sob a visão das cinco maiores IES privadas suas estratégias de expansão e consolidação de mercado e apresentar breve histórico de cada uma. Diálogos se fazem necessários entre artigos acadêmicos e históricos institucionais até para verificação de exageros em suas divulgações ou situações veladas de ensino de baixa qualidade. Discutir a trajetória de expansão de cada uma delas possibilita desvelar panorama mais detalhado de como funcionam as engrenagens internas do ensino superior privado. Em ordem decrescente destaca-se o grupo Ser Educacional.

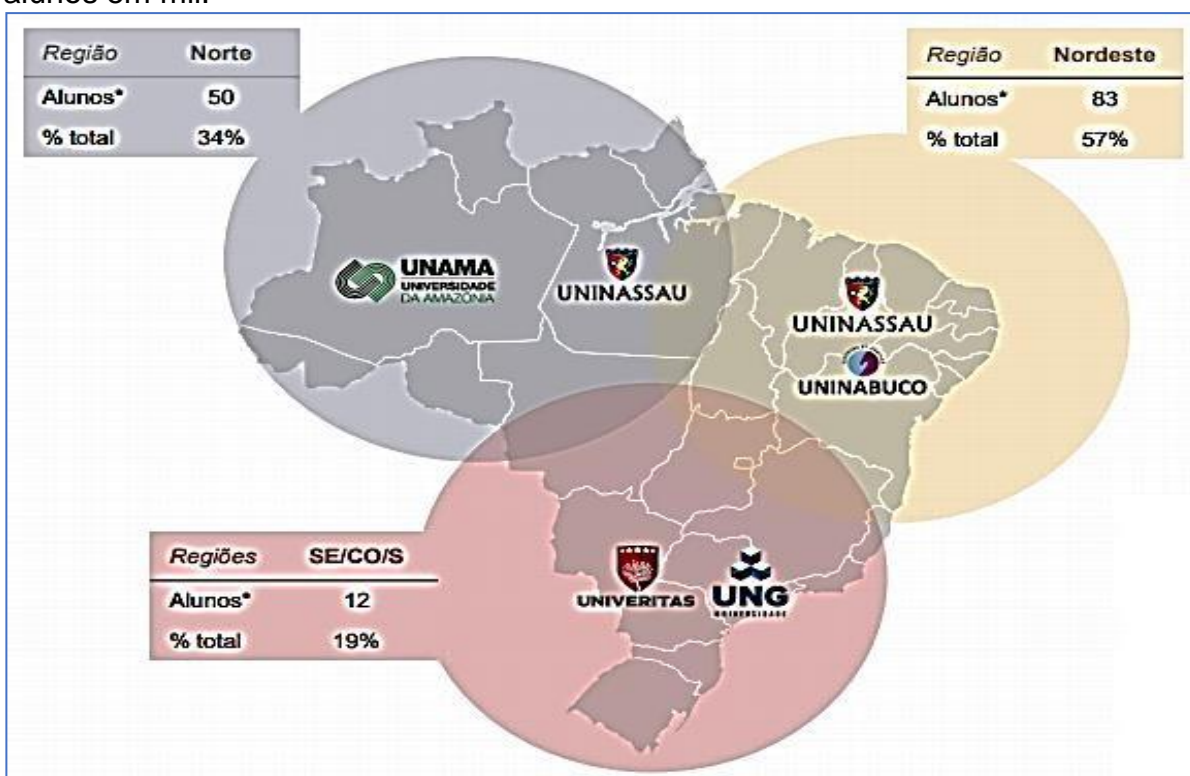


Ao acessar o portal do grupo, a primeira informação passada é sobre o início das atividades em 1994, a partir de curso preparatório para concursos públicos. Com isso, a partir de 2003, há a abertura de capital e o grupo começa a comprar instituições já em uso os investimentos do oferecimento de suas ações à expansão do grupo.

Por conta de tais estratégias, o grupo Ser Educacional tem realizado aquisições nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país. A proposta do grupo é direcionar o graduando à empregabilidade e para o empreendedorismo, em clara mensagem ao estudante de suas IES que o futuro será um sucesso (SER EDUCACIONAL, 2020).

As IES integrantes ao Ser Educacional são Universidade da Amazônia (UNAMA), Universidade Guarulhos (UNG), Faculdade Joaquim Nabuco, Faculdades Integradas do Tapajós e Faculdade Maurício de Nassau UNINASSAU. A maior parte delas se encontra nas regiões Norte e Nordeste, conforme mostrado na figura a seguir:

**Figura 3-** Distribuição das IES por região. Grupo Ser Educacional. Número de alunos em mil.



**Fonte:** Ser Educacional/The Capital Advisor (2020).

Conforme apontado da figura acima, a maior parte das matrículas se encontra nas regiões Norte e Nordeste do país, estas nas quais detêm as estratégias de atuação do grupo Ser Educacional. Mesmo sendo uma sociedade anônima de capital

aberto, o grupo Ser Educacional conta com o fundador Janguê Diniz como Presidente do Conselho Administrativo. O que revela conter traços de empresa familiar, mesmo após a abertura de capital.

Em quarto lugar na classificação de maiores IES privadas está a Universidade Paulista (UNIP), a única do ranking que não tem em seu estatuto a denominação Sociedade Anônima e capital aberto, ou seja, ainda uma família mantém a posse da instituição. De acordo com informações no portal da instituição, a UNIP tem seu início com a união do Instituto Unificado Paulista (IUP), Instituto de Ensino de Engenharia Paulista e do Instituto de Odontologia Paulista (IOP) em 1988. Um fator que chama atenção é a ênfase dada à pesquisa e extensão, modalidades de ensino não prioritárias entre às IES privadas brasileiras (UNIP, 2020).

A UNIP por ser uma IES privada de capital fechado, tem o dono do grupo Prof. Dr. João Carlos Di Genio e também o reitor da Universidade, do Colégio Objetivo, de editora e meios de comunicação. De acordo com Amorim (2015), em reportagem pela revista Exame, aponta Di Genio como o último grande dono de empresa do setor educacional dominado por grupos de investimento. Em seu caso, por manter outros negócios lucrativos, o empresário conseguiu se manter firme no mercado educacional sem abrir o capital da UNIP, o próprio Di Genio, por ter patrimônio bilionário e múltiplas empresas faz o papel de grupos de investimento retroalimentando a UNIP com suas outras empresas no setor educacional e de outros setores (AMORIM, 2015). O portal da internet da Universidade informa que a Universidade conta com 33 IES equipadas com salas, conexão wi-fi, bibliotecas, clínicas, escritórios jurídicos, empresas e agências para realização de estágios. A IES demonstra haver estrutura para atendimento à população quanto a orientação jurídica, consultas odontológicas, psicológicas etc. (UNIP, 2020). A tabela a seguir demonstra o alcance da instituição, principalmente dentro da cidade de São Paulo e cidades do interior do estado de origem.

**Quadro 2-** Relação de Campus. Cidades. Estados.

<b>Campus</b>	<b>Cidade</b>	<b>Estado</b>
Alphaville	Santana de Parnaíba	SP
Anchieta	São Paulo	SP
Araçatuba	Araçatuba	SP
Araraquara	Araraquara	SP
Assis	Assis	SP
Bauru	Bauru	SP
Brasília	Brasília	DF
Campinas-Campus I	Campinas	SP

Campinas- Campus II	Campinas	SP
Campinas- Campus III	Campinas	SP
Chácara St. Antônio- Campus- I	São Paulo	SP
Chácara St. Antônio- Campus- II	São Paulo	SP
Chácara St. Antônio-Campus-III	São Paulo	SP
Cidade Universitária	São Paulo	SP
Goiânia- Flamboyant	Goiânia	GO
Indianópolis/ Luís Góis	São Paulo	SP
Jundiaí	Jundiaí	SP
Limeira	Limeira	SP
Manaus	Manaus	AM
Marquês	Água Branca	SP
Norte	São Paulo	SP
Paraíso/ Vergueiro	São Paulo	SP
Paulista	São Paulo	SP
Pinheiros	São Paulo	SP
Ribeirão Preto	São Paulo	SP
Santos/ Conselheiro	Santos	SP
Santos / Rangel	Santos	SP
São José do Rio Pardo	S.J. do Rio Pardo	SP
São José do Rio Preto	S.J. do Rio Preto	SP
São José dos Campos	S.J. dos Campos	SP
Sorocaba	Sorocaba	SP
Tatuapé	São Paulo	SP

Fonte: UNIP (2020).

Conforme demonstrado acima, a UNIP tem como principal campo de atuação o Estado de São Paulo, somente o Campus de Manaus e o Campus de Goiânia ficam fora do estado paulista. Interessante notar a forte presença da instituição na capital São Paulo com 12 unidades, o que indica ser um importante concorrente do setor educacional na região.

Em terceiro lugar em número de matrículas, o grupo Laureate de origem norte americana iniciou suas atividades em 1999 com participação direta nas aquisições de grupos brasileiros. É o que destacam Chaves (2010) e Sguissard (2015) ao constatarem ser a Laureate quem iniciou com participação direta ao entrar em sociedade junto a Universidade Anhembi- Morumbi em 2005. Após essa aquisição, outros grupos de investimento, fusões e aquisições iniciaram no país. Após a primeira aquisição, o grupo Laureate atuou fortemente na cidade de São Paulo para maiores aquisições. Em sequência, em 2008 o grupo havia comprado 05 instituições para consolidar a marca no país, era o início de expansão ainda maior.

Como visto, os principais “consolidadores” são grupos estrangeiros. Entre eles, a ex-*Sylvan Inc.*, *Laureate International Universities*, que está presente em 18 países e controla 30 instituições. Teria investido cerca de R\$ 1 bilhão na aquisição de parte ou totalidade do capital de diversas instituições: a Universidade Anhembi-Morumbi (SP), a Universidade Potiguar (RN), a *Business School* São Paulo (SP), o Centro Universitário do Norte

(UNINORTE, AM) e a Escola Superior de Administração, Direito e Economia (ESADE, RS) (SGUISSARD, 2008, p.1004).

Conforme citado acima, a Laureate fez aquisições agressivas com fundos acionários, com isso em 2013 usou 1 bilhão de reais para investir em IES brasileiras, esse aporte possibilitou alçar o grupo para o ranking das maiores cinco IES privadas no Brasil, mediante a empréstimos do Banco Mundial (MEYGE, 2013). Em 2010 houve mais aquisições, sempre com intenção de ter o controle acionário das IES, a Laureate comprou o Centro Universitário Hermínio, posteriormente em 2013 foram adquiridas as Faculdades Integradas de São Paulo (FISP) e as Faculdades Integradas Alcântara Machado e a Faculdade de Artes Alcântara Machado (FIAM-FAAM), um dos grupos responsáveis pelo aporte financeiro da Laureate está o fundo estadunidense *Private Equity* da *Kohlberg Kravis Roberts* (KKR) (CRUZ; PAULA, 2018). A ordem das aquisições são melhores detalhadas no próximo quadro.

### Quadro 3- Grupo Laureate. Unidades, cidades, estados e datas de aquisição.

Unidade	Cidade	Estado	Data de aquisição
Business School São Paulo (BSP)	São Paulo	SP	2008
CEDEPE Business School (CBS)	Recife	PE	2012
Centro Universitário (FADERGS)	Porto Alegre	RS	2008
Centro Universitário FMU   FIAM-FAAM	São Paulo	SP	2014
Faculdade Internacional da Paraíba (FPB)	João Pessoa	PB	2009
Centro Universitário IBMR (IBMR)	Rio de Janeiro	RJ	2009
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	São Paulo	SP	2005
Universidade Salvador (UNIFACS)	Salvador	BA	2010
Centro Universitário dos Guararapes (UniFG)	João Pessoa	PE	2007
Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter)	Porto Alegre/ Canoas	RS	2010
Universidade Potiguar (UnP)	*14		2007

Fonte: Laureate (2020).

O que pode verificar no quadro acima é a diversificação geográfica das aquisições da Laureate, somente a região Centro-Oeste não há alguma unidade do grupo, em contrapartida a região Nordeste conta com maior número de unidades por

<sup>14</sup> A universidade conta com 22 polos. Dentre eles: Polo Macapá. Amapá. Polo Limoeiro do Norte. Ceará. Polo Belém e Santarém. Pará. Polo São Bento. Paraíba. Polo Teresina. Piauí. 1 - Unidade Salgado Filho. 2 - Unidade Nascimento de Castro. 3 - Unidade Roberto Freire. 4 - Campus Mossoró. 5 - Unidade Zona Norte. 6 - Polo Caicó - Unidade Centro - Aulas presenciais. 7 - Polo Caicó - Unidade Penedo - Aulas presenciais. 8 - Polo Currais Novos - Aulas presenciais. Rio Grande do Norte. Polo Ji-Paraná. Rondônia. Polo Palmas. Tocantins (LAUREATTE, 2020).

compreender a Universidade Potiguar com sede no estado do Rio Grande do Norte e compreender 22 unidades distribuídas pelo Nordeste e uma unidade na região Norte. Entende-se ao analisar este quadro a estratégia da Laureatte em atuar em todo território brasileiro e conquistar a hegemonia do setor.

Segunda maior IES privada em número de matriculados, a Estácio teve início em 1970 na cidade do Rio de Janeiro, com o curso de Direito cujo fundador João Uchôa Cavalcanti Netto em pouco tempo transforma em Faculdades Integradas Estácio de Sá. Em 1988, as faculdades existentes passam a ser administradas em conjunto e tem início a Universidade Estácio, no decorrer dos anos há movimento expansionista, com inaugurações de novas unidades em outros estados e em 2005 a instituição passa a ser tratada como uma Sociedade Civil com fins lucrativos (ESTÁCIO, 2020).

O portal *on line* Estácio cita o ano de 2007 como a abertura de capital do grupo e com aportes de grupos de investimentos, a expansão começa a acelerar para outras regiões do país. Conforme verificado por Paiva et al (2014) a oferta inicial rendeu R\$ 268,2 milhões e uma segunda oferta, mais R\$ 178,8 milhões foram captados. Desde então, as aquisições se somam em 2012 no Amazonas, Roraima, Rio Grande do Norte, Amapá, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Sul. Nos anos posteriores a expansão chega aos estados de São Paulo e Santa Catarina. Após ter presença em polos em todos os estados do Brasil, a IES Estácio investe em polos EaD, com isso o grupo soma atualmente 90 unidades distribuídas em todos os estados do Brasil (ESTÁCIO, 2020).

Para oferecimento de ações o grupo Estácio, como também as outras IES de capital aberto, realizou ajustes de governança com o IPO, *Initial Public Offering*, Oferta Pública Inicial<sup>15</sup>. De acordo com Chaves (2010), grupos estrangeiros de investimento já estavam atentos a aquisição da Universidade Anhembi-Morumbi em 2005 e após essa data o grupo GP Investimentos realiza compra de 20% do total de ações da Estácio de Sá. Em julho de 2019 foi aprovado pelo conselho administrativo da Estácio

---

<sup>15</sup> O dia da estreia da empresa na Bolsa de Valores gera interesse entre investidores a se tornarem sócios, por isso a empresa estreante abre o capital ao cumprir uma série de exigências legais, de governança e transparência, mediante a esses fatores, normalmente se atrai muitos interessados (INFOMONEY,2020).

o uso da marca YDUQS em uso concomitante com o consolidado nome Estácio, o objetivo é criar mercados e serviços além do ensino superior (ISTOÉ, 2019).

A maior IES privada do Brasil e do mundo em número de matriculados, a Kroton no seu início atuava com o nome de cursinho para vestibulares Pitágoras em 1966, os fundadores Walfrido dos Mares Guia, Evandro José Neiva e Júlio Fernando Cabizuca expandiram a empresa seis anos mais tarde para colégio Pitágoras de 1º e 2º graus, contando com material didático próprio. Na década de 1990 o colégio vive expansão do seu nome para outras unidades e cria o nome Fundação Pitágoras com 106 escolas. Após a virada do milênio, o grupo expande mais uma vez sua atuação no mercado educacional brasileiro, desta vez para o ensino superior e inaugura a Faculdade Pitágoras em parceria com o grupo norte americano Apollo International, mas durara pouco e em 2005 a parceria internacional se desfaz com a venda da parte estrangeira para os fundadores ( KROTON, 2020).

A Fundação Pitágoras abriu seu capital em 2007 e passou a se chamar Kroton Educacional, em decorrência da abertura, no ano de 2009 houve aporte de um fundo estrangeiro chamado *Advent International*, no qual passara a ser sócio majoritário em conjunto com os sócios fundadores. Após a fusão com o fundo de investimentos internacional, deu-se início a uma fase intensa de fusões e aquisições de IES, inicialmente estavam a IUNI, grupo que contém a Universidade do Ceará (UNIC), União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME) e Faculdade de Mauá (FAMA). Em 2011, Chaves (2010) destaca a participação norte americana Capital Group<sup>16</sup> em novos aportes para a Kroton seguir com posteriores aquisições dentre elas a Faculdade Atenas Maranhense ( São Luís e Imperatriz- MA), Faculdade União ( Ponta Grossa-PR), Faculdade do Sorriso (FAIS) e a Universidade do Oeste do Paraná ( UNOPAR) (KROTON, 2020).

No ano seguinte, a expansão atinge o Centro Universitário Cândido Rondon (UNIRONDON) e o Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), posteriormente Kroton e Anhanguera realizaram no ano de 2013 a maior fusão do ensino superior privado do mundo. Mesmo sendo a líder mundial, a Kroton cria uma *holding* com a Somos para diversificar a atuação de ensino superior e passar a atuar

---

<sup>16</sup> Capital Group é uma empresa americana de serviços financeiros. Está entre as maiores e mais antigas organizações de gerenciamento de investimentos do mundo, com mais de US \$ 2 trilhões em ativos sob sua gestão. (CAPITAL GROUP, 2020).

na educação básica com material didático, editoras e marca de curso de idiomas. Em 2019 há a criação da Cogna, holding que abarca todas as marcas do grupo para cada uma atuar com autonomia entre elas. Enfim, a Kroton permanece responsável com o setor do ensino superior (KROTON, 2020).

As aquisições monumentais da Kroton foram possíveis por bilionários aportes de fundos de investimento como já mencionado grupo norte americano *Apollo International*, posteriormente com a *Advent International* com sede em Boston EUA e várias subsidiárias em diversos países. Com objetivo em identificar outros grupos de acionistas da Kroton e mencionar os maiores, o fundo *Dynamo Brasil* é um dos poucos grupos brasileiros a ser sócio da IES (TAVARES, 2019), os outros são fundos estrangeiros com subsidiárias em diversos países. Um dos maiores é o banco norte americano *JP Morgan* com montante sob seu gerenciamento de U\$ 2 trilhões e o fundo francês *Amundi Funds* com investimentos de €\$ 1 trilhão.

A partir desses últimos fundos citados pode-se ter dimensão de quem está por trás de tamanho poder de compra da Kroton e como foi possível essa IES se tornar o maior grupo de ensino superior privado do mundo. Com o poder econômico do grupo, pode exercer influência sobre as políticas educacionais do Brasil, exercendo *lobby* junto ao Conselho Nacional de Educação, MEC e frentes parlamentares de educação.

A próxima seção retomará a as discussões a respeito dos dilemas e resoluções quanto ao Fies e seus desdobramentos em diminuição da sua oferta e o fortalecimento do financiamento privado oferecido por cada uma das cinco maiores IES privadas no país.

## **2.5. Ensino Superior privado: resoluções e dilemas**

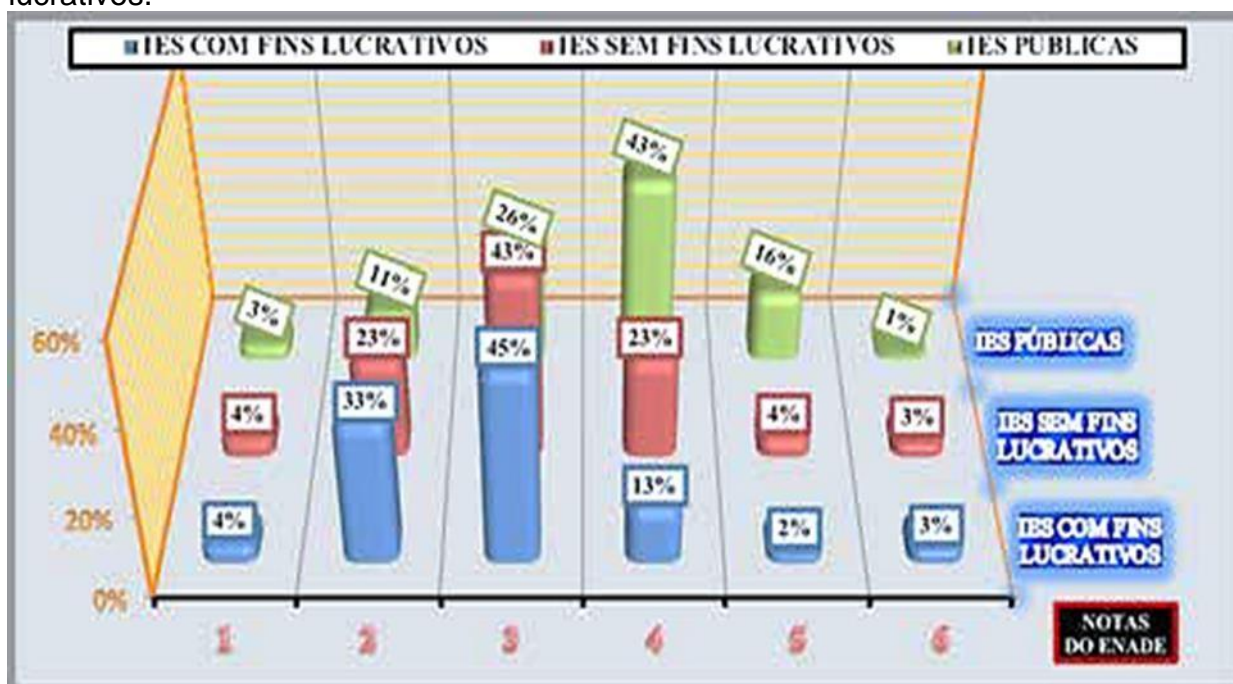
Esta seção trata de retomar as discussões a respeito dos conceitos do IGC e Enade e as resoluções tomadas aos financiamentos estudantis privados, como o setor privado tem substituído o Fies por financiamentos próprios. De acordo com Lima et al (2019) o IGC e Enade das IES privadas e mercantis estavam entre as mais baixas em comparação com as instituições privadas sem fins lucrativos e as públicas, há o entendimento de que existe economia no investimento para qualificação dos cursos e baixo interesse em realizar pesquisa.



Pode-se dizer que as IES privadas mercantis estão economizando onde se deveria investir, ou seja, em formação e pesquisa. Neste contexto, para Lima et al (2019) fica claro que a maioria dos cursos de mestrado e doutorado se encontram no setor público. O mais preocupante, contudo, é constatar que a tríplice estrutura de uma universidade, ensino, pesquisa e extensão não é efetivamente oferecida por tais instituições o que se deixa de prestar serviços que proporcionem crescimento acadêmico e social ao país.

Conforme explicado acima, a falta de prioridade em investimentos em extensão e pesquisa também pode estar relacionada a baixa conceituação no ICG e Enade, os índices gerais indicam mais da metade dos cursos com conceitos 3 e 2. Mesmo assim, não parece haver razão para que haja uma contrapartida por parte das IES privadas mercantis em melhorar os índices, mediante aos dados analisados aqui nesta pesquisa. O próximo gráfico indica as notas gerais do Enade em comparativo com IES públicas, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos.

**Gráfico 11-** Notas Enade 2016. IES Públicas. IES sem fins lucrativos. IES com fins lucrativos.



Fonte: Lima et al (2019).

Os dados apontados acima são referentes ao ano de 2016 e indicam as médias do Enade por categoria de IES. As públicas obtiveram maior menção, sendo 59% dos avaliados com notas entre 4 e 5. Já a maioria dos estudantes mensurados em 66% de IES privadas sem fins lucrativos alcançaram notas entre 3 e 4. O que de fato



preocupa são os índices de IES com fins lucrativos, a maior parte 78% de suas médias ficou entre as notas 2 e 3, salientando que a nota 2 requer modificações e maiores fiscalizações do MEC sob ameaça de fechamento de cursos caso não modifique tal desempenho e o conceito 3 é o mínimo exigido dos cursos para não haver ameaça de fechamento. A análise feita sobre este gráfico é de que as IES com fins lucrativos operam no limite mínimo de qualidade em seus cursos e um terço deles está abaixo do que é esperado aprender numa graduação.

Como verificado por Sguissardi (2015), há dois tipos de públicos e "produtos" ou cursos, um para a elite com qualidade referenciada e o outro tipo, foco maior do setor privado mercantil, para as classes mais pobres são oferecidas graduações a preços baixos, mas com qualidade baixa também. Trata-se inegavelmente de distinção de quem pode pagar por qualidade a tem, no caso de quem não pode é oferecido um pacote educacional de formação rasa para instrumentalizar-se no mercado de trabalho e tão logo voltar a consumir os cursos sob a alegação de formação para toda a vida.

Pode-se dizer que há o dilema em não se fiscalizar com mais rigor as graduações com preços mais populares e oferecidas pelas IES com fins lucrativos. O mais preocupante, contudo, é constatar o que Lima et al (2019, p.54) dizem sobre o Estado "[...]promove a expansão direta e indireta, do setor privado, e consolida uma formação profissional rasteira aos jovens do país." Neste contexto, há referência do Fies como meio de democratizar o acesso ao ensino superior e também forma de capitalizar as IES mercantis, mas desde 2015 com a limitação da oferta de novos contratos, conforme já mencionado, foi dando lugar aos financiamentos privados.

O financiamento privado foi uma das resoluções encontradas à crise econômica e da baixa oferta do financiamento público. Nesse sentido, há o caso da Kroton que ofereceu o PEP, Parcelamento Estudantil Privado, por exemplo, em 2017 com recursos próprios e também o Programa de Financiamento Estudantil da YDUQS (Estácio), ambos os casos começaram a financiar diretamente com os educandos, em 2018 a Kroton realizou parceria com o Banco Votorantim e este passa a financiar a crescente demanda por crédito educativo (TAVARES, 2019).

O documento realça "o momento mais desafiador vivenciado pelo setor". Assim, reconhece que o PEP foi um grande acerto para manter a base de alunos que, ao final, determina o valor de mercado da empresa e a margem

de lucro e de retorno aos acionistas, ainda que mediante intervenções de gestão no interior da empresa [...] **(Ano referente a 2017)** Na modalidade presencial é importante destacar queda no número de contratos do FIES em 64,8% (diminuição de 5079 contratos para 1798), de Prouni em 10,7% (diminuição de 5145 para 4595) e nas perdas na captação de alunos pagantes em 5,7% (de 48.876 para 46.069 matrículas). A exceção ficou por conta do PEP, organizado pelo Banco Votorantim, que cresceu 176% (TAVARES,2019, p.151-155, grifo do autor).

O autor deixa claro que no caso da Kroton, a causa de a instituição não ter perdas expressivas de estudantes se deu pela oferta ao crédito privado, o que nos mostra a capacidade de reorganização do setor. Interessante notar também o oferecimento do produto educacional e o crédito para consumi-lo. É importante considerar que a presença de instituições financeiras, como o caso do Banco Votorantim, indica mais uma vez em demonstrar a graduação como um produto a ser comprado.

Fica evidente, diante desse quadro a cobertura do setor financeiro em substituir o Fies por financiamento privado, essa foi uma das resoluções encontradas pelo o ensino superior privado para continuar a oferecer seus cursos e aumentar os ganhos. É preciso ressaltar que os dilemas da falta de qualidade para os cursos mais baratos e oferecidos para as classes mais pobres e o baixo investimento em pesquisa e extensão podem acarretar em consequências para a sociedade brasileira em pouco avanço econômico, intelectual e social. Espera-se, dessa forma, maior mobilização da mesma sociedade em reivindicar melhores serviços educacionais sob risco de não mitigar o grande abismo social existente entre ricos e pobres no Brasil.

O próximo capítulo tratará sobre os impactos e implicações no ensino superior privado no Brasil, a partir das leituras sobre as avaliações externas e seus próprios financiamentos, como o setor pretende se consolidar e aumentar seu mercado, vagas e tamanho de suas IES com o mínimo de custos e lucratividade aumentada, tais opções gerencias apontam desdobramentos para o ensino superior e todos aqueles que cursam suas graduações.

## CAPÍTULO III

### ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL: IMPACTOS E IMPLICAÇÕES

Este capítulo tem por objetivo problematizar o monopólio do Ensino Superior Privado no Brasil por grupos corporativos, quanto aos seus impactos e implicações de sua oferta entre mercado, políticas públicas da educação e solicitações sociais. Como pontos de análise serão apontadas as estratégias para expansão de capital, o ensino à distância como fator extraterritorial e baixo custo, os rankings internacionais e nacionais como moeda de troca, o processo de cooptação institucional, especificamente sobre fusões e aquisições das IES, rotatividade da contratação docente no ensino superior privado, comercialização do Ensino Superior: estratégias de marketing, impactos e implicações do Ensino Superior privado no Brasil e análise geral do ensino superior privado no Brasil sobre as lições aprendidas ao caminho a percorrer.

Importante considerar quais são as estratégias lançadas pelos grupos educacionais para aumentar seus ganhos e seu capital, a partir de tal postura como se encontram as estruturas dos cursos e as condições do corpo docente em atender as demandas do mercado e ainda ocuparem-se da formação de seus graduandos.

As perspectivas futuras apontam a um cenário entre docentes extremamente capacitados e bem remunerados, como o caso das IES de elite quanto a substituição de docentes para tutores e posteriormente para a inteligência artificial que corrige atividades e orienta estudos. Diante das perspectivas apresentadas, o cenário atual se apresenta desafiador a quem deseja cursar uma graduação em uma IES com fins lucrativos, principalmente sob o cenário recessivo mundial causado pela pandemia COVID-19.

#### **3.1. Ensino superior privado: estratégias para expansão de capital**

O fator lucro como primordial às IES privadas em detrimento da qualidade de ensino, já mencionados pelos conceitos Enade e dados contextuais apontados neste trabalho serviram de base para os apontamentos desta seção, os principais impactos que o setor já havia sentindo nos últimos anos foram a queda das matrículas no modo presencial e a estagnação econômica dos últimos quatro anos, no entanto o setor busca crescer em outras estratégias como a modalidade EaD ( HOPER, 2019).

Esta seção está dividida em cinco subseções para melhor organização das discussões, a primeira trata sobre o ensino à distância dentro do panorama atual, a segunda aborda a respeito dos rankings internacionais e nacionais como fatores de valorização dos cursos, a terceira é sobre a retomada das interpretações sobre fusões e aquisições das IES, para a quarta a atenção é dada ao tratamento dos docentes e a última, quais são as estratégias de marketing utilizadas para captação de clientes.

### **3.1.1. Ensino à distância como fator extraterritorial e baixo custo**

O ensino à distância como modalidade do ensino superior no Brasil e uso de tecnologia da informação, modo *on line* dava seus primeiros passos no final da década de 1990, contou com recomendações do Banco Mundial (1996) sobre os documentos posteriores a importância de se oferecer o ensino superior à distância *on line* (EaD) como forma de atingir maiores parcelas da população sem acesso à universidade, principalmente às classes populares. Esta subseção pretende discutir se existe realmente a democratização do acesso com a oferta em EaD ou se o oferecimento das vagas dessa modalidade em larga escala serve para instrumentalização e massificação do ensino apenas.

O que de fato ocorre é a divisão da educação de elite, de classe mundial, com a formação em massa e para atingir essa parcela da população a orientação é pelo formato em EaD (BANCO MUNDIAL, 2002). Pode-se dizer que os cursos em EaD oferecidos por IES privadas fazem parte de estratégia articulada com o Estado brasileiro e o Banco Mundial em massificar o oferecimento do ensino superior.

Neste contexto, para Castro e Araújo (2018) fica claro que as políticas públicas para o ensino superior compreendem o aumento de matrículas via Educação a Distância, proporcionando aumentar o oferecimento de vagas com baixos custos. O mais preocupante, contudo, é constatar que o processo de massificação das ensino superior passa pela EaD e é oferecido às classes populares.

Conforme explicado acima, é importante ressaltar o acesso ao ensino superior no Brasil ainda está condicionado a menor parcela da população jovem entre 18 a 24, mas, em cima disso, o que se pode entender é a separação da universidade com qualidade e pesquisa a uma classe social e um ensino mais raso e aligeirado a outra classe social que paga mais pelo diploma do que pela formação efetivamente. Ora,

para Sguissardi (2015), há um tipo de universidade de qualidade para uma elite, em contrapartida se oferece cursos privados, noturnos, EaD pelo setor que transforma uma necessidade de formação em "serviço comercial".

Porém, conforme verificado por Souza et al (2018), o ensino EaD tem a possibilidade de 'democratizar' o acesso ao ensino superior brasileiro. Assim, reveste-se de particular importância a defesa desses autores em apontar o alcance do EaD onde o ensino presencial não consegue atingir, sob esse ponto há a defesa da democratização no oferecimento de vagas (SOUZA ET AL, 2018). O modo de ensino EaD pode ser uma forma de democratizar as matrículas do ensino superior, desde que se utilizem professores com qualificação para as aulas e uma estrutura de qualidade, conexão em banda larga e equipamentos para o acesso, esse direcionamento pode ser uma alternativa para tantos indivíduos excluídos do ensino superior. "A expansão da Educação a distância, neste momento, é proporcional ao avanço das tecnologias de informação e comunicação" (SOUZA et al, 2018, p.68).

Diante de tal afirmação, a tecnologia para o ingresso ao ensino superior à distância já existe e requer mobilizações necessárias por parte dos governos (federal, estadual e municipal) para garantir o acesso tanto em áreas urbanas quanto nas rurais. As políticas públicas para o ensino à distância são entendidas de outras formas por Castro e Araújo (2018, p.196) "[...]incentivam a modalidade da EAD, aumentando a cobertura de matrículas no ensino superior, [...] contribuindo para fazer a transição do sistema de elite para um sistema de educação de massa".

Conforme explicado acima, há a meta de se ampliar o número de matriculados, as consequências de uma expansão privada do EaD sem fiscalização são precarizações de atendimento e massificação dos cursos, indicando baixa qualidade na formação de profissionais. Como já destacado no segundo capítulo deste trabalho, o Brasil tem uma baixa taxa líquida de acesso ao ensino superior para jovens entre 18 a 25 anos. Diante dados divulgados por Moreno (2019) referentes ao Censo Superior, o número de matriculados nessa faixa etária está em 21,5%. A Argentina está bem a frente com 40% de ingressantes, por exemplo (OCDE, 2019). De acordo com Castro e Araújo (2018, p.201-202) há mais vagas que matriculados:

O número de candidatos inscritos na modalidade de EaD, apesar de haver crescido, em 181%, não ocorreu na mesma proporção da oferta, tendo em vista o número de inscritos em nenhum ano superou o número de vagas. No

ano de 2010, o número de vagas era em torno de duas vagas para cada candidato (2,3). Essa relação chegou, em 2013, a 1,14 candidato vaga, havendo uma evolução insignificante e, em 2016, essa relação alcançou 2,02 candidatos vaga. Esses números sinalizam que, apesar de existir uma demanda pelo ensino superior, a modalidade a distância não se apresenta, ainda, como uma alternativa viável para muitos estudantes, tendo em vista fatores como, a falta de autonomia dos estudantes para realizarem seus estudos sem a presença física do professor e a maioria das vagas ofertadas se encontrarem no setor privado.

Os autores deixaram claro na citação acima que os números de vagas eram maiores em relação as matrículas. Relação essa indicativa de alguns desafios a serem vencidos, como o próprio entendimento do discente em preferir aulas presenciais que a distância. Outro fator importante a salientar são as barreiras tecnológicas enfrentadas pelas classes populares no país, como os custos e os acessos a conexões em banda larga de internet e uso de aparelhos adequados a cursos à distância, como notebooks, tablets ou *smartphones*. As considerações de Mendonça et al (2020, p.171) sobre EaD, democratização e acesso:

Defende-se que as políticas públicas, voltadas para a DES (democratização do ensino superior), a distância deve considerar muito mais do que a ampliação de cursos e vagas no país. É necessário considerar na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas educacionais, variáveis que impactam no acesso, na permanência e na conclusão do ensino superior, tais como: background familiar, recursos familiares, classe de origem do estudante, nível de capital cultural do estudante, desigualdades de oportunidades educacionais, desigualdades de resultados educacionais, tipo de escola, região de origem (rural ou urbana), gênero e raça. Tanto a democratização do ensino, quanto as desigualdades sociais são temas complexos que não podem ser tratados de maneira reducionista.

Por todas essas razões, conforme citado acima, existem riscos em permitir uma política pública de expansão de vagas via EaD majoritariamente nas mãos do setor privado, é notório que isso resulte em se oferecer formação como forma de mero serviço educacional. É exatamente o que Sguissardi (2015, p.869) diz: "[...]a educação superior[...], vive um intenso processo de transformação de um direito ou “serviço público” em “serviço comercial” ou mercadoria, um processo de massificação mercantilizadora[...]”. Vê-se, pois, que as IES privadas, na modalidade EaD requer maior regulamentação quanto ao que se oferece em qualidade de cursos para a sociedade. Observa-se a expansão da modalidade em EaD, o processo de massificação ofertado pelo setor privado e suas consequências sociais:

O crescimento total das matrículas na educação a distância no Brasil entre os anos de 2010 a 2016 foi de 61%, ano a ano, registrando-se um crescimento sempre ascendente. Esses números têm contribuído

significativamente para a transição de um sistema de elite para um sistema de massas. Essa expansão, porém, ocorre não pela democratização do ensino mas por sua privatização[...]O que se observa é a predominância crescente da oferta de ensino superior em instituições privadas associada a um aumento significativo da educação a distância, em especial nas faculdades, em um movimento que tende a se acentuar em função das recentes políticas para o ensino superior.( CASTRO;ARAÚJO, 2018,p. 203-205).

Não menos importante que essa discussão, entretanto, é também apontar as possíveis soluções que a modalidade EaD ajuda a solucionar, como fator extraterritorial, ou seja, o alcance a comunidades distantes e sem acesso a instituições físicas. Além do mais, para Souza et al (2018) a queda ano a ano das mensalidades facilitam o acesso daqueles que não podem pagar pelo ensino presencial, que apesar das questões de qualidade e mercantilização tem sido possibilidade de se obter uma graduação. Diante disso, vale considerar que a divergência de opiniões é clara e evidencia maiores discussões e amadurecimento das políticas públicas educacionais referentes a modalidade EaD no ensino superior privado.

Pode-se dizer que o acesso ao ensino superior é garantido a uma pequena parcela da população jovem brasileira, o que indica haver possibilidades em realizar uma política educacional consistente para a modalidade em EaD, mediante rigorosa fiscalização de qualidade dos cursos e seus currículos. Além do mais, para Souza et al (2018, p.71) "[...]não podemos apontar a EAD como a tábua de salvação para o processo de democratização do ensino superior. É inegável, porém, que é um caminho possível. Logo, é indiscutível apontar para as perspectivas futuras dentro do cenário da pandemia COVID-19 em que a modalidade EaD se apresenta como proposta de ensino eficaz para fazer frente a um contexto de isolamento social. Em vista disso, ao se pensar nas perspectivas futuras de um ensino superior privado voltado ao EaD indicam forte presença e ascensão num cenário onde aulas presenciais poderão ter uma série de regras para serem viabilizadas. Os arranjos de aulas síncronas, encontros ao vivo *on line*, são diferentes da formatação de um curso originariamente a distância, estas aulas remotas foram assim estabelecidas por haver a impossibilidade de encontros presenciais motivados pela pandemia. De acordo Joyce, Moreira, Rocha (2020, p. 23):

[...]a EaD é uma modalidade de ensino complexa e que tem uma legislação própria. Conta com diversas equipes qualificadas, desde a parte administrativa até a de produção de material didático e a mediação docente sendo mediada pelo uso da tecnologia. Essa modalidade tem uma forte preocupação com formação dos professores que atuarão no ensino a

distância; o planejamento da produção do conteúdo educacional é realizado através de uma equipe multidisciplinar e o público-alvo é composto por adultos. O aluno é o centro da aprendizagem. Por outro lado, as atividades educacionais remotas emergenciais estão em alta por conta da pandemia da COVID-19.

A respeito das atividades remotas, disponibilizadas em ambientes virtuais provisórios para cobrir a falta de encontros presenciais devido a pandemia da COVID-19, o papel delas é ser uma sala de aula substitua em períodos de distanciamento. O ensino remoto não é EaD, pois este último tem organização diferente e regulamentada, suas mediações funcionam em plataformas virtuais específicas com equipes e profissionais de educação capacitados e direcionados para atuar em ambientes virtuais.

Fica evidente, diante desse quadro que o fator extraterritorial se configura no acesso às comunidades distantes e também sobre o contexto atual de impossibilidade de aulas presenciais num cenário de distanciamento social. Além do fato de as IES privadas com fins lucrativos já estarem se beneficiando com o setor mediante às recomendações de organismos internacionais como a OCDE e Banco Mundial.

O ensino à distância como ferramenta pode ajudar na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil devido ao seu território continental. Mas a forma como está sendo utilizado, com baixa qualidade e precarização dos cursos, como ocorreram em alguns cursos do antigo grupo Laureate onde professores fingiam que ministravam a matéria do EaD para fins de fiscalização do MEC (DOMENICI, 2020). O que se mostra no setor privado são cursos barateados e até falseados para atingir as classes populares em que pagarão por uma formação deficitária pouco reconhecida pelo mercado de trabalho.

Esta modalidade oferecida por IES comprometidas com a qualidade de ensino, com profissionais de educação qualificados e estrutura para apoiar os graduandos pode ajudar a melhorar não só os índices de acesso como as notas das avaliações externas, indicadoras de qualidade dos cursos. A próxima subseção aborda a questão dos rankings universitários como atrativo para cobrança de mensalidades maiores e como tais classificações influem nas estratégias de cobranças.



### 3.1.2. Os rankings internacionais e nacionais como moeda de troca

A presente subseção objetiva a incluir nas problematizações a questão dos rankings e como eles são vistos e medidos em contextos internacionais e nacionais, há entendimento de que cada ranking define um parâmetro e interesse em colocar as universidades numa classificação própria. Para os grupos de classificação internacionais, o foco está na pesquisa, publicações e citações de periódicos renomados a valorização de pesquisadores famosos e cursos de ciências naturais e médicas (VANZ, 2018). Há três tipos de rankings mais utilizados pelos estudantes, mercado de trabalho e demais setores da sociedade, o internacional, o nacional incluindo IES privadas e públicas e um terceiro nacional com intenção de classificação dos grupos privados, cujo interesse recai em atratividade de estudantes com o marketing realizado e valorização das mensalidades. Sendo assim, o primeiro ranking internacional a classificar universidades em 2003 a nível mundial ficou a cargo da *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) e popularmente chamada de Ranking de Shanghai (FAUSTO; MEDINA; NOYONS, 2016). No Brasil há dois índices o Guia do Estudante da editora Abril e o Ranking Universitário Folha (RUF) do *site* UOL, o segundo é bem utilizado pelas IES e suas propagandas.

Como descrito por Lourenço e Calderón (2015) existem diferenças entre os rankings, enquanto os de prestígio e alcance internacional têm interesse em classificar as Universidades de Classe Mundial (UCM), há aqueles nacionais com dois propósitos, um é fazer distinção entre IES públicas e privadas com definições técnicas de qualidade e outro tem interesse em vender a imagem do grupo privado como instituição de qualidade. Além do mais, utilizar rankings como estratégia de marketing é uma das estratégias utilizadas pelas IES privadas brasileiras. Também acrescenta Lourenço (2014) que os primeiros rankings brasileiros eram privados e destacavam a qualidade de formação de mão de obra com qualificação dos cursos. Conforme explicado acima é interessante, aliás, apontar que os rankings privados desejam indicar quais universidades tem maiores ligações com o mercado de trabalho, isso indica já uma propaganda para quem estudar em tal instituição, cuja formação é feita com a promessa de entrar no mercado de trabalho. Pode-se perceber na ilustração abaixo que pelo ranking RUF as dez melhores universidades são públicas.

**Figura 4-** Ranking RUF.10 melhores universidades.2019.

↕	Universidade ↕	UF ↕	Pública/ Privada ↕	Ensino ↕	Pesquisa ↕	Mercado ↕	Inovação ↕	Internacionalização ↕	Nota
1º	USP Universidade de São Paulo	SP	●	4º 31,10	1º 41,63	1º 18,00	7º 3,46	2º 3,83	98,02
2º	UNICAMP Universidade Estadual de Campinas	SP	●	2º 31,39	2º 41,34	10º 17,16	2º 3,64	9º 3,56	97,09
3º	UF RJ Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	●	4º 31,10	5º 40,54	4º 17,72	1º 3,86	4º 3,78	97,00
4º	UFMG Universidade Federal de Minas Gerais	MG	●	1º 31,47	7º 40,27	2º 17,91	5º 3,53	11º 3,54	96,72
5º	UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	●	3º 31,17	3º 40,69	12º 16,97	14º 3,30	10º 3,55	95,68
6º	UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	SP	●	14º 28,56	6º 40,38	7º 17,44	26º 2,92	18º 3,37	92,67
7º	UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	SC	●	8º 30,41	8º 39,61	25º 15,75	16º 3,21	8º 3,60	92,58
8º	UFPR Universidade Federal do Paraná	PR	●	9º 30,16	12º 38,10	12º 16,97	3º 3,60	29º 3,19	92,02
9º	UNB Universidade de Brasília	DF	●	6º 30,60	11º 38,19	23º 15,94	24º 2,98	13º 3,50	91,21
10º	UFPE Universidade Federal de Pernambuco	PE	●	12º 29,01	17º 36,73	7º 17,44	13º 3,33	23º 3,26	89,77

Fonte: Folha/UOL (2020).

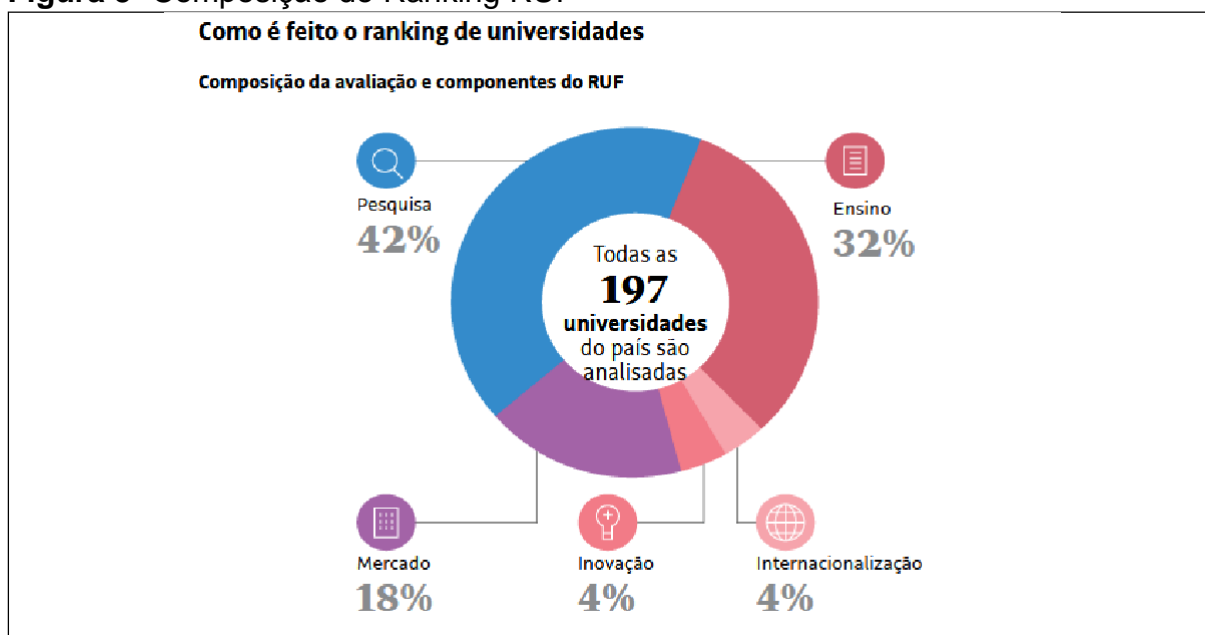
É importante destacar na ilustração acima que os parâmetros para uma boa universidade é pesquisa, produção científica, inovação, financiamentos para pesquisa. Não menos importante que essa consideração, entretanto, é o que trata Vanz (2018) sobre a simplicidade de leitura dos rankings geram críticas, além das interpretações sobre a qualidade da instituição. A autora deixa clara a necessidade de tomar conhecimento das metodologias e como são feitas as avaliações de determinado ranking. Além do mais, o RUF permite fazer opção por qual tipo de ranking o interessado deseja, há o ranking geral, por pesquisa, inovação, ensino e mercado, este último tem o interesse das IES privadas com fins lucrativos, pois as lançam a classificações melhores.

É importante ressaltar que os rankings podem ser utilizados conforme o interesse da IES, mas, em cima disso, percebe-se a distinção existente entre universidades públicas e privadas quanto a ensino e pesquisa. Ora, para Lourenço e Calderon (2015, p.193) "[...]RUF, do Jornal Folha de São Paulo, apresenta metodologia que se assemelha a dos rankings internacionais THE, QS e Shangai, adaptado, porém, ao contexto nacional [...]." Essa versão não é a única pela qual cabe dizer que rankings nacionais apresentam relações diversas entre as IES privadas,

nesse sentido, "[...] a existência de diferentes rankings nacionais produzidos a partir de pesquisas do setor privado, bem como a existência de uma relação de amor e ódio dos atores da educação superior em relação a eles [...]" (CALDERÓN; FRANÇA; GONÇALVES, 2017, p.119). Diante do exposto, então, os rankings cujos padrões internacionais de classificação são seguidos levam as IES privadas a menores posições, como é o exemplo do RUF.

Conforme explicado acima, é importante considerar qual é a metodologia empregada pelo ranking RUF, em sua classificação geral de universidades. Para tanto, quesitos como pesquisa, ensino, mercado, inovação e internacionalização são considerados em sua composição. Destaca-se na figura abaixo a porcentagem utilizada para se classificar as instituições e posteriormente a análise de cada item.

**Figura 5-** Composição do Ranking RUF



Fonte: Folha/ UOL (2020).

Pode-se perceber que na figura acima o ranking geral de universidades está dividido em cinco componentes, conforme já mencionado. O componente Pesquisa é avaliado por nove itens, publicações, publicações por docentes, citações por publicações e docentes, publicações em revistas nacionais, recursos recebidos por instituição, professores bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e quantidade de bancas e teses realizadas por professor. No aspecto Ensino são avaliadas as opiniões dos professores das universidades, quantidade de professores doutores e mestres, quais docentes estão em dedicação

integral e qual é a nota do Enade. Referente ao quesito Mercado é levantada a opção dos empresários na escolha da contratação. Sobre Inovação são considerados quais IES realizaram pedidos de patentes e quais tem parcerias com empresas. Por fim, o quesito Internacionalização faz o levantamento das citações internacionais por docente e quais publicações são feitas em coautoria com pesquisadores estrangeiros (FOLHA/UOL, 2020). De acordo com Calderon; França;Gonçalves (2016, p. 138) existe a cultura do espetáculo perante as divulgações dos rankings:

Aliás, é precisamente contextualizada na cultura do espetáculo que, a nosso modo de ver, a performance das IES não somente é exaltada, mas também espetacularizada, durante as grandes celebrações do prestígio universitário que acontecem em diversos pontos do planeta cada vez que os rankings acadêmicos (internacionais, regionais ou nacionais) divulgam seus resultados.

Os autores deixam claro na citação acima o espetáculo montado pelas IES quando são divulgados os seus rankings, mas que servem de parâmetro para aquele que deseja avaliar qual instituição deseja cursar uma graduação .Vale destacar que as IES privadas com fins lucrativos bem utilizam o ranking que os direciona para uma boa colocação quando se refere ao mercado de trabalho.

Mesmo neste contexto, não se pode ignorar os rankings universitários e o impacto que eles vêm causando na avaliação dos sistemas de ensino superior [...] os rankings atraem atenção midiática, justificando que as universidades os estudem criticamente. Eles podem ser ferramentas úteis por reunirem informação quantitativa, basta que tenhamos discernimento para escolher rankings que melhor se adaptem ao perfil da universidade que desejamos avaliar (VANZ, 2018, p. 90).

Pode-se afirmar, conforme citado acima, que a divulgação dos rankings causa impactos nas IES, tanto positivos quanto negativos. Para tanto requer interpretação mais acurada dos dados apresentados e identificar qual interesse neles, depende do interesse do estudante em cursar numa instituição com maior interesse em alocar seus graduandos no mercado de trabalho ou em universidades com viés em pesquisa e carreira acadêmica. Espera-se, dessa forma haver maior ponderação para quem procura uma graduação a qual tipo de instituição escolher, de pesquisa ou ensino (VANZ, 2018). Os rankings têm poder de influência na escolha de uma graduação segundo Fausto; Calero-Medina; Noyons (2016, p. 215):

Com a crescente importância do fenômeno dos rankings, evidenciando sua influência em decisões individuais no momento de optar por uma universidade, na reputação de instituições ranqueadas e em políticas voltadas ao ensino superior – não sem polêmicas desencadeadas sobre as metodologias adotadas pelas diversas classificações –, surge o entendimento

de que tais aparatos devem ser acompanhados, garantindo a devida atenção aos procedimentos éticos.

Não é exagero afirmar que os rankings servem também de estratégia de marketing para as IES privadas com fins lucrativos em suas disputas de mercado. Nessa perspectiva é importante frisar, assim, que uma boa classificação num ranking pode ser moeda de troca. Nesse sentido, os clientes estão em busca de diplomas para inserirem-se no mercado de trabalho. Na visão de Lourenço (2014p.180) "A análise de conteúdo dos materiais revelou também uma parcela das estratégias de gestão e marketing que as IES adotam diante de ranqueamentos nacionais como o GE (Guia do Estudante)".

Enfim, há os rankings internacionais para classificar as Universidades de Classe Mundial, ou seja, as melhores do mundo com pesquisa e pesquisadores de ponta. Na versão nacional há o Guia do Estudante e o mais utilizado nos últimos anos o ranking RUF, no qual é possível mensurar as melhores universidades do Brasil utilizando a métrica internacional e também atribuir conceitos para ensino, pesquisa, internacionalização e mercado (FOLHA/UOL, 2020). Como já foi apontado, o que interessa aos grupos privados mercantis é o ranking de classifica a melhor instituição na visão do mercado.

### **3.1.3. Comercialização do Ensino Superior: estratégias de marketing**

Como visto na subseção anterior, os rankings também eram utilizados como parte da estratégia de marketing de IES privadas e há outros para aumentar o poder de captação de discentes. Esta subseção tem por objetivo problematizar como as IES privadas com fins lucrativos fazem para obter mais alunos e a veracidade das propagandas. Utilizou-se a organização de análise de Bardin (2011) em separação de material para análise e posteriormente "explorar o material" para se retirar o "tratamento de resultados".

As propagandas das IES servem de material de análise e o "corpus" dos documentos são trabalhados dentro das regras "da representatividade", a seleção de amostras para se entender o todo, "regra da homogeneidade", todos documentos são escolhidos pelo mesmo critério e "regra da pertinência", os documentos têm relação com o objetivo da análise (BARDIN, 2011). Apresenta-se a hipótese: O que se vende ao educando de graduação será o mesmo curso (produto) ao comprar? Tal

questionamento traz a reflexão sobre as estratégias de captação de alunos- clientes, do que se promete e o que se oferece de fato. Um apontamento sobre as estratégias de marketing de IES privadas vem de Sabbadini (2012, p.12) "[...] objetivando destacar-se da concorrência, tornar perceptíveis suas qualidades e diferenciais acadêmicos e mercadológicos para atrair seus públicos de interesse".

Para Gasparini (2016) as formas de comunicar a venda de seus cursos para o mercado de trabalho tem priorizado as ações de empresas educacionais brasileiras, questões como aquisições, fusões, internacionalização e concorrência acirrada entre as IES privadas com fins lucrativos direciona o marketing desses grupos como estratégia de vital importância para a sobrevivência no mercado educacional privado brasileiro. Sendo assim, o marketing digital e mídias sociais despontam como fator prioritário entre as IES. É interessante, conforme explicado acima, aliás discutir o papel da internet, principalmente das redes sociais para o marketing educacional, atualmente este tipo de foco se direciona principalmente ao público jovem entre 18 a 30 anos. Como se costuma descrever no setor de marketing, as peças publicitárias são muito atraentes e chamativas em suas imagens para uma vida de sucesso, caso o futuro estudante opte por ingressar em uma IES privada. Pode-se perceber na ilustração abaixo que há uma facilidade em entrar na graduação desta IES.

**Figura 6-** Propaganda curso graduação Anhanguera

Sobre a ANHANGUERA

Nossos CURSOS

Como INGRESSAR

**SÓ AQUI O DESCONTO É PARA O CURSO TODO, SEM PEGADINHA.**

A PARTIR DE **50%** NO 1º SEMESTRE\*

**Inscreva-se já** ➔

+++++

+++++

+++++

Fonte: Anhanguera (2020)

É importante destacar na figura acima que há a promessa de desconto para o curso inteiro, mas de 50% somente para o primeiro semestre, ou seja, há de se analisar nas entrelinhas o real desconto obtido dentro de uma frase chamativa. Chama atenção o termo “sem pegadinha”, o que leva a crer sobre as propagandas ofertarem preços não compatíveis com a realidade no ato da matrícula.

De acordo com Sabbadini (2012) a matrículas de novos educandos tornara-se um fator cada vez mais desafiador às IES privadas para manterem sua contabilidade equilibrada, e também por conta de atrasos nos pagamento das mensalidades e desistências dos cursos, as IES passaram a contar com o marketing educacional, para ajudar a sanar os problemas apresentados e na captação de novos alunos. Sendo assim, o marketing educacional trabalha com público direcionado em oferecer cursos de graduação dentro da norma vigente.

Pode-se dizer que o marketing educacional se tornou primordial tanto para a sobrevivência quanto para a expansão das IES privadas, atualmente com o engajamento das mídias sociais e pela inteligência artificial pode-se realizar levantamento de dados dos interesses de cursos e como abordá-los. Diante de uma realidade cada vez mais desafiadora, “[...] as ações de marketing foram sendo adequadas às realidades do setor e, hoje, percebem-se a profissionalização e a especialização tanto dos profissionais da área quanto das ações estratégicas [...]” (SABBADINI, 2012, p.46). Na visão de Gasparin (2016, p.44) “[...] as IES têm utilizado o marketing como meio de suporte para conhecer o mercado, planejar sua oferta e atender com eficácia as demandas (pessoas) que almejam consumir seus produtos”.

Ora, em tese, conforme explicado acima, o setor de marketing educacional tem por responsabilidade de não somente cuidar da propaganda da IES, como de sua imagem e responsabilidade social. Caso contrário, este setor ficaria restrito ao atrair consumidores e o risco de desistência aumentaria se não cuidar da imagem das faculdades quanto ao atendimento. Na figura abaixo, a propaganda demonstra o interesse em manter o graduando com descontos e bolsas.



Figura 7- Propaganda Estácio 2020

Estácio

A Estácio ▾ Cursos ▾ Estude na Estácio ▾ Como Ingressar ▾ Inscreva-se

# Megavestibular

4 e 5 DE SETEMBRO

- Graduação presencial, digital e flex, para você estudar de onde estiver
- Protocolo de segurança contra COVID-19
- Seguro educacional

**Digital/Flex**  
**70% DE BOLSA**  
 no primeiro semestre  
 + **60% DE BOLSA**  
 no curso todo

**Presencial\***  
**70% DE BOLSA**  
 no primeiro semestre  
 + **50% DE BOLSA**  
 no curso todo

\*Para Fortaleza, **70% de bolsa no primeiro ano + 50% curso todo!**

Fonte: Estácio (2020).

O que se pode notar na figura acima são formas de atrair estudantes em um momento de pandemia, na qual ao realizar a matrícula o estudante terá a opção de fazer um curso híbrido ou semipresencial. Pode-se deduzir a quase gratuidade da peça publicitária acima, um leitor desinformado, com uma semiformação ao longo da vida pode entender como um curso bem barato de custear, a própria imagem induz à ascensão social e “evidencia uma realidade além o da mensagem”, levantando a uma próxima hipótese (BARDIN, 2011), um indivíduo sem uma “formação autêntica” (ADORNO, 1995) teria condições para entender que as propagandas servem para atrair público e vender sonhos?

E uma das formas para captar mais alunos- clientes é o engajamento nas mídias sociais, o termo engajar-se significa aumentar o número de inscritos no canal do Youtube, seguidores no Instagram, amigos no Facebook, contatos no LinkedIn, por exemplo.

Diante deste contexto, nota-se que as instituições superiores de educação necessitam atuar mais fortemente com o marketing nas mídias sociais digitais, uma vez que no processo de midiatização a atuação de todos os atores envolvidos, instituição e público, principalmente, estão inseridos em um processo comunicativo de deslocamento do poder, visto que ambos podem ser visíveis com as questões de seu interesse. Há, sempre, nas mídias sociais digitais, um equilíbrio entre os atores envolvidos (RICOY JUNIOR; RODRIGUES BAZI, 2019, p.175).

Os autores deixam claro na citação acima a respeito das mídias sociais como fator preponderante de marketing educacional. No contexto atual, as mídias sociais oferecem a interatividade entre alunos e instituições onde há campo para o marketing



atuar e direcionar as suas peças publicitárias. De fato, a tecnologia da informação, com seleção de dados referentes aos usuários proporcionam rico material para o setor de marketing não somente atuar, mas também influenciar na decisão de escolha dos possíveis clientes.

O público interessado em ensino superior busca informações que o ajude a refletir sobre o tipo de curso que deseja fazer, sobre a área de ensino que lhe interessará mais e, claro, qual instituição escolheria. Tudo isso demanda muita pesquisa e torna-se possível pelos aparatos tecnológicos que estão disponíveis aos jovens e seus pais.[...] Mergulhado nesse cenário, o marketing das instituições de ensino precisa estar on-line e conectado, pois é no digital que os potenciais alunos estão buscando reconhecer suas principais características antes da escolha. É o momento de testar o produto ou serviço, através das suas redes de relacionamento (RICOY JUNIOR; RODRIGUES BAZI, 2019, p.177).

É preciso, porém, conforme citado acima ir mais além do desejo de busca de informações dos interessados em ingressar na faculdade. É exatamente o caso dos departamentos de marketing das maiores IES privadas com fins lucrativos no Brasil. Para atingir maior número de pessoas há aparatos tecnológicos como uso de Facebook, Instagram, Youtube etc., é notório que isso resulta de uma revolução digital que vem ocorrendo desde o advento da internet. Isso por que as mídias sociais são meios eficazes de redes de relacionamentos, no qual o marketing educacional tem explorado. Ultimamente, tem se falado em engajamento digital que é a interação positiva realizada nas mídias sociais por possíveis alunos da IES anunciante. De acordo com Ricoy Junior; Rodrigues Bazi (2019, p.180- 181) o indivíduo pode ajudar o marketing ao elogiar a marca:

Esse conceito, ao substituir o termo mercadológico de “consumidor” por “indivíduo”, alarga o entendimento sobre engajamento ao contemplar pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de adquirir um produto ou serviço vinculado à marca, mas se esforçam para propagar suas características e valores com seus pares. Um elogio postado no Facebook por um potencial cliente, ou seja, por um simpatizante de determinada marca pode constituir um exemplo de engajamento digital. O fato de ainda não ser propriamente um consumidor do produto ou serviço não o desabilita a impactar positivamente familiares, amigos e conhecidos.

Em suas análises Gasparin (2016) conforme citado acima, interpreta que grande número de IES realizam marketing apontando seus preços como fator essencial, porém outras defendem a qualidade das graduações como característica importante a ser anunciada. Isto posto, para Ricoy Júnior e Rodrigues Bazi (2019, p.15) “[...] as mídias sociais digitais se constituem como espaços de disputa de sentidos, em que as organizações atuam na busca de legitimação perante seus

públicos e a sociedade". Por todas essas razões, é notório que isso resulta do uso de mídias sociais como uma das principais ferramentas para alcançar a população. As IES "[...] utilizam conceitos relacionados à empregabilidade, à liderança e ao crescimento profissional, com o intuito de despertar [...] as aspirações profissionais" (SABBADINI, 2012, p.109). Vê-se, pois, que o marketing das IES privadas mercantis vende sonhos de um futuro glorioso. A utilização de marketing educacional já é uma realidade entre as maiores IES privadas com fins lucrativos, sendo uma ferramenta de vital importância para se obter o engajamento necessário e a captação de alunos pretendida.

Em função da questão apontada no início desse artigo, isto é, sobre o uso das redes sociais como ferramentas de marketing educacional pelas IES analisadas, foi possível compreender que as estratégias estão sendo adotadas adequadamente e com certa frequência.[...] A partir da reflexão e dos dados coletados, a perspectiva é de que a visibilidade midiática organizacional, no contexto de midiatização e mídias sociais digitais, constrói-se na articulação com o engajamento, gerado pela ativação de público-alvo e pela qualidade dos conteúdos escolhidos, disseminados via as redes sociais (RICOY JUNIOR; RODRIGUES BAZI, 2019, p.184).

Por todas essas razões, o marketing já caracteriza as graduações como um serviço a ser vendido, ou seja, um produto. Constata-se mais adiante a estratégia de vender um sonho, o da colocação no mercado de trabalho, um emprego. Com as novas formas de marketing, a educacional, com uso das mídias sociais ocorre o fenômeno de engajamento digital em se manter uma relação de proximidade, quase amizade, entre clientes e instituições com objetivo de captar mais alunos. O corpo docente também tem relação com as estratégias de marketing em IES que prezam pela qualidade de ensino como prioridade, mas não é uma regra quando se trata de IES privadas mercantis, ou com fins lucrativos de capital aberto.

As interpretações das imagens indicam a promessa de cursos sem “pegadinhas” nas mensalidades e a venda de uma vida melhor mediante ascensão social. A próxima subseção trata de histórico de demissões de professores com currículos extensos por tutores, estes últimos custam menos às empresas educacionais.

#### **3.1.4. Rotatividade da contratação docente no Ensino Superior Privado**

A questão do trabalho docente nas IES privadas com fins lucrativos estudadas tem enfrentado diversidades ao baratear o que se paga a um profissional qualificado, no caso com mestrado e doutorado, e trocando-o por outro com a denominação de

tutor. Pretende-se problematizar a respeito da precarização do trabalho docente, presente em todas as cinco e em maior grau pela Laureate. O mais preocupante, contudo, é o que apresenta Sebim (2019), os resultados de sua tese na qual uma IES, franquia da Kroton, realizou grande troca de professores qualificados, com mestrado e doutorado, dando lugar a novos profissionais com menos formação por economia de custos. É importante ressaltar que o trabalho docente em IES privadas mercantis segue os ditames da governança corporativa em que analisa os balancetes contábeis e verificam seus custos, um corpo docente qualificado gera menos lucro aos investidores. Para Elias e Navarro (2019) a discussão do trabalho docente direciona a atividade precária, afetando a saúde física e mental dos professores por excesso de atribuições.

Conforme explicado acima, a ação de substituir profissionais qualificados por outros com pouca ou insuficiente formação indica um desserviço à sociedade brasileira, além de gerar atraso no desenvolvimento da economia do país em sucatear a formação e seus profissionais formadores. Isso mostra que os estudantes e professores saem perdendo por haver uma regra de economia de gastos regida pelo mundo financeiro. Pode-se perceber na ilustração abaixo que houve um desrespeito com alunos e professores da instituição destacada, por simplesmente cortar gastos.

**Figura 8** - Reportagem InfoMoney

Entenda

## FMU demite 220 professores e reformula grade horária sem consultar alunos

As mudanças farão com que os alunos percam o correspondente a uma aula por dia – de quatro aulas, eles passarão a ter três

Por **Júlia Miozzo**  
7 jul 2017 17h07 - Atualizado 1 ano atrás

🔗 📘 🐦 📧 🌐 📱

Fonte: InfoMoney (2017).

É importante destacar na ilustração acima que a notícia deixa clara a falta de compromisso com a formação de futuros profissionais em nome da governança corporativa da IES, houve diminuição de aulas presenciais sem aviso prévio, uma evidente quebra de contrato em oferecer serviços educacionais diferentes dos que foram contratados anteriormente. Conforme verificado por Mancebo (2010), houve

crescimento do abuso ao trabalho de professores universitários quando começaram a flexibilizar os contratos de trabalho e extinguir os planos de carreira. Sob essa ótica, ganha particular relevância a troca de professores por tutores realizada pela Laureate, conforme demonstração de imagem acima, as formações são muito distintas enquanto havia doutores no primeiro grupo, enquanto o cargo de tutor pode ser ocupado até por um graduando.

Pode-se dizer que há um processo de descaracterização, conforme mencionado pela autora, da profissão docente pelas IES privadas mercantis, em favor de seus ganhos e sem fiscalização efetiva do Estado quanto a isso. Neste contexto, fica claro que o modo de tratar os professores da Kroton "[...] na medida em que auxiliaram a intensificação da exploração dos professores, ou seja, pressionando os trabalhadores de maneira a extrair o máximo de mais-valia para a geração de lucros" (SEBIM, 2019, p.12). Não é exagero afirmar que segundo Mancebo (2010, p.77) "[...] os dados apresentados permitem afirmar que a precarização do trabalho docente cresceu de modo extraordinário, no mesmo diapasão em que se perdeu em qualidade do ensino".

A razão pela qual há muita rotatividade de docentes no ensino superior privado mercantil, conforme explicado acima, se desvelou em breve levantamento bibliográfico de trabalhos científicos que tratam do tema, em dois autores, mesmo em análises de instituições diferentes concordaram em problematizar a baixa remuneração e grande pressão por produtividade dos docentes. Há de se pensar no ambiente desfavorável de trabalho em que se não respeita o profissional em sua função, gerando problemas de ordem física e mental (ELIAS; NAVARRO, 2019; MANCEBO, 2010; SOUSA, 2019; SEBIM, 2019). Vale salientar na figura abaixo a respeito do uso de robôs no lugar de professores na mesma instituição que há três anos havia substituído professores com mestrado e doutorado para outros com pouca qualificação e tutores.

**Figura 9** - Título reportagem Folha de São Paulo

**Fonte:** Domenici (2020).

Pode-se perceber na ilustração acima que não houve transparência por parte do grupo Laureate aos discentes em não ter avisado do uso de inteligência artificial para a correção de textos, além disso houve reclamações sobre as correções darem conceitos altos a trabalhos com plágio e nota baixa para produções originais. Quanto ao corpo docente, além dos desrespeitos já citados, eles deveriam mentir que eram os mesmos quem corrigiam (DOMENICI, 2020). Outra forma de precarização é aumentar o número de alunos por professor. Esse fato acarreta implicações como diminuição do atendimento individual ao estudante, maior número de atividades e provas para corrigir e de docentes realizar o processo ensino-aprendizagem. A próxima tabela indica a evolução da proporção professor/ aluno da IES Estácio, mesmo com o número de alunos em ascensão o de professores declina.

**Tabela 8** - Relação Professor/Aluno na graduação presencial na Estácio-2010-2017

Ano	Alunos	Professor	A/B
2010	173.100	7.092	24
2011	179.900	9.596	19
2012	209.900	7.170	29
2013	234.900	7.719	30
2014	290.200	11.801	25
2015	318.500	9.700	33
2016	327.900	9.733	34
2017	314.100	7.690	41

**Fonte:** Sousa (2019).

A tabela acima indica movimento de saturação de alunos por professor, também indica queda da qualidade de atendimento e do processo de ensino aprendizagem quando ocorre a superlotação das salas de aula.

As políticas da educação superior têm provocado alterações substantivas nas condições de trabalho docente, dentre as quais podem-se destacar: a flexibilização contratual das relações de trabalho por meio da incorporação e/ou proliferação de (sub) contratações temporárias de professores; a intensificação do regime de trabalho em função da sobrecarga de aulas/turmas, das exigências por maior produtividade docente e do respectivo aumento da carga horária real e extraclasse; a flexibilização do trabalho decorrente do incremento e/ou diversificação de tarefas a serem cumpridas; e a constante submissão do professor a diferentes sistemas avaliativos (BECHI, 2019, p.122).

O autor deixa claro na citação acima que a relação empregatícia não conta mais com os direitos trabalhistas da categoria, em que existe contrato temporário e por aulas dadas, aumento da carga horária sem aumento de salário para os de dedicação exclusiva e a avaliação constante de desempenho. No último caso pode-se entender que a avaliação também pode ser interpretada como teste de obediência à instituição. As péssimas condições de trabalho docente de IES privada mercantil leva a consequências de acordo com Mancebo et al (2020, p.16):

[...] o adoecimento, tão silencioso quanto insidioso, aumentará. Ele poderá ser relacionado ao não-reconhecimento do/no trabalho, às limitações das estratégias defensivas e das resistências ao modelo de gestão gerencialista, às injunções paradoxais, que por vezes pregam eufemisticamente o coletivo e a qualidade, num sistema que demanda competitividade, individualismo e avaliações quantitativas, à crescente intensificação do trabalho, dentre outros aspectos.

Conforme citado acima, o não reconhecimento do trabalho pode ser um fator que afaste esses profissionais das atividades, porém o que se interpreta dos últimos autores citados é o não reconhecimento do profissional e uma condição análoga a servidão feudal. Outros fatores como o paradoxo entre o discurso de coletividade, mas a existência de competição e individualismo, também há a intensificação do trabalho para quem suporta a carga de trabalho e tratamento abusivo por parte da IES. A atividade docente sendo uma atividade laboral, como as outras dentro do contexto capitalista, de acordo com Elias e Navarro (2019, p.51):

[...]uma das estratégias modernas de controle dos gestores são as novas tecnologias, que utilizadas pelo discurso da modernização, sofisticam os processos de exploração do trabalho e do trabalhador, possibilitando maior cobrança e controle sobre a atividade laboral.[...] A atividade docente, especialmente aquela realizada em instituições privadas, verdadeiras empresas educacionais, está submetida às mesmas regras e modos de gestão que existem nas demais empresas capitalistas.

Em vista disso, conforme citado acima, de acordo com Sebim (2019) as metas de governança corporativa aumentam o nível de exigência de horas trabalhadas para gerar o maior lucro em menor tempo. E dentro desse arranjo, o professor docente não

participa mais do planejamento de aulas, ele somente executa o material selecionado para o mesmo ensinar. E para Bechi (2019) a governança corporativa como cumpridora dos desejos do mercado e nesse ponto a redução dos salários docentes, que os próprios executivos apontam como custos. Tendo em vista a pouca remuneração como uma das implicações causadas a categoria docente.

Neste contexto, as atribuições da carreira docente foram modificadas para a de tutor ou mediador, cuja função é ajudar o discente em seu aprendizado. Não é exagero afirmar que a mudança de nome altera as atribuições legais docentes, sua autonomia e remuneração para uma categoria na qual somente executa as funções determinadas. Como reflete Bechi (2019, p.130) "[...]os docentes têm convivido com jornadas de trabalho extenuantes, a insegurança dos contratos temporários, a alternância de contratações e dispensa, a redução da autonomia [...]". Pode-se constatar que a rotatividade docente está relacionada as condições de trabalho adversas que as IES privadas mercantis impõem ao corpo docente. Tal contexto se apresenta numa ordem de economia flexível, em que os profissionais e seus ganhos também sejam. Dessa forma argumenta Bechi (2019, p. 133):

As reformas da educação superior, no contexto da acumulação flexível, têm estimulado a maximização e a flexibilização do trabalho docente, de forma a reduzir os custos e aumentar os benefícios sobre o processo produtivo das IES. O enxugamento orçamentário, preconizado pelo modelo de gestão neoliberal, gera inúmeros efeitos danosos, incluindo o aumento de contratações precarizadas de novos docentes e/ou a demissão e posterior (re)contratação com base na nova legislação trabalhista.

Por todas essas razões, a grande rotatividade docente dentro do ensino superior privado aponta para a remuneração precária e a descaracterização da própria carreira docente. Sendo assim, Elias e Navarro (2019, p.49) consideram que "[...] esse não é um problema apenas dos profissionais da área pesquisada, [...] é apenas pela via da discussão, reflexão e mobilização que eles podem conseguir romper paradigmas e transformar a realidade". Dentro dessas considerações, reitera-se um posicionamento da categoria para reverter não somente a rotatividade, também a precarização do trabalho docente.

### **3.1.5. O processo de cooptação institucional: fusões e aquisições.**

As fusões e aquisições de IES privadas brasileiras alcançarem nível mundial quando o Grupo Kroton se tornou a maior corporação educacional do mundo. Isso se deu após a fusão dos grupos Kroton e Anhanguera em 2013."A unificação destes

grupos significaria, à época, mais de 800 unidades de ensino superior e outras 810 escolas privadas, formando o maior conglomerado educacional do mundo [...]”(TAVARES, 2014, p.106). A abertura na legislação iniciada em 2007 deu-se movimento intenso de compras de IES privadas no país culminando no maior conglomerado educacional privado do mundo. Desde então, investidores nacionais e estrangeiros se beneficiaram desses acordos, principalmente quando havia a oferta inicial de ações (IPO) em que a valorização na estreia da empresa é geralmente grande.

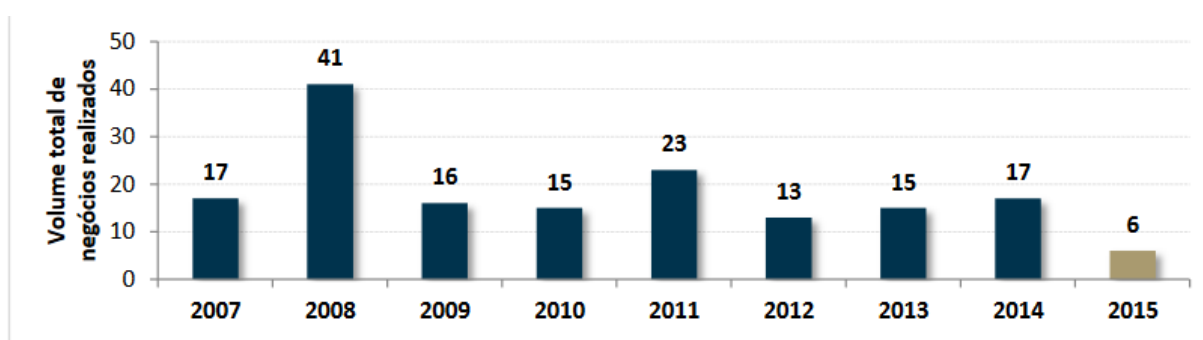
De acordo com Pissinato; Coutinho (2019), tendo início em 2007 grupos privados educacionais em conjunto com investidores de *private equity*, no qual investiram grandes somas para abertura de capital de IES privadas e realizarem suas ofertas iniciais na bolsa de valores. Algumas como o grupo Pitágoras de Minas Gerais abriram seu capital nessa época em conjunto com o grupo de investimentos Apollo dos EUA veio a ser tornar mais tarde o grupo Kroton. As primeiras empresas educacionais a abrirem seu capital tiveram a oportunidade de adquirir fundos e investimento em uma nova área não explorada até então, o ensino superior privado. Conforme explicado acima, havia movimentação dos grupos de investimento em abrir o capital das empresas educacionais e obterem grandes ganhos na estreia das mesmas como capital aberto.

Há o fato de IES ter seu regime jurídico modificado de entidade filantrópica para com fins lucrativos, como o caso da Estácio. O autor deixa claro que este grupo educacional já vinha recebendo isenções de impostos e, portanto, lucrando de forma indireta. Por ter sido no passado instituição filantrópica, a Estácio não poderia mudar seu estatuto jurídico para com fins lucrativos, por justamente ter recebido incentivos fiscais. Mesmo assim, o grupo foi um dos primeiros a abrir seu capital em 2007 (SOUSA, 2019). Ora, em tese, conforme mencionado pelo autor, no caso da Estácio sua expansão vinha ocorrendo desde o início de suas atividades, mas foi a partir de 2011 que iniciou o processo agressivo de aquisições. " Entre os anos de 2011 a 2018 adquiriu um total de dezessete instituições de ensino [...]” (PISSINATO; COUTINHO, 2019, p.133). É importante considerar que neste caso houve tentativa de fusão com a Kroton em 2016, mas por uma decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) a fusão não foi concretizada.



Conforme explicado acima, a última década contou com intenso processo de fusões e aquisições as IES privadas com fins lucrativos, tendo protagonismo no cenário nacional os grupos Kroton, Estácio, Ser e Laureate. O objetivo desses grupos é obter maior fatia do mercado superior privado brasileiro e assim conseguir maior influência e retorno das mensalidades. Destaca-se no gráfico abaixo o número de fusões e aquisições no setor privado da educação superior nacional.

**Gráfico 12-** Fusões e aquisições IES privadas brasileiras. 2007-2015



**Fonte:** CM Consultoria (2015).

Pode-se perceber no gráfico acima que a maior parte de vendas e compras de IES se deu no início da abertura da legislação para esse tipo de atividade. Mas não se extingue em anos posteriores.

Se por um lado havia a tendência inicial de incorporação e fusão de IES pequenas e médias pelos grupos educacionais consolidados, podemos situar o ano de 2013 como paradigmático, na medida em que demarca uma mudança na correlação de forças na perspectiva de disputa pelo mercado educacional. Do momento em que as grandes corporações já haviam se consolidado, ocorre outro momento que é a fusão de grandes grupos [...] (TAVARES, 2014, p.105).

A citação acima trata da busca pela completa hegemonia do mercado do ensino superior privado brasileiro pelas maiores corporações educacionais. Nesse ponto, não basta a expansão somente, e sim o domínio sobre a concorrência para passar a ditar as regras para o setor, isso por outro lado traz graves consequências ao regular o setor cada vez mais fortalecido econômica e politicamente. De acordo com Pissinato e Coutinho (2019, p. 141):

Os processos de F&A foram responsáveis pela criação de organizações gigantes dentro do setor educacional brasileiro, sendo elas a Anima Educação, Estácio de Sá, Ser Educacional e a maior dentre elas, Kroton Educacional (agora COGNA), que se tornou na última década a maior empresa privada do mundo atuante no setor da educação. Ainda que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) atue para que não ocorra monopólio neste setor, a tendência é que as F&A continuem, nos

próximos anos, concentrando ainda mais as instituições nas mãos destas quatro organizações e impulsionando a formação de oligopólios, os quais dificultarão a entrada de novas entidades neste mercado.

Neste contexto, o autor deixa claro que as F&A continuarão a aglutinação de mais empresas e aumentando o oligopólio já existente. Para Pissinato e Coutinho (2019, p.141): "Além disso, importa destacar a estratégia de expansão da atuação para a educação básica". O mais preocupante, contudo, é constatar que em breve os cinco maiores grupos deterão a maior parte da educação privada, desde material didático, tecnologias da informação a unidades escolares de ensino básico a superior. As implicações das fusões e aquisições refletem também nos trabalhadores docentes segundo Sugahara (2017, p. 37):

[...]as práticas de fusão e aquisição acarretam em alterações no trabalho docente, pois a imposição de um modelo de gerenciamento empresarial, modificações nas formas de contratação e pagamento docente, mudanças nos objetivos educacionais, prevalecendo o financeiro, em detrimento do pedagógico e, assim a já que a frágil regulação dos órgãos públicos não tem sido suficientes para garantir condições mínimas e dignas para os trabalhadores do setor educacional.

À vista disso, conforme citado acima, as fusões e aquisições, advindas das IES de capital aberto causaram diversos impactos ao ensino superior, uma delas é a precarização docente já mencionada neste trabalho. Isto posto, segundo Sugahara (2017, p.37) " Também estão entre as formas de obtenção de lucros a demissão em massa dos trabalhadores que atuaram nas IES privadas envolvidas em fusão e aquisição". As fusões e aquisições não somente diminuíram a concorrência entre as instituições como trouxe novos modos de organização tendo em vista a redução de custos como prioridade primeira na gestão da IES, e relegando o atendimento ao discente e retirando condições de trabalho ao docente, ou seja, afeta a qualidade de ensino por não priorizar as demandas educacionais. Como bem nos assegura Marinho e Jesus (2019, p.200) "É possível perceber também que a prática de F&A's das IES brasileiras têm seus efeitos condicionados a movimentos oligopolistas que impactam diretamente na qualidade dos serviços oferecidos". De acordo com Marinho e Jesus (2019, p. 200):

[...] entende-se que a prática de F&A's não são garantistas sendo que para os autores analisados, no processo de F&A, não se faz importante e definitiva apenas a capacidade aquisitiva, mas sobretudo o know how de gestão e a sensibilidade ao capital humano com vistas a não negligenciar as atipicidades do processo de transformação organizacional. Desta forma, não basta ter dinheiro, é preciso saber fazer.

Nesse ritmo, é apenas questão de tempo, de pouco tempo, para haver um grupo dominando a educação privada brasileira, partindo de fusões e aquisições de grandes grupos para pequenos, fusões entre grandes e expansão do nível superior para o básico. Logo, é indiscutível haver regulação e mobilização da sociedade para não se ver refém desses grupos.

### **3.2. Impactos e implicações do Ensino Superior privado no Brasil**

A presente seção tem por objetivo problematizar a respeito do nível de alfabetismo ao ingressar no ensino superior privado com fins lucrativos, qual é o nível de letramento desses discentes e se há melhora na proficiência de leitura ao concluir a graduação em uma dessas IES. Entende-se que os cursos mais baratos, licenciaturas e em EaD são direcionados às classes sociais mais populares e esses indivíduos alvejam um título de graduação para ascender socialmente."[...] as dificuldades de leitura e escrita apresentadas pelos ingressantes no Ensino Superior são, muitas vezes, resultantes de problemas socioeducacionais progressos" (LUSTOSA ET AL, 2016, p.1009). Sendo assim, as dificuldades de leitura se fazem presentes na maioria dos discentes de IES privadas.

De acordo com o (INAF) Indicador de Alfabetismo Funcional (2018) os dados a respeito dos índices de alfabetismo da população de faixa etária entre 15 a 64 anos de idade, incentiva o movimento de fortalecimento de ações entre políticas públicas e planos de ação da sociedade para elevar o nível de letramento, o acesso à informação para o exercício da cidadania pela participação das decisões políticas. Isso não seria possível a quem está numa condição de analfabetismo funcional. Conforme explicado acima, existem implicações àqueles que chegam ao ensino superior com problemas em seu letramento, impacta diretamente em sua capacidade de realizar uma formação superior a contento. Já foi apontado que a qualidade da maioria dos cursos de IES privadas com fins lucrativos esbarra entre conceitos insuficientes e medianos pela avaliação do Mec.

Conforme demonstra a tabela abaixo, os números de analfabetos funcionais e os funcionalmente alfabetizados no Brasil demonstram que muitos acabam tendo acesso ao ensino superior, mesmo sem ter o nível de proficiência adequado.

**Tabela 9-** Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018)

Nível	2001 2002	2002 2003	2003 2004	2004 2005	2007	2009	2011	2015	2018
<b>BASE</b>	<b>2000</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>	<b>2002</b>
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	20%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	35%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	27%	25%	23%	25%
Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	11%	11%	8%	12%
Total <sup>2</sup>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
<b>Analfabeto Funcional*</b>	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
<b>Funcionalmente Alfabetizados*</b>	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: Inaf (2018).

A tabela acima indica que o número de analfabetos funcionais na faixa etária entre 15 a 64 anos no Brasil está em 29% da população no ano de 2018. Ao analisar com mais detalhe, no ano de 2018 a parcela da população com níveis precários de alfabetismo, nível de anos iniciais do Ensino Fundamental, somando a faixa analfabeta, o rudimentar e o elementar são 64% dos pesquisados incapazes de ingressar numa graduação. Mesmo os que frequentam uma graduação há aqueles não alfabetizados. Uma pesquisa de estudo de caso realizado por Lustosa et al (2016) quis analisar os níveis de letramento dos discentes que estavam iniciando uma graduação e dos formandos de uma IES privada do Estado de São Paulo. Num universo de 218 universitários a tabela abaixo revela os níveis de letramento.

**Tabela 10-** Descrição dos participantes em relação ao nível de letramento

	Ingressantes		Concluintes		Total	
	N	%	N	%	N	%
Analfabetismo	1	0,46	1	0,57	2	0,51
Letramento nível 1 (Rudimentar)	9	4,13	4	2,30	13	3,32
Letramento nível 2 (Básico)	184	84,40	139	79,89	323	82,40
Letramento nível 3 (Pleno)	24	11,01	30	17,24	54	13,78
Total	218	100	174	100	392	100

Fonte: Lustosa et al (2016).

Os dados acima mostram dois casos de analfabetos entre ingressante e concluinte, ou seja, há casos de analfabetismo entre formandos da graduação. Entre os níveis rudimentar e básico 143 concluintes se graduarão sem entender um texto básico e somente 30 alunos tem habilidade de leitura suficiente para inferir, interpretar

e refletir um texto, habilidades estas necessárias em qualquer curso superior. Assim para Durham (2009) as discussões sobre o ensino superior brasileiro não levam em conta as grandes lacunas na formação básica dos discentes e os mesmos são avaliados sob um único paradigma. A autora deixa claro que uma formação básica deve proporcionar um mínimo de qualidade e proficiência em leitura e escrita, capacidade de interpretação de texto de mediana dificuldade e um conhecimento razoável de matemática.

Pode-se dizer que, conforme mencionado pela autora há grande número de analfabetos funcionais ingressos no ensino superior privado no Brasil. Neste contexto, fica claro que a formação básica dos discentes, em sua maioria pública deixou lacunas de aprendizagem que nem mesmo os pretensos processos seletivos das IES privadas impedem aqueles com dificuldades de aprendizagem em ingressar numa graduação. O mais preocupante, contudo, é constatar que "[...] a escola pública, [..], não consegue realizar esta tarefa, e muitos saem do ensino médio sem ter sequer a bagagem que seria esperada ao final do ensino fundamental" (DURHAM, 2009, p.10). Não é exagero afirmar que segundo Winck (2019, p.11) "[...] o aprendizado da leitura e da escrita deva ser repensado em âmbito nacional, uma vez que escolas e universidades continuam aprovando pessoas incapazes de compreender o que leem [...]".

É importante considerar que a temática dos problemas de formação básica e analfabetismo funcional geram impactos no ensino superior privado. Conforme explicado acima, há a necessidade de se oferecer cursos de leitura e interpretação de textos nas IES sob pena de formar indivíduos desqualificados para o mercado de trabalho. O MEC normatizou às IES para ministrarem cursos de leitura e produção de textos, para diminuir as dificuldades de aprendizagem encontradas (WINCK, 2019). Conforme demonstra tabela abaixo, a população, num recorte de 2002 levantamentos, indica índice baixo de proficientes e índice alarmante de analfabetos funcionais no nível superior.

**Tabela 11-** Distribuição da população por níveis de Alfabetismo e escolaridade (% na escolaridade)

	Total	Nenhuma	Ens. Fund. – Anos iniciais	Ens. Fund. – Anos finais	Ensino médio	Superior
<b>BASE</b>	<b>2002</b>	<b>116</b>	<b>297</b>	<b>451</b>	<b>796</b>	<b>342</b>
Analfabeto	8%	82%	16%	1%	1%	0%
Rudimentar	22%	17%	54%	32%	12%	4%
Elementar	34%	0%	21%	45%	42%	25%
Intermediário	25%	1%	7%	17%	33%	37%
Proficiente	12%	0%	1%	4%	12%	34%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Analfabetos Funcionais</b>	<b>29%</b>	<b>99%</b>	<b>70%</b>	<b>34%</b>	<b>13%</b>	<b>4%</b>
<b>Funcionalmente Alfabetizados</b>	<b>71%</b>	<b>1%</b>	<b>29%</b>	<b>66%</b>	<b>87%</b>	<b>96%</b>

**Fonte:** Inaf (2018).

A tabela acima indica que 4% das pessoas entrevistadas são analfabetas funcionais e estão no ensino superior, o que indica graves problemas de aprendizagem e acesso a um processo seletivo duvidoso da IES privada. Se levar em consideração àqueles com nível de alfabetização proficiente poderiam chegar, permanecer e se formar no ensino superior, seria uma minoria de 34% das pessoas que já se encontram em uma graduação. Se for analisar a faixa etária dos mais jovens os números ainda são preocupantes, conforme demonstra tabela abaixo.

**Tabela 12-** Níveis de Alfabetismo por faixa etária

	Total	15 a 24
<b>BASE</b>	<b>2002</b>	<b>475</b>
Analfabeto	8%	1%
Rudimentar	22%	11%
Elementar	34%	37%
Intermediário	25%	35%
Proficiente	12%	16%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Analfabetos funcionais</b>	<b>29%</b>	<b>12%</b>
<b>Funcionalmente alfabetizados</b>	<b>71%</b>	<b>88%</b>

**Fonte:** Inaf (2018).

A tabela acima indica que na faixa etária mais jovem entre os pesquisados a taxa de analfabetos funcionais está em 12% e se incluir aqueles de nível elementar, igual a uma criança de anos iniciais de Ensino Fundamental, a taxa vai para 48% de jovens sem nenhuma condição de cursar uma graduação e ter entendimento mínimo do textos e assuntos tratados. Metade dos jovens não conseguiriam se manter num curso, cuja exigência seria mediana. Quando se analisa a questão racial, se desvela problemas além da falta de nível de alfabetismo, como demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 13-** Distribuição da população por grupos de Alfabetismo e cor/raça

	<b>BASE</b>	<b>Branca</b>	<b>Preta</b>	<b>Parda</b>	<b>Outras</b>
<b>BASE</b>	<b>2002</b>	<b>630</b>	<b>390</b>	<b>871</b>	<b>111</b>
<b>Analfabeto</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>	<b>11%</b>	<b>7%</b>	<b>25%</b>
<b>Rudimentar</b>	<b>22%</b>	<b>19%</b>	<b>24%</b>	<b>23%</b>	<b>21%</b>
<b>Elementar</b>	<b>34%</b>	<b>32%</b>	<b>34%</b>	<b>37%</b>	<b>31%</b>
<b>Intermediário</b>	<b>25%</b>	<b>27%</b>	<b>25%</b>	<b>23%</b>	<b>20%</b>
<b>Proficiente</b>	<b>12%</b>	<b>18%</b>	<b>6%</b>	<b>10%</b>	<b>4%</b>
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
<b>Analfabetos Funcionais</b>	<b>29%</b>	<b>23%</b>	<b>35%</b>	<b>30%</b>	<b>46%</b>
<b>Funcionalmente Alfabetizados</b>	<b>71%</b>	<b>77%</b>	<b>65%</b>	<b>70%</b>	<b>54%</b>

Fonte: Inaf (2018).

Conforme demonstrado na tabela acima, pessoas de cor preta e outras etnias como indígenas apresentam a maiores taxas de analfabetismo funcional com 35% e 46% respectivamente. Ora, por esses dados pode-se interpretar certa exclusão racial em averiguar a taxa dos funcionalmente alfabetizados ser distante para brancos, em 77% em relação aos negros 65%, com evidente defasagem ao segundo grupo.

Ressalta-se que era esperado que uma parcela maior dos participantes apresentasse o nível pleno de letramento, uma vez que pesquisas apresentam que o nível pleno deveria ser adquirido ao final dos nove anos do Ensino Fundamental. Há ainda alguns participantes que apresentam o nível rudimentar de letramento, e dois participantes que foram classificados no nível do analfabetismo (LUSTOSA et al, 2016, p.1017).

Os autores deixam claro, na citação acima, que nesta pesquisa de estudo de caso há o fato de dois analfabetos funcionais estarem matriculados numa IES privada. O que se constata é o grande número de estudantes do ensino superior privado estarem em níveis baixos de proficiência em leitura e escrita, o que também pressiona às graduações a baixarem os níveis de exigência e qualidade de ensino para que os graduandos possam acompanhar.

Outra solução para ampliar o acesso ao ensino superior de alunos com deficiências de sua formação básica consiste em oferecer cursos pré-universitários gratuitos nas universidades públicas e a baixo custo nas instituições privadas, para os egressos das escolas públicas. Com a utilização de novas tecnologias educacionais em cursos presenciais, seria possível multiplicar enormemente a capacidade de superação de deficiências criadas no ensino básico, melhorando a formação dos candidatos no ensino superior, aumentando sua competitividade nos vestibulares e melhorando seu desempenho posterior (DURHAM, 2009, p.14).

Certamente se trata de as IES privadas assumirem sua função social e oferecer cursos preparatórios aos egressos da escola pública a preços populares, conforme citado acima, para dirimir tais impactos nos cursos e oportunizar melhor condição de

aprendizagem, envolvendo ação conjunta entre os agentes de ensino e governamentais para realmente solucionar questão complexa e histórica. A modalidade EaD ofertada pelas IES pode ser ferramenta valiosa a oferecer cursos *on line* num contexto adverso de aprendizagem, inclusive ofertando salas com acesso à internet e computadores àqueles que não tem acesso. De acordo com Lustosa et al (2016, p. 1018):

Sendo assim, é fundamental que haja mudanças no panorama educacional brasileiro, e para que isso ocorra são necessários maiores investimentos na qualidade de formação e na formação continuada de professores, garantindo que os mesmos tenham e propaguem vivências significativas com gêneros discursivos diversos, agindo diretamente na educação básica a fim de que os alunos consigam chegar à universidade com um nível pleno de letramento.

Os resultados desse quadro deve-se ao contexto histórico de defasagem de aprendizagem daqueles oriundos da educação pública e a carregaram ao ensino superior privado que não soube como resolver. Por isso, fica evidente que há analfabetos funcionais terminando suas graduações no Brasil o que pode acarretar em problemas sociais e econômicos caso essa situação permaneça. Cabem às IES privadas cumprirem com suas funções sociais em diminuir os impactos na sociedade brasileira causados pela má formação recebida de indivíduos que mesmo assim têm acesso à graduação e até chegar a concluí-la.

### **3.3. Ensino superior privado no Brasil: das lições aprendidas ao caminho por construir**

O ensino superior privado com fins lucrativos traçou um percurso de expansão de suas atividades e ganhos no qual ocorreram consequências dessa trajetória. Dentre elas está o processo de massificação e mercantilização dos cursos, o uso do ensino à distância para gerar mais lucro, bem como utilizar os rankings para assegurar a marca da IES na mídia. Essa lembrança de marca da IES faz parte de uma das estratégias de marketing e suas formas de captação de alunos. Diante desse panorama, as fusões e aquisições é forma de redução de custos e, mais uma vez, aumento de lucros. Todas essas estratégias, para a expansão do capital trouxeram consequências ao grupo social mais vulnerável e necessitado de formação, conhecimento e ensino da sociedade, as classes sociais D e E, em sua maioria frequentou o ensino básico público e ao optar por cursar o ensino superior acaba frequentando as IES privadas mercantis, onde se vendem um diploma para a sonhada ascensão social via carreiras melhores remuneradas.



Além dos estudantes, outro grupo excluído desse processo é a categoria docente, com salários cada vez mais sucateados, planos de carreira extintos para dar lugar a nomes de funções como tutores e mediadores de aprendizagem, no qual são denominações para se legalizar uma relação de trabalho superficial, sem as garantias trabalhistas existentes anteriormente aos professores. Diante desse quadro, o que se encontra são IES com prestações de serviços educacionais no limite da legalidade para o MEC não fechar os cursos, redução de custos via contratação de tutores a menos da metade do salário de um docente qualificado com doutorado, aposta no ensino à distância já há cinco anos como fator barateador e o marketing direcionado às classes sociais D e E.

De fato, quem procura os cursos barateados semipresenciais e à distância nessas instituições são pessoas oriundas da escola pública, sendo uma parcela delas analfabetas funcionais e com grandes defasagens em leitura e escrita. As lições por ser aprendidas passam pela formação de qualidade e transformadora das realidades dos estudantes das IES privadas que almejam colocação no mercado de trabalho e melhora nas condições materiais de suas realidades. O que as maiores empresas educacionais podem desenvolver é a responsabilidade social perante seus clientes e procurar tratá-los bem, conforme as próprias leis do mercado. De acordo com Serva e Dias (2016, p.415) "[...]as IES devem adotar medidas [...] da responsabilidade social em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a busca do desenvolvimento do bem-estar social da comunidade". Sendo assim, a instituição tem deveres perante seu corpo discente em apoiar-lo na sua formação e nos seus problemas de aprendizagem.

Na opinião de Moretto e Fioreze (2019) a formação do indivíduo condiz diretamente com a responsabilidade social das universidades, as IES tem deveres em propiciar formação de qualidade aos seus alunos tendo em vista o seu consequente retorno à sociedade como um graduado. Ao contrário, caso a IES não preste um bom serviço de formação, as consequências serão sentidas por toda sociedade em profissionais desqualificados. Conforme explicado acima, a relação entre a formação e a responsabilidade social das IES está em oferecer cursos de qualidade para o estudante poder ter uma colocação no mercado de trabalho como profissional competente. É importante ressaltar que as desigualdades sociais podem diminuir e também as lacunas na formação daqueles com problemas de leitura e escrita.

Conforme verificado por Serva e Dias (2016), as IES têm o dever de ajudar no progresso da sociedade. Trata-se inegavelmente de cumprirem as suas funções

sociais de espaços de formação, seria um erro, porém, atribuir às empresas de capital aberto sob sua visão de governança corporativa a iniciativa em cumprir tais preceitos. Assim, reveste-se de particular importância a ação da sociedade brasileira em cobrar por partes desses grupos em cumprir com suas funções de grupos de ensino superior.

Conforme mencionado pelos autores, a responsabilização devida dos grupos educacionais em estimular seus alunos o espírito de emancipação, mesmo que sejam obrigados pela sociedade civil a cumprir com esse dever de instituição educativa. Para Moretto e Fioreze (2019, p.08)"[...] a emergência da responsabilidade social universitária, como exigência legal, se dá em um contexto contraditório, em direção a uma concepção de educação superior como um bem privado". Conforme explicado acima, a responsabilidade social das IES não tem sido colocada em prática efetivamente por conta da visão mercantilista corrente no setor privado do Brasil e no mundo. É importante considerar que os objetivos de lucro não possam apagar o dever formativo dos grupos educacionais, inclusive em oferecer cursos de aperfeiçoamento àqueles com alfabetismo baixo.

Percebemos que pensar sobre as políticas de responsabilidade social na educação superior brasileira exige não só o adensamento conceitual do termo, mas, fundamentalmente, o reconhecimento do contraponto normativo que dá sustentação à crise de legitimidade na formação democrática das instituições de ensino -situada entre o paradigma do desenvolvimento humano e o paradigma do desenvolvimento econômico. Trata-se então, nesse estudo, de reconhecer as implicações da responsabilidade social nas universidades, considerando ser a experiência democrática um caminho para sua possível efetivação (MORETTO; FIOREZE, 2019, p.17).

Os autores deixam claro na citação acima que há um antagonismo entre o desenvolvimento do ser humano e o crescimento econômico e o caminho para o entendimento de ambas visões é o diálogo democrático. Essas diferentes visões de mundo podem ser resolvidas com a participação dos estudantes e gestores em um movimento de entendimento entre ambas as partes, mas ele somente se dá com processo de enfrentamento de posições individualistas de alguma das partes. É preciso ressaltar que é necessário acionar a responsabilidade social das IES privadas, para tomarem parte da solução da entrada de discentes analfabetos funcionais ou com problemas de leitura. Isso requer diálogo e enfrentamentos constantes às resistências por parte de algum grupo de interesse que queira agir conforme interesses próprios, sem solução devida dos problemas sociais encontrados nos alunos do ensino superior privado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações para expansão de IES privadas com fins lucrativos possibilitaram análises realizadas deste estudo e reflexões acerca de como surgiram, se instalaram e atuam na Educação Superior brasileira, além disso permitiu compreender os movimentos de predomínio das empresas educacionais de capital aberto, quanto aos seus impactos.

Dentro do proposto a respeito dos impactos e implicações no ensino superior as considerações acerca das revisões de literatura e análises documentais demonstraram o uso do ensino à distância como fator de redução de custos e forma de expansão dentro de cenário de pandemia do COVID-19.

Os rankings são utilizados como forma de captação de alunos e marketing para atrair novos, esse último sendo largamente utilizado como ferramenta e captação de novos alunos. A rotatividade docente também faz parte dos impactos de uma visão de governança corporativa em dar o máximo de eficiência nos gastos das IES, motivo pela qual troca-se os mais qualificados e caros por outros tipos de profissionais mais baratos. Dentre as estratégias de fusões e aquisições como fator preponderante para o aumento do monopólio desses grupos, apesar de haver estacionado as fusões entre IES no último ano e partido para a educação básica.

A respeito das implicações dessas ações realizadas, a pesquisa desvelou a realidade de uma parcela significativa da população brasileira das classes sociais D e E ao ingressar no ensino superior como analfabetos funcionais. Pela análise da amostras apresentadas pelo INAF (2018), metade dos estudantes apresenta níveis básicos proficiência de leitura e escrita, nos quais não são capazes de ler ou fazer inferências textuais mais complexas, ou seja, não são capazes de frequentar uma graduação de qualidade mediana, o que indica também por esse viés a qualidade superficial do cursos voltados para as classes populares, dentre eles o EaD.

A revisão de literatura especializada indicou as análises realizadas sobre o ensino superior privado, as teses, dissertações e artigos direcionaram para a interpretação de que o lucro vem em primeiro lugar em relação à aprendizagem e os seres humanos.

As análises de dados e documentos indicaram ambiente favorável a expansão do capital e especulações na bolsa de valores para maiores domínios dentro do setor privado. Também indicaram os conceitos de qualidade via MEC, o Índice Geral de Cursos e o Enade de que as cinco maiores IES privadas do Brasil tem o objetivo de manter os conceitos medianos para não haver maiores fiscalizações do MEC.

Sobre o ensino à distância, há o entendimento de que a modalidade ajudar a expandir e massificar o ensino superior, permitindo ao setor privado a maior parte das vagas ofertadas (CASTRO; ARAÚJO, 2018). As consequências da massificação são a formação superficial e problemas de aprendizagem por parte dos educandos, caracterizando uma semiformação.

Como instrumento de acesso, o EaD pode contribuir para atingir regiões remotas do país, mas como política pública há muito para avançar, principalmente em manter e contratar professores qualificados, ofertar estrutura de acesso à internet para as camadas mais pobres e fiscalização eficiente do MEC quando as avaliações externas indicarem má qualidade dos cursos. Quando estas questões apontadas forem resolvidas, poderá se considerar a modalidade EaD como fator de democratização. O ensino à distancia tem potencial para ajudar na universalização do acesso ao ensino superior.

A teoria crítica, aqui apresentada por Adorno e fundamentada pela sociologia da educação de Dale, aponta nesta pesquisa para as implicações sociais infligidas a camada mais pobre da população em ter uma formação incompleta que a instrumentaliza, a coloca num contexto social de obediência e voltado para o consumo, não havendo estímulo para a sua autonomia.

Esse tipo de vida, na qual não há controle efetivo ou consciência dessa dominação pode gerar na sociedade o reaparecimento do fascismo tanto na Europa, quanto no Brasil e no mundo. Diante de tamanha ameaça, se faz necessária uma formação emancipatória tendo a universidade meio ideal para o desenvolvimento do pensamento crítico. Esse ensino superior humboltiano, voltado à pesquisa e formação crítica podem afastar o processo de massificação e autoritarismo presentes na sociedade brasileira. O ensino superior deveria de ensino, pesquisa e extensão à todas as IES, indo além da instrumentalização técnica e contemplando a formação humanizadora.

Diante dos impactos e implicações no setor privado, cabe investigar o tamanho desse impacto junto os alunos analfabetos funcionais nas graduações e quais são as políticas educacionais para os atenderem em suas dificuldades.

As análises realizadas sobre a influência dos cinco principais grupos de capital aberto e um fechado, no ensino superior privado, mediante suas aquisições de instituições brasileiras e a alegação de melhora da qualidade de ensino de suas instituições, concluíram que as IES pesquisadas oferecem cursos de qualidade mediana, chegando a ser rasa e para agravar, essas instituições acabam aceitando em seus processos seletivos de cursos mais baratos parte da população analfabeta funcional, ou seja, incapaz de entender e acompanhar qualquer curso oferecido numa graduação.

## REFERENCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf): **Resultados preliminares.2018**. São Paulo: Ação Educativa; IPM,2018.Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUffltjCTEI6/view> . Acesso em :27 ago. 2020.

ANHANGUERA. **Portal on line de cursos de graduação e pós graduação**. Disponível em: <https://www.anhanguera.com/> . Acesso em 20 ago. 2020.

ADORNO.T.W. **Educação e Emancipação**. Paz e Terra: São Paulo, 1995. Tradução: Wolfgang Leo Maar.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, janeiro/abril. 2018. Disponível em <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf> Acesso em 20 mai. 2020.

AMORIM, L. **Di Genio, o último rei do ensino**. Revista Exame.2015. Disponível em : <https://exame.com/revista-exame/o-ultimo-rei-do-ensino/> Acesso em 01 jul.2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). **O que é ABMES**. Disponível em <https://abmes.org.br/o-que-e-a-abmes> . Acesso em 01 jun 2020.

AUDY, J.L.N; MOROSINI, M.C. **Inovação, universidade e relação com a sociedade**. (Orgs) Dados eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS,2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=5qPDbGoaiuQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em 20 dez.2019.

AZEVEDO, M.L.N. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. In: **Crítica Educativa (Sorocaba/SP)**, Vol.1, n.1, p. 56-79, jan.-jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22476/revcted.v1i1.24>. Acesso em: 10 Jan. 2020.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Washington, DC: BM, 1994. Disponível em: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/pdf/133500PAPER0Sp1rior0Box2150A1995001.pdf> . Acesso em: 05 abr.2020.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educación**: examen del Banco Mundial. WASHINGTON – D.C. EUA, 1996. Disponível em : <http://documents1.worldbank.org/curated/en/715681468329483128/pdf/14948010spanish.pdf> . Acesso em : 28 jul.2020.

BANCO MUNDIAL. **Higher Education in Brazil**: Challenges and Options.

Washington – D.C. EUA, 2002. Disponível em :

<http://documents1.worldbank.org/curated/en/503611468769540767/pdf/multi0page.pdf> . Acesso em : 28 jul. 2020.

BARDIN.L. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70,2011.

BARBIERI, A.F.; AZEVEDO, M.L.N. A mercadorização e a qualidade da educação superior pública no Brasil: breve discussão a partir das contribuições de Albert Hirschman. **Anais do XXIV Seminário Nacional UNIVERSITAS/BR** - Universidade Estadual de Maringá – 18 a 20 de maio de 2016. Disponível em:

[http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e\\_2/2-003.pdf](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/e_2/2-003.pdf). Acesso em 17 jul. 2020.

BECHI, DIEGO. **A SUBJETIVAÇÃO CAPITALÍSTICA COMO MECANISMO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**' 01/11/2019 190 f. Doutorado em EDUCAÇÃO. Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, Passo Fundo Biblioteca Depositária: UPF. Disponível em:

[https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7883868](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7883868) . Acesso em 26 ago. 2020.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.1988.

Disponível em

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 15 out.2019.

BRASIL, **Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995**: Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências, [S. /], 24 nov. 1995. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=E685A056DBC8AD7EB74DE601B624EB79.proposicoesWebExterno2?codteor=295117&file\\_name=LegislacaoCitada+-INC+4941/2005](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E685A056DBC8AD7EB74DE601B624EB79.proposicoesWebExterno2?codteor=295117&file_name=LegislacaoCitada+-INC+4941/2005) . Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL, **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 20 dez 1996.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) . Acesso em : 20 jul. 2020.

BRASIL, **Lei n.9.870, de 23 de novembro de 1999**. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências. Disponível em

[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%209.870-1999?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.870-1999?OpenDocument) Acesso em 12 nov.2019.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 10 abr.2020.

BRASIL. **Lei nº 13868, de 3 de setembro de 2019.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. [S. l.], 3 set. 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13868.htm). Acesso em: 11 ago. 2020.

CAMPOS, U. **Entendendo melhor o que é holding empresarial.** 2018. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/69606/entendendo-melhor-o-que-e-holding-empresarial>. Acesso em 01 jun.2020.

CAPITAL GROUP. **Our history and core beliefs.** 2020. Disponível em: <https://www.capitalgroup.com/not-listed/en/about/history.html>. Acesso em 29 jun. 2020.

CARVALHO, C.H.A. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação.** v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>. Acesso em: 26 jun.2019.

CASTRO, A.M.D.A; ARAÚJO, N.V.C.G. Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação. **RBP AE** - v. 34, n. 1, p. 189 - 209, jan./abr. 2018. Disponível em : <file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/80574-349505-1-PB.pdf>. Acesso em : 01 ago. 2020.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização. Do ensino superior brasileiro: A formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 12 Jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000200010>.

C.M. CONSULTORIA. **Fusões e Aquisições no Ensino Superior Brasileiro.** Volume de Negócios e Histórico-2007-2015 Maio, 2015. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4944533/mod\\_resource/content/1/Relat%C3%B3rio%20Fus%C3%B5es%20de%20IES.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4944533/mod_resource/content/1/Relat%C3%B3rio%20Fus%C3%B5es%20de%20IES.pdf) Acesso em 26 ago. 2020.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 2. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, L.A. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. 3.ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007b.

CUNHA, L.A. **A universidade reformanda:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. 2. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2007c.

CUNHA, L.A. O Ensino Superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 37-61, abril 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18 out.2020.



CORBUCCI, P.R. et al. **Vinte anos da Constituição Federal de 1988: avanços e desafios na educação brasileira**. In IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas Sociais: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal - Volume 2 Diretoria de Estudos e Políticas Sociais / Brasília, 2009. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps\\_completo\\_2.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/bps_completo_2.pdf) . Acesso em 18 nov.2019.

COSTA, F. L. O. **Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. 367f. doi:10.11606/T.48.2017.tde-22122016-105623. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22122016-105623/publico/FABIO\\_LUCIANO\\_OLIVEIRA\\_COSTA.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22122016-105623/publico/FABIO_LUCIANO_OLIVEIRA_COSTA.pdf) Acesso em: 30 jan. 2020.

COSTA, C. F. da; GOULART, S. Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 16, n. 3, p. 396-409, Sept. 2018 . Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512018000300396&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512018000300396&lng=en&nrm=iso) Acesso em 10 Jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/1679-395165788>.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educ. Soc., Campinas** , v. 25, n. 87, p. 423-460, Ag. 2004 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 Jan. 2020.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, dez. 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302010000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400003&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 10 jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400003> .

DALE, R. Poder, Política e Políticas Educacionais. Universidade Federal de Santa Catarina, 29 de outubro de 2014. **Conferência de Encerramento do X Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Florianópolis, 2014.

DATASTAT. **European Higher Education Area -2020**. Modification from Wikipedia, Domínio público. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=10886624> . Acessado em 30 jan 2020.

DOMENICI, T. Faculdades da Laureate substituem professores por robô sem que alunos saibam. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 25 jul. 2020. Educação. Disponível em : <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/faculdades-usam-robo-para-corriger-provas-e-criar-trilhas-de-estudo.shtml> Acesso em 25 ago. 2020.

DOMENICI, T. Documentos sugerem fraude em reconhecimento de graduação de grupo educacional. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 13 nov.2020. Educação.

Disponível em : [https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/11/documentos-sugerem-fraude-em-reconhecimento-de-graduacao-de-grupo-educacional.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/11/documentos-sugerem-fraude-em-reconhecimento-de-graduacao-de-grupo-educacional.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa) Acesso em 20 nov. 2020.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A qualidade do ensino superior. **Revista @ambienteeducação**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 09 - 14, mar. 2018. ISSN 1982-8632. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/475>>. Acesso em: 01 set. 2020.

ELIAS, M.; NAVARRO, V. Profissão docente no ensino superior privado. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 22, n. 1, p. 49-63, 21 dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63> Acesso em 26 ago.2020.

ESTÁCIO, **Inscrições**. 2020. Disponível em: <https://inscricoes.estacio.br/> Acesso em 22 ago. 2020.

FAUSTO, S. CALERO-MEDINA, C.NOYONS.E. O *Ranking* Brasileiro de Pesquisa e os Princípios de Berlim Para *Rankings* de Instituições de Ensino Superior. **FUTURE STUDIES RESEARCH JOURNAL**. ISSN 2175-5825 SÃO PAULO, V.8, N.2, P. 211 – 236, ABR./AGO 2016. Disponível em : [https://www.researchgate.net/publication/300561972\\_O\\_RANKING\\_BRASILEIRO\\_D\\_E\\_PESQUISA\\_E\\_OS\\_PRINCIPIOS\\_DE\\_BERLIM\\_PARA\\_RANKINGS\\_DE\\_INSTITUCOES\\_DE\\_ENSINO\\_SUPERIOR](https://www.researchgate.net/publication/300561972_O_RANKING_BRASILEIRO_D_E_PESQUISA_E_OS_PRINCIPIOS_DE_BERLIM_PARA_RANKINGS_DE_INSTITUCOES_DE_ENSINO_SUPERIOR) . Acesso em 03 ago. 2020.

FILARDI, A.M.B. **A expansão do ensino superior no Brasil: Da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização de 1980**. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2019. f238. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11826/TESE%20AMBF.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 10 dez.2019.

FORJAZ, M. C. S. Globalização e crise do estado nacional. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 38-50, June 2000. Disponível em. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75902000000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902000000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 Jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902000000200005>.

FOLHA DE SÃO PAULO/ UOL. Como é feito o Ranking Universitário Folha. **Jornal Folha de São Paulo/ Site UOL**. 2019. São Paulo. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/noticias/como-e-feito-o-ranking-universitario-folha.shtml> . Acesso em 05 ago. 2020.

CALDERÓN, A.I; MARSHAL FRANÇA, C.; G, A. (2017). Tendências dos rankings acadêmicos de abrangência nacional de países do espaço ibero-americano: os rankings dos jornais El Mundo (Espanha), El Mercurio (Chile), Folha de São Paulo (Brasil), Reforma (México) e El Universal (México). **EccoS Revista Científica**, (44),117-142. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=715/71553908006> Acesso em: 05 ago. 2020.

GASPARIN, A. V. F. **COMUNICAÇÃO E MARKETING NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: uma análise dos conteúdos comunicacionais online de instituições de ensino privadas**. 2016. [155f]. Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, [São Bernardo do Campo]. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1549> . Acesso em 21 ago. 2020.

HOPER, **Webinar Gratuito.Cenário das práticas de precificação na Educação Superior**. Foz do Iguaçu. PR. 2019. Disponível em : <http://bit.ly/2nPBKLS> . Acesso em 05 ago. 2020.

HOPER, **Webinar Gratuito.O Ensino Híbrido no Ensino Superior e na Educação Básica: Tendência Global na Educação Pós-COVID**. Foz do Iguaçu. PR.2020. Disponível em:  
<https://us02web.zoom.us/j/84411234567> . Acesso em 22 ago. 2020.

Inovação, universidade e relação com a sociedade.AUDY,J.L.N; MOROSINI, M.C. (Orgs) Dados eletrônicos- **Porto Alegre: EDIPUCRS**, 2009. Disponível em : <https://books.google.com.br/books?id=5qPDbGoaiuQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false> . Acesso em 16 jan.2020.

INFOMONEY, IPO: como funciona a estreia de uma empresa na Bolsa.**InfoMoney**.2020. Disponível em : <https://www.infomoney.com.br/guias/ipo/> . Acesso em 25 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 4º trimestre 2019**. Brasília: IBGE.2020. Disponível em : [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa) . Acesso em 15 abr.2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep,2020. Disponível em : <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica> . Acesso em 02 abr.2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em : <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-do-enem> . Acesso em:02 abr .2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Revista Desafios do desenvolvimento. **Anos 1980, década perdida ou ganha?**2012. Ano 9. Edição 72.

Disponível em

[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23) . Acesso em 15 nov.2019.

JESSOP,B. A globalização e o Estado Nacional. **Crítica Marxista**. 1997.Disponível em

[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo39Artigo1.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo39Artigo1.pdf) . Acesso em 05 jun.2020.

JEZINE, E; CHAVES, V. L. J; CABRITO, B. G. O acesso ao ensino superior no contexto da globalização: Os casos do Brasil e de Portugal. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 18, p. 57-79, 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-72502011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000200005&lng=pt&nrm=iso) . Acesso em 11 jun. 2020.

JOYCE, C.R; MOREIRA, M.M; ROCHA, S.S.D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e521974299, 2020. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/341828716\\_Educacao\\_a\\_Distancia\\_ou\\_Atividade\\_Educacional\\_Remota\\_Emergencial\\_em\\_busca\\_do\\_elo\\_perdido\\_da\\_educacao\\_escolar\\_em\\_tempos\\_de\\_COVID-19](https://www.researchgate.net/publication/341828716_Educacao_a_Distancia_ou_Atividade_Educacional_Remota_Emergencial_em_busca_do_elo_perdido_da_educacao_escolar_em_tempos_de_COVID-19) Acesso em 10 ago. 2020.

JÚNIOR W, P, M. **O Banco Mundial e a Contrarreforma da Educação Superior Brasileira no Governo Lula da Silva. (2003-2010)**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará. UFPA. Belém.2016.269f. Disponível em:

[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8378/1/Tese\\_BancoMundialContrarreforma.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8378/1/Tese_BancoMundialContrarreforma.pdf) . Acesso em 15 dez.2019.

KUZUYABU,M. Relatório aponta falhas no Enade, no CPC e nos indicadores de referência.**Ensino Superior**.2019, s/p. Disponível em:

<https://revistaensinosuperior.com.br/enade-cpc/> Acesso em 01 jun.2020.

LIMA, L. C.; AZEVEDO, M.L.N.; CATANI, A.M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova.

**Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, Mar. 2008. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso 16 jan. 2020.

LIMA, J. P. C.; et al. Programas Estatais de Expansão e Financiamento do Setor de Ensino Privado Superior do País: FIES e PROUNI como Alavanca de Arquimedes.

**Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 37, p.33-60 Maio/ago. 2019. DOI 10.35168/2175-2613.UTP. pens\_ed.2019. Disponível em:

<https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/1122/1847> . Acesso 29 jul.2020.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Artur Nogueira/SP: Amil, 2003.

LOURENÇO, H.S. **Os Rankings do guia do estudante ne educação superior brasileira: um estudo sobre as estratégias de divulgação adotadas pelas instituições que obtiveram o prêmio de melhores universidades.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Campinas.PUC.Campinas.2014.205f. Disponível em: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/732/1/HENRIQUE%20DA%20SILVA%20LOURENCO.pdf> . Acesso em 15 dez. 2019.

LOURENÇO, H.S; CALDERÓN, A.I. *Rankings* acadêmicos na educação superior: mapeamento da sua expansão no espaço ibero-americano. **Acta Scientiarum. Education.** Maringá, v. 37, n. 2, p. 187-197, Apr.-June, 2015. Disponível em : [https://www.researchgate.net/publication/282223806\\_Rankings\\_academicos\\_na\\_educacao\\_superior\\_mapeamento\\_da\\_sua\\_expansao\\_no\\_espaco\\_ibero-americano](https://www.researchgate.net/publication/282223806_Rankings_academicos_na_educacao_superior_mapeamento_da_sua_expansao_no_espaco_ibero-americano) Acesso em: 02 ago. 2020.

LUSTOSA, Sandra Silva et al . Análise das práticas de letramento de ingressantes e concluintes de uma instituição de ensino superior: estudo de caso. **Rev. CEFAC,** São Paulo , v. 18, n. 4, p. 1008-1019, Aug. 2016 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-18462016000401008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462016000401008&lng=en&nrm=iso) Acesso em: . 01 Set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-021620161843716>.

LUIZ, L.H.T. **Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. UFU. Uberlândia. 2013.81f. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13930/1/Luciano%20Henrique.pdf> . Acesso em 15 dez.2019.

MACEDO, B. **O processo de Bolonha: Discursos e dinâmicas da reformulação educacional nas universidades da União Europeia.** Algumas reflexões. Debater a Europa. Periódico do CIDA e do CEIS 20, em parceria com GPE e a RCE.n16 jan/jun.2017. Disponível em : <https://impactum-journals.uc.pt/debatereuropa/article/view/4391> . Acesso em 15 jan.2020.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. **Rev. Port. de Educação,** Braga, v. 23, n. 2, p. 73-91, 2010. Disponível em [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-91872010000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872010000200004&lng=pt&nrm=iso) . Acessos em 25 ago. 2020.

MANCEBO, D.; SANTORUM, K. M. T.; RIBEIRO, C. V., & LÉDA, D. B. O trabalho na educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas,** 28(6). (2020). Disponível em : <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5158> Acesso em 26 ago. 2020.

MAINARDES, J.; ALFERES, M. A. Sociologia das políticas educacionais: contribuições de Roger Dale. **ATOS DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO** - PPGE/ME ISSN 1809-0354 v. 9, n. 2, p. 392-416, mai./ago. 2014 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/1809-0354.2014v9n2p392-416> Acesso em 01 nov. 2020.



MARTINS, R. M. **A Educação Superior no período pós-LDB/1996: democratização e mercadorização no curso de Direito**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional de Blumenau, BLUMENAU, 2019. f. 182. Disponível em: [https://bu.furb.br/docs/DS/2019/365788\\_1\\_1.pdf](https://bu.furb.br/docs/DS/2019/365788_1_1.pdf). Acesso em: 10 dez 2019.

MARTINS, T.M. **Evolução da Mercadorização do Ensino Superior Privado no Brasil: Caminho sem volta?** Ensaio Pedagógicos (Sorocaba), vol.3, n.2, mai. - ago. 2019, p.37-44. Disponível em <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/131/164>.

MARINHO, P.H.F.; JESUS, J.S. Um Estudo Reflexivo Sobre O Fenômeno Das Fusões E Aquisições Na Educação Superior Brasileira. **Revista Negócios em Projeção**, v10, nº1, ano 2019. p.175. Disponível em: <http://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao1/article/view/1363> Acesso em : 01 set. 2020.

MAUÉS, O. C. **Ensino superior na ótica dos organismos internacionais**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 75, p. 13-30, mai./jun. 2019. Disponível em : <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/66009/39096> . Acesso em 18 dez 2019.

MENDONÇA, J.R.C.M et al. Políticas públicas para o Ensino Superior à Distância: um exame do papel da Universidade Aberta do Brasil. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.28, n.106, p. 156-177, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n106/1809-4465-ensaio-S0104-40362019002801899.pdf> . Acesso em 02 ago 2020.

MEYGE, A. **Laureate, único dono da Anhembi Morumbi, tem Bird como sócio**. Jornal Valor Econômico.2013. Disponível em : <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/01/30/laureate-unico-dono-da-anhembi-morumbi-tem-bird-como-socio.ghtml> . Acesso em 12 de jun. 2020.

MORENO, A. C. No ritmo atual, Brasil só baterá a meta de matrículas de jovens na universidade em 2037. **Portal G1**.2019. Disponível em : <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/10/no-ritmo-atual-brasil-so-batera-a-meta-de-matriculas-de-jovens-na-universidade-em-2037.ghtml> . Acesso em 30 jul. 2020.

MOREIRA, J.F.C. **As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina. (1989-2009)**. Tese. (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo- USP. São Paulo. 2013. 238f. Disponível em : <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22012014-144933/publico/finalrevisado.pdf> . Acesso em 10 dez.2019.

MORETTO, C. M.; FIOREZE, C. Responsabilidade social e perspectiva democrática: refletindo a partir do enquadramento teórico do desenvolvimento humano. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 24, n. 1, p. 108-126, May 2019 . Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772019000100108&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000100108&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 10 Set. 2020. , 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772019000100007>.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro , v. 23, e230011, 2018 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782018000100208&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100208&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 16 jun. 2020.

MIOZO.J. FMU demite 220 professores e reformula grade horária sem consultar alunos. *Uol*. Fonte: **InfoMoney**. (07 de 07 de 2017) Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/educacao/noticia/6775283/fmu-demite-220-professores-reformula-grade-horaria-sem-consultar-alunos>. Acesso em 30 jun.2019.

MOROSINI, M.C. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **educação** | Santa Maria | v. 40 | n. 1 | p. 101-116 | jan./abr. 2015. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf> . Acesso em 30 jun.2020.

MOURA, T. **Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do ProUni e Fies**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba.2016. Disponível em : [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP\\_020735afa759a07fc1d63a6bfa2ae5e3](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UTP_020735afa759a07fc1d63a6bfa2ae5e3) . Acesso em 15 dez.2019.

NAPOLITANO, C. **Os tortuosos caminhos de uma mina de dinheiro**. In: MARINGONI (org.) et al. O Negócio da Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água.2017.

OCDE. **Quatre Scénarios sur l'Avenir de l'Enseignement Supérieur**. 2006. Disponível em: <http://www.oecd.org/fr/education/educeri/38073746.pdf> Acesso em 10 abr.2020.

OCDE. **Repensando a garantia de qualidade para o Ensino Superior no Brasil**. 2018. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/ocde/Repensando\\_a\\_Garantia\\_de\\_Qualidade\\_para\\_o\\_Ensino\\_Superior\\_no\\_Brasil\\_PT.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/ocde/Repensando_a_Garantia_de_Qualidade_para_o_Ensino_Superior_no_Brasil_PT.pdf) . Acesso em 01 jun.2020.

OCDE. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, 2019. Disponível em : <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/f8d7880d-en.pdf?expires=1587424753&id=id&accname=guest&checksum=F75E7011DAF5B39DD4C7A3518896758C> Acesso em 10 abr. 2020.

OLIVE, A.C. **História da Educação Superior no Brasil**. In: **A Educação Superior no Brasil**. SOARES, M.S.A.org. et al. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior,2002.

OLIVEIRA, R.P. **A financeirização da economia e suas consequências para a educação superior no Brasil**. In: MARINGONI, et al. (Org.). O Negócio da

Educação: A aventura das universidades privadas na terra do capitalismo sem risco. Federação dos Professores do Estado de São Paulo-Fepesp. São Paulo: Olho d'Água, 2017. Disponível em: [http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio\\_da\\_educacao\\_FEPEsp\\_HD-aprimorado-14mai19.pdf](http://fepesp.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Negocio_da_educacao_FEPEsp_HD-aprimorado-14mai19.pdf). Acesso em: 25 jun.2019.

OLOBARDI, A. **Análise Histórica e Sociológica das causas para a expansão do Ensino Superior Privado no Brasil**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. São Bernardo do Campo. 2013.129f. Disponível em: <http://portal.metodista.br/poseducacao/publicacoes/teses-e-dissertacoes/dissertacoes> : Acesso em 10 dez.2019.

PAIVA, R.C.V. et al. Educação Superior Privada: Um Estudo do Desempenho Financeiro em nove Instituições de Ensino Superior. **Revista Gestão & Tecnologia**, Pedro Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 68-99, jan./abr. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/452-2462-1-PB.pdf> Acesso em 25 jun.2020.

PALUMBO, Dennis J. **A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América**. In: Política de capacitação dos profissionais da educação. Belo Horizonte: FAE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América—Government in Action. 2. ed. Tradução: Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. Cap. 1, p. 8-29).

PEREIRA, T. L. **Monopolização do Ensino Superior Privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso. UFMS.Cuiabá.2017.225f. Disponível em: <https://docplayer.com.br/86800017-Monopolizacao-do-ensino-superior-privado-no-brasil-por-meio-de-processos-de-fusoes-e-aquisicoes-o-grupo-uniesp-em-questao.html>. Acesso em 19 dez.2019.

PILATTI, L. A; CECHIN, M. R. Perfil das universidades brasileiras de e com potencial de classe mundial. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba , v. 23, n. 1, p. 75-103, Apr. 2018 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772018000100075&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772018000100075&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 25 nov. 2020.  
<http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772018000100006>.

PISSINATO, W.; COUTINHO, L. C. S. A influência das fusões e aquisições no processo de financeirização da educação superior brasileira. **Laplage em Revista**, [S. l.], v. 5, n. especial, p. p.127-144, 2019. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/785>. Acesso em: 01 set. 2020.

QUEIROZ, J.C. **Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015:Mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência na educação privada**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de Brasília UNB. Brasília.2018. 114f. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32252/1/2018\\_JacquelineClaraQueiroz.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32252/1/2018_JacquelineClaraQueiroz.pdf) Acesso em: 15 dez 2019.



REIS, T. F.A.T. **Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de Ensino Superior no Brasil: o caso Kroton Educacional**. Universidade Federal do Pará. UFPA. Belém, 2019. 215f. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/DissertacaoTayanneTabosa.pdf> . Acesso em: 15 dez 2019.

RIBEIRO JUNIOR, J. **O que é Positivismo**. Volume 72 de Coleção Primeiros passos. Editora Brasiliense, 1988.

RICOY JUNIOR, A; RODRIGUEZ BAZI, R.E.R. As redes sociais como ferramenta de marketing em instituições de ensino superior no Brasil. **Âmbitos. Revista Internacional de Comunicación** 46, pp. 170-186. doi: 10.12795/Âmbitos.2019.i46.10. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/89919/As%20redes%20sociais%20como%20ferramenta%20de%20marketing%20em%20institui%3%a7%3%b5es%20de%20ensino%20superior%20no%20Brasil%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 20 ago. 2020.

ROBERTSON, S.L. O processo de Bolonha da Europa torna-se global: modelo, mercado, mobilidade, força intelectual ou estratégia para construção do Estado? In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a02.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

ROMANOWSKI, J.P; ENS, R.T. As Pesquisas Denominadas do tipo “Estado Da Arte” Em Educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf> . Acesso em 10 dez.2019.

SABBADINI, L. G. **A Propaganda de Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo: A apropriação de aspectos comunicacionais mercadológicos do varejo**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990**. DOCUMENTO DE TRABALHO 8 / 91. NUPES. Núcleo de Pesquisas sobre Educação Superior.1991. Disponível em <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf> . Acesso em 19 out.2019.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista de Ensino Superior**. UNICAMP.2011. Disponível em [https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04\\_outubro2011/05\\_ART\\_IGO\\_PRINCIPAL.pdf](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ART_IGO_PRINCIPAL.pdf) . Acesso em 13 nov. 2019.

SANTOS, F. J. R. **Financiamento da educação superior privado-mercantil: incentivos públicos e financeirização de grupos educacionais**. Universidade Federal do Pará. UFPA. Belém, 2016. 279f. Disponível em: [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8626/1/Tese\\_FinanciamentoEducacaoSuperior.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8626/1/Tese_FinanciamentoEducacaoSuperior.pdf) . Acesso em: 15 dez 2019.

SANTOS, G. M. T. **A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR SOBRE A DOCÊNCIA**. 2018. 193 f. Tese (Doutorado em Educação.) - Universidade La Salle, Canoas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/handle/11690/1178>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SEBIM, C.C. A Educação Superior na Bolsa de Valores: implicações para o trabalho docente. **Pró-Discente**: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória- ES, v. 25, n. 2, p. 53-67, jul./dez. 2019. Acesso em <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/20545>. Acesso em 22 ago. 2020.

SER EDUCACIONAL. **Sobre o grupo. Institucional**. Disponível em : <https://www.sereducacional.com/sobre-o-grupo> . Acesso em 25 jun. 2020.

SERVA, F.M; DIAS, J, A. Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica. **Revista Argumentum – RA**, eISSN 2359-6889, Marília/SP, V. 17, pp. 413-433, Jan.-Dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/319/64> Acesso em 02 set. 2020.

SGUISSARDI, V.; BARREYRO, G. B. Evaluación/regulación de la educación superior en el Brasil: Algunos aspectos históricos y actuales. Profesorado. **Revista de Currículo y Formación de Profesorado [en línea]**. 2016, 20(3),p. 171-206. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56749100007>. Acesso em 05 jun. 2020.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302008000400004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400004&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 12 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>.

SGUISSARDI, V. **Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação mercantil?** Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87343512002.pdf> . Acesso em: 26 jun.2019.

SILVA, G. **O Ensino Superior na tramitação do plano nacional de Educação. 2014-2024**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba. UNIMEP. Piracicaba. 2015. 298f. Disponível em: [http://iepapp.unimep.br/biblioteca\\_digital/pdfs/docs/17082015\\_171702\\_guaracysilva\\_ok.pdf](http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/17082015_171702_guaracysilva_ok.pdf) . Acesso em 15 dez.2019.

SILVA, R. M. **O Processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton Educacional**. Dissertação. (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ. Rio de Janeiro. 2017. 113 f. Disponível em:

[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P\\_F5uO7\\_YkJ:ppge.educacao.ufrj.br/disserta%25C3%25A7%25C3%25B5es2017/dRodrigoMedeiros.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:P_F5uO7_YkJ:ppge.educacao.ufrj.br/disserta%25C3%25A7%25C3%25B5es2017/dRodrigoMedeiros.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d) . Acesso em 15 dez.2019.

SLAUGHTER, S; LESLIE, L.L. **ACADEMIC CAPITALISM; POLITICS, POLICIES AND THE ENTREPRENEURIAL UNIVERSITY**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1997. Disponível em: <https://scholar.google.com/citations?user=TZBSQ18AAAAJ&hl=en> . Acesso em 05 nov. 2020.

SOUSA, C. L. M. **Financeirização da educação superior privado-mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.** Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém. 2019. 120f. Disponível em : [http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11861/1/Dissertacao\\_FinanceirizacaoEducacaoSuperior.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/11861/1/Dissertacao_FinanceirizacaoEducacaoSuperior.pdf) . Acesso em 10 dez.2019.

SOUSA, J.A. E. **Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará-UFPA. Belém. 2018. 110 f. Disponível em: <http://ppgedufpa.com.br/arquivos/File/joseaugusto.pdf>. Acesso em 10 dez.2019.

SOUZA, W.G *et al.* Educação a distância e democratização do ensino superior: discussão à luz do pensamento de Dewey. **Revista EDaPECI**. São Cristóvão (SE)v.18. n. 2, p. 64-72mai./ago. 2018.Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/Educacao\\_a\\_distancia\\_e\\_democratizacao\\_do\\_ensino\\_su.pdf](file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/Educacao_a_distancia_e_democratizacao_do_ensino_su.pdf) . Acesso em 01 ago.2020.

SUGAHARA, U. T. **O Trabalho Docente No Contexto De Fusão E Aquisição De Instituições De Ensino Superior Privado: Um Olhar A Partir Da Revisão Bibliográfica (2006-2016)**.— 2017.64 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara). Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150263> . Acesso em 01 set. 2020.

TAVARES, P. H. S. **Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?** Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014. 124f.

VANZ, S.A.S.O que medem os rankings universitários internacionais? **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.28, n.2, p. 83-92, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38383/20794> . Acesso em 02 ago. 2020.

WAISMANN, M. O. **Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: Um estudo a partir dos dados do INEP. (1995-2010)**. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS. São Leopoldo.2013. 233 f. Disponível em :

<http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4781/36e.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 15 dez.2019.

WINCK, F. **Analfabetismo funcional entre vestibulandos dos cursos de graduação em Letras, História e Jornalismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/2459> . Acesso em 01 set. 2020.

## APÊNDICE

Relação Títulos. Palavras-chaves. Nível. Instituição. Ano. Autor. Estado.

	Título / Palavras-chave	Nível / Instituição	Ano	Autor	Estado
1.	<i>A Educação Superior como estratégia da integração regional: O caso UNILA</i>  Palavras-chave: <b>Integração regional. Educação Superior. América Latina. Universidade Federal. UNILA.</b>	Doutorado UEM	2017	Vanessa Alves Bertolleti	PR
2.	<i>A Educação Superior no período pós LDB/1996: Democratização e mercadorização no curso de Direito</i>  Palavras-chave: <b>Educação Superior. Direito. Perfil Socioeconômico. Mercadorização. Democratização.</b>	Mestrado FURB	2019	Rosane Magaly Martins	SC
3.	<i>A expansão do ensino superior no Brasil: Da reforma de 1968 ao anteparo a internacionalização de 1980</i>  Palavras-chave: <b>Expansão da Educação Superior brasileira; público e privado; políticas educacionais; História da Educação.</b>	Doutorado UFSCAR	2019	Andre Moura Blundi Filardi	SP
4.	<i>A qualidade da Educação Superior e a Pedagogia universitária: Um olhar sobre a docência</i>  Palavras-chave: <b>Educação Superior.</b>	Doutorado UNILASALLE	2018	Guilherme Mendes Tomaz dos Santos	RS

	<b>Pedagogia Universitária. Qualidade da Educação Superior.</b>				
5.	<i>Análise Histórica e Sociológica das causas para a expansão do Ensino Superior Privado no Brasil.</i>  Palavras-chave: <b>Expansão do ensino superior privado. Ensino Superior. AIE.</b>	Mestrado UMESP	2013	André Olobardi	SP
6.	<i>As políticas de expansão e privatização do ensino superior no Brasil e na Argentina.</i>  Palavras-chave: <b>Educação comparada. Expansão da educação superior. Privatismo no ensino superior.</b>  <b>Sistema de educação superior brasileiro e argentino.</b>	Doutorado USP	2013	João Flávio de Castro Moreira	SP
7.	<i>Educação Superior no Brasil: uma reflexão sobre as implicações das políticas de acesso e permanência nas instituições de ensino superior.</i>  Palavras-chave: <b>Ensino Superior; Universidade; Política Educacional; Políticas de Acesso e Permanência.</b>	Mestrado UNISUL	2013	Estefania Tumenas Mello	SC
8.	<i>Financeirização da educação superior privado-mercantil e sua (não) legalidade.</i>  Palavras-chave:	Mestrado UFPA	2018	José Augusto Ewerton de Sousa	PA

	<b>Financeirização; Regulamentação; Mercantilização; Educação superior.</b>				
9.	<i>Financeirização da educação superior privado-mercantil: implicações sobre o financiamento estudantil da Estácio Participações S.A.</i>  Palavras-chave: <b>Financiamento estudantil privado/próprio; Financeirização; Expansão privado-mercantil; Ensino superior</b>	Mestrado UFPA	2019	Leila Maria Costa Sousa	PA
10.	<i>Financeirização do capital no ensino superior privado com fins lucrativos no Brasil (2007-2012).</i>  Palavras-chave: <b>Ensino Superior Privado; Financeirização do capital; Mercadoria; Lucro;</b>	Doutorado USP	2016	Fábio Luciano Oliveira Costa	SP
11.	<i>Financeirização no ensino superior: a educação como fronteira de valorização e acumulação de capital- o caso da Kroton Educacional.</i>  Palavras-chave: <b>Ensino Superior; Instituições privadas; Kroton Educacional; Mercantilização; Fundos de investimento; ProUni; Fies.</b>	Doutorado UFRJ	2019	Pedro Henrique de Souza Tavares	RJ

12.	<p><i>Financiamento da Educação Superior privado-mercantil: Incentivos públicos e financeiros de grupos educacionais.</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Financiamento.</b>  <b>Fundo Público.</b>  <b>Educação Superior Privada.</b>  <b>Mercantilização.</b>  <b>Financeirização.</b></p>	Doutorado UFPA	2016	João Ribeiro dos Santos Filho	PA
13.	<p><i>Financiamento estudantil nas instituições privado-mercantis de Ensino Superior no Brasil: o caso Kroton Educacional.</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Financiamento estudantil.</b>  <b>Crédito universitário.</b>  <b>Fies.</b>  <b>Financeirização.</b>  <b>Expansão privado-mercantil.</b></p>	Mestrado UFPA	2019	Tayanne de Fátima Almeida Tabosa dos Reis	PA
14.	<p><i>Fundo de financiamento estudantil (Fies) - 2010 a 2015: Mecanismo de financiamento da democratização do acesso e permanência na educação privada.</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Fies;</b>  <b>Educação Superior Privada;</b>  <b>Financiamento;</b>  <b>Democratização do Acesso e Permanência.</b></p>	Mestrado UNB	2018	Jacqueline Clara Queiroz	DF
15.	<p><i>Os fundos de investimentos e o movimento do capital no ensino superior privado: mercantilização de novo tipo?</i></p>	Mestrado UFRJ	2014	Pedro Henrique de Souza Tavares	RJ



	<p>Palavras-chave:  <b>Ensino Superior;</b>  <b>Instituições privadas;</b>  <b>Mercantilização;</b>  <b>Fundos de investimentos;</b>  <b>ProUni;</b>  <b>FIES.</b></p>				
16.	<p><i>Monopolização do Ensino Superior Privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão.</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Monopolização;</b>  <b>Ensino Superior Privado;</b>  <b>Fusões e aquisições;</b></p>	Doutorado UFMS	2017	Tarcísio Luiz Pereira	MS
17.	<p><i>O Banco Mundial e a Contrarreforma da Educação Superior Brasileira no Governo Lula da Silva. (2003-2010).</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Políticas Educacionais;</b>  <b>Educação Superior;</b>  <b>Banco Mundial;</b>  <b>Governo Lula da Silva.</b></p>	Doutorado UFPA	2016	William Pessoa da Mota Júnior	PA
18.	<p><i>O Banco Mundial e as políticas públicas para o ensino superior no Brasil: Um estudo a partir dos dados do INEP. (1995-2010).</i></p> <p>Palavras-chave:  <b>Banco Mundial.</b>  <b>Economia da Educação.</b>  <b>Educação Superior.</b>  <b>Política Educacional.</b>  <b>Política Pública.</b>  <b>Planejamento Educacional.</b></p>	Doutorado UNISINOS	2013	Moisés Waismann	RS
19.	<p><i>O Ensino Superior na tramitação do plano nacional de Educação. 2014-2024.</i></p>	Doutorado UNIMEP	2015	Guaracy Silva	SP

	Palavras-chave: <b>Política Educacional; Plano Nacional de Educação; Ensino Superior.</b>				
20.	<i>O Processo de mercantilização de novo tipo do ensino superior brasileiro: uma proposta de análise crítica da expansão da Kroton Educacional.</i>  Palavras-chave: <b>Financeirização da Educação; Ensino Superior; Kroton; ProUni; FIES.</b>	Mestrado UFRJ	2017	Rodrigo Medeiros da Silva	RJ
21.	<i>Os impactos do neoliberalismo no ensino superior privado no Brasil.</i>  Palavras-chave: <b>Ensino Superior Neoliberalismo Analfabetismo funcional</b>	Mestrado UFU	2013	Luciano Henrique de Tarso	MG
22.	<i>Os Rankings do guia do estudante na educação superior brasileira: um estudo sobre as estratégias de divulgação adotadas pelas instituições que obtiveram o prêmio de melhores universidades.</i>  Palavras-chave: <b>Educação Superior Guia do Estudante Avaliação Educacional Ranking Privados Ranking Acadêmicos</b>	Mestrado PUC Campinas	2014	Henrique da Silva Lourenço	SP
23.	<i>Políticas públicas para o ensino superior brasileiro 2003-2014, uma análise do ProUni e Fies.</i>	Mestrado Universidade Tuiuti	2016	Tatyane Moura	PR

	Palavras-chave: <b>FIES</b> <b>Políticas Públicas</b> <b>ProUNI.</b> <b>Universidade</b>				
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor